



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS**

**NARA NICEIA COELHO BIGNARDI GARCIA SILVEIRA**

**A RELIGIOSIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS:  
UM RECORTE SÓCIO-HISTÓRICO TOPONÍMICO**

**Porto Nacional/TO  
2024**

**NARA NICEIA COELHO BIGNARDI GARCIA SILVEIRA**

**A RELIGIOSIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS:  
UM RECORTE SÓCIO-HISTÓRICO TOPONÍMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestra em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karylleila dos Santos Andrade  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Verônica Ramalho Nunes

**Porto Nacional/TO  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

---

- S587r Silveira, Nara Niceia Coelho Bignardi Garcia.  
A Religiosidade no Estado do Tocantins: um recorte sócio-histórico toponímico. / Nara Niceia Coelho Bignardi Garcia Silveira. – Porto Nacional, TO, 2024.  
108 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2024.  
Orientador: Karylleila dos Santos Andrade  
Coorientador: Verônica Ramalho Nunes
1. Toponímia.. 2. Religiosidade.. 3. Hierotoponímia.. 4. Natividade. Monte do Carmo.. I. Título

CDD 469

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**NARA NICEIA COELHO BIGNARDI GARCIA SILVEIRA**

**A RELIGIOSIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS:  
UM RECORTE SÓCIO-HISTÓRICO TOPONÍMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestra em Estudos Linguísticos.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade (UFT/PPGletras e UFNT/PPGLLit)  
Orientadora

---

Profa. Dra. Verônica Ramalho Nunes (UNITINS)  
Coorientadora

---

Profa. Dra. Ana Claudia Castiglioni (UFNT/PPGLLit)  
Membro Externo

---

Profa. Dra. Roseli Bodnar ((UFT/PPGletras)  
Membro Interno

---

Prof. Dr. Valdir Aquino Zitzke (UFT)  
Membro Interno

Porto Nacional, 05 de julho de 2024.

*Dedico este trabalho ao meu esposo, Sérgio,  
e aos meus filhos: Victor e Eduardo.  
Incentivadores desta jornada.*

*E Deus chamou à luz, Dia; e às trevas,  
chamou Noite. E foi a tarde e a manhã,  
o dia primeiro.” (Genesis 1:5)*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que possibilitou a realização dessa etapa na minha vida.

A meu esposo, pela força, confiança e apoio incondicional sempre depositados em mim, ao início de cada jornada.

Aos meus filhos, Eduardo Coelho Bignardi Garcia Silveira e Victor Coelho Bignardi Garcia Silveira, por me ajudarem a transpor cada novo obstáculo.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karylleila dos Santos Andrade, orientadora, e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Verônica Ramalho Nunes, coorientadora, condutoras nesta jornada, agradeço-lhes pela paciência e pela disponibilidade em me orientar. Que Deus as abençoe ricamente.

Aos professores que aceitaram fazer parte desta banca, enriquecedores deste trabalho de pesquisa.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Letras PPGLetras da UFT, pelas sugestões de leitura.

Também agradeço às pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, na elaboração deste trabalho, principalmente à minha mãe, Ivanilda Coelho, minha irmã, Mara Michele e à minha amiga Andreia Luiza Dias.

## RESUMO

Esta pesquisa surgiu da necessidade de aprofundar a compreensão a respeito da influência da religiosidade nos nomes de lugares no estado do Tocantins. O foco está na religiosidade presente nos nomes dos municípios originados durante o período da exploração de ouro, quando a região ainda era Província de Goiás, no século XVIII. Natividade e Monte do Carmo são os municípios selecionados como parte do estudo, em virtude da época de povoamento dessas cidades, com o intuito de investigar as razões que levaram os denominadores a escolherem elementos da religião cristã-católica apostólica para batizar esses lugares. Pretende-se, assim, contribuir para a valorização do conhecimento linguístico, sociocultural e histórico relacionado à toponímia tocantinense. A abordagem metodológica é qualitativa, o tipo de pesquisa é documental e buscamos relacionar a toponímia pelo viés Onomasiológico. Os dados, obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ajudaram a compreender o processo de formação dos nomes dos lugares em questão. As informações são apresentadas por meio de fichas lexicográfico-toponímicas adaptadas, seguindo o modelo desenvolvido por Dick (1990, 2004). Os fundamentos teóricos utilizados nesta pesquisa abrangem as teorias de Dick (1990, 1992), Biderman (2001), Megale (1980), Palacin (1994-2001), Sapir (1969) e outros. Os resultados confirmam a hipótese inicial de que as escolhas dos nomes, com conotação religiosa, refletem aspectos significativos das questões sociais, ideológicas e políticas da época, demonstrando a influência do colonizador português nas denominações religiosas.

**Palavras-chaves:** Toponímia. Religiosidade. Hierotoponímia. Natividade. Monte do Carmo.



## ABSTRACT

Your research emerged from the need to deepen the understanding of religiosity's influence on place names in the state of Tocantins. The focus lies on the religiosity present in the names of municipalities originating during the gold exploration period when the region was still part of the Province of Goiás in the 18th century. Natividade and Monte do Carmo are the selected municipalities for this study, aiming to investigate the reasons that led the namers to choose elements from the Catholic Christian religion to baptize these places. The goal is to contribute to the appreciation of linguistic, sociocultural, and historical knowledge related to Tocantins' toponymy. The methodological approach is qualitative, and the research type is documentary, with a focus on onomasiological aspects related to toponymy. Data obtained from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) helped understand the process of naming these places. The information is presented through adapted lexicographic-toponymic sheets, following the model developed by Dick (1990, 2004). The theoretical foundations used in this research encompass the works of Dick (1990, 1992), Biderman (2001), Megale (1980), Palacin (1994-2001), Sapir (1969), and others. The results confirm the initial hypothesis that the choices of names with religious connotations reflect significant social, ideological, and political aspects of the time, demonstrating the influence of Portuguese colonizers in religious denominations.

**Keywords:** Toponymy. Religiosity. Hierotonymy. Natividade. Monte do Carmo.

## Lista de Figuras

Figura 1- Mapa Divisão espacial das regiões intermediárias e imediatas do estado do Tocantins, nova regionalização do IBGE (2017).....	32
Figura 2- Mapa do estado do Tocantins a partir das duas mesorregiões com suas respectivas microrregiões.....	34
Figura 3- Onomástica .....	43
Figura 4- Toponímia no contexto interdisciplinar .....	44
Figura 5- Economia mineradora no Brasil - Século XVIII .....	52
Figura 6- Carta do estado de Goiás .....	55
Figura 7- Mapa atual do estado de Goiás .....	57
Figura 8- Mapa Capitania de Goyáz (1809) - Divisão em Julgados .....	58
Figura 9- A Carta Plana da Província de Goyaz .....	59
Figura 10- Mapa do Município de Monte do Carmo .....	63
Figura 11- Símbolos de representação católica.....	66
Figura 12- Igreja Nossa Senhora do Rosário.....	67
Figura 13- Mapa Município de Natividade.....	68
Figura 14- Casarões de Natividade – TO. ....	69
Figura 15- Pulseira ornada com técnica da filigrana portuguesa.....	69
Figura 16- Arraial de Natividade .....	71
Figura 17- Imagem e altar de Nossa Senhora da Natividade.....	72
Figura 18- Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos .....	73
Figura 19- Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade .....	73
Figura 20- Imagem de Nossa senhora de Natividade, padroeira do estado do Tocantins .....	75
Figura 21: Foliões e visitantes na Festa do Capitão do Mastro .....	77
Figura 22: Festa do Carmo .....	78
Figura 23: Festa do Divino Espírito Santo em Natividade.....	81
Figura 24: Festa de Nossa Senhora do Rosário.....	83
Figura 25: Festa e Romaria do Senhor do Bonfim.....	85
Figura 26: Santuário do Senhor do Bonfim .....	86
Figura 27: Serra do Carmo.....	90
Figura 28: Linha do tempo – Município Monte do Carmo.....	91
Figura 29: Linha do tempo – Município Natividade – TO .....	94

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Quantidade de municípios - Regiões geográficas intermediárias e imediatas...	28
Tabela 2: Regiões geográficas imediatas por Regiões intermediárias .....	29
Tabela 3: Topônimos tocantinenses com referência sagrada - antiga regionalização - IBGE.....	33
Tabela 4: Topônimos tocantinenses com referência sagrada – nova regionalização IBGE.....	35
Tabela 5: Festas populares, localidade e data.....	80

## Lista de Quadros

Quadro 1: Ficha lexicográfico-toponímica .....	18
Quadro 2: Referências de pesquisas .....	20
Quadro 3: Síntese das pesquisas .....	24
Quadro 4: Classificação do topônimo: Monte do Carmo .....	87
Quadro 5: Classificação do topônimo: Natividade .....	92

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Aspectos Metodológicos.....</b>	<b>16</b>
<b>3 ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 Estado da Arte.....</b>	<b>19</b>
<b>4 REVISÃO DE LITERATURA DA TOPONÍMIA.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1 Léxico e Toponímia: aspectos conceituais.....</b>	<b>37</b>
<b>4.2 Onomástica, Toponímia e suas relações.....</b>	<b>42</b>
<b>4.3 Contextualização histórica da Toponímia .....</b>	<b>45</b>
<b>5 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA TOCANTINENSE.....</b>	<b>50</b>
<b>5.1 Considerações do contexto histórico do estado do Tocantins.....</b>	<b>50</b>
<b>5.1.1 Contexto sócio-histórico de Monte do Carmo.....</b>	<b>62</b>
<b>5.1.2 Contexto sócio-histórico de Natividade.....</b>	<b>66</b>
<b>5.2 Religião e religiosidade .....</b>	<b>75</b>
<b>5.3 Catolicismo Popular.....</b>	<b>78</b>
<b>5.4 Festas Populares .....</b>	<b>79</b>
<b>6 ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>87</b>
<b>6.1 Topônimo: Monte do Carmo.....</b>	<b>92</b>
<b>6.1 Topônimo: Natividade.....</b>	<b>92</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha deste estudo se deve a um primeiro contato com a toponímia ainda na graduação, durante uma apresentação da dissertação de Mestrado da professora Verônica Ramalho Nunes<sup>1</sup>. Logo depois, eu<sup>2</sup> tive a oportunidade de realizar um pré-projeto sobre toponímia dentro da disciplina de Semântica. O estudo era sobre hierotopônimos, já que havia a curiosidade de investigar o porquê de Nossa Senhora, que é apenas uma para os cristãos católicos, receber tantos nomes diferentes em diversos lugares. Identifiquei, naquele momento, que havia poucas pesquisas relacionadas ao estudo toponímico, sob viés da religiosidade, no estado do Tocantins, o que despertou ainda mais nosso interesse em contribuir com conhecimentos na área.

Este estudo se tornou meu trabalho de conclusão de curso, no curso de Letras do Instituto Federal do Tocantins IFTO. Em seguida, foi apresentado como projeto no Programa de Pós-graduação em Letras - PPGLetras da UFT, Câmpus de Porto Nacional.

Segundo Amorim (2005), ações catequizadoras foram inicialmente protagonizadas por missionários franciscanos, jesuítas e, depois, por outras ordens religiosas. Sendo, a partir de então, a religiosidade católica intrinsecamente permanente no território, conhecido como as terras do “Novo Mundo”. Conforme Amorim (2005, p.11), os Franciscanos foram os primeiros a desembarcar das naus de Pedro Álvares Cabral, sob a orientação de Frei Henrique de Coimbra. Porém, a pouca estrutura nos estabelecimentos missionários das primeiras décadas e o povoamento sistemático ocorrido apenas em 1532, fez com que a missionação franciscana tivesse grande incremento a partir de 1584, data da criação da Custódia de Santo António do Brasil, dependente da Província Capucha de Portugal.

Conseqüentemente, as nomeações dadas pelos povos que tinham uma base religiosa católica seguiram esse viés nas denominações de localizações geográficas, seja em municípios, rios, fazendas, sítios, entre outros.

Desse modo, o objetivo geral deste estudo é analisar a religiosidade presente em nomeações de dois municípios tocantinenses, diretamente ligados ao processo de ocupação, impulsionados pela exploração áurea, que permanecem com nomes religiosos, a saber: Monte do Carmo e Natividade do estado do Tocantins.

---

<sup>1</sup> Atualmente é Doutora em Linguística e Literatura pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura PPGLit da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

<sup>2</sup>À título de esclarecimento, faço breve contextualização com apresentação em primeira pessoa, logo depois, dialogo com diferentes autores em terceira pessoa.

Tem-se como objetivos específicos: i. abordar aspectos conceituais da Onomástica, Toponímia e suas relações; ii. descrever o processo histórico de formações hierotoponímicas no estado do Tocantins; iii. evidenciar as formações lexicais religiosas; e por fim, iv. interpretar topônimos tocantinenses, tendo em vista os títulos devocionais.

A presente pesquisa é do tipo documental, bibliográfica, de natureza qualitativa, e tem como pano de fundo os fundamentos teórico-metodológicos elaborados por Dick (1990, 2004), apoiada no método indutivo-onomasiológico.

Esta pesquisa articula conceitos linguísticos, toponímicos, históricos e geográficos como forma de subsidiar a análise de topônimos do estado do Tocantins. O topônimo, enquanto unidade léxica, não se dissocia de evidências semióticas que podem indicar o nexos entre o campo motivacional de natureza antropocultural ou do seu ambiente físico. Consideramos os seguintes questionamentos os quais nortearão a pesquisa:

a) Quais foram os aspectos sócio-históricos, políticos, culturais e religiosos que contribuíram para essas formações toponímicas?

b) Quais motivações afloram o ato designativo do lugar com nomes de origem sagrada?

Assim, a hipótese levantada e reafirmada, ao longo da pesquisa, é a de que formações hierotoponímicas no estado do Tocantins compõem o mesmo processo histórico de origem lusitana no Brasil, impregnadas pela influência de crenças e valores trazidos pelos colonizadores e que acabaram refletindo em nomeações, registradas em localidades por onde passavam e/ou se instalavam.

Monte do Carmo e Natividade, enquanto designativos de devoção cristã-católica, formam um dos primeiros conglomerados no contexto dos povoamentos auríferos do estado do Tocantins, situados na região Intermediária de Palmas, conforme atualização regional estabelecida pelo IBGE (2022).

A escolha de dois municípios históricos se justifica pela dimensão deste estudo e pelo pouco tempo hábil para sua construção. E ainda, por serem esses municípios parte do contexto que simbolizam o período de exploração do ouro, no antigo território goiano, impulsionando o surgimento dos primeiros aglomerados que constituiriam, mais tarde, os municípios pertencentes ao, então, atual estado do Tocantins. Desse modo, o trabalho elenca as influências da comunidade católica refletidas nas suas escolhas.

Por ser essa temática de importância sócio-histórica e cultural, é essencial a elucidação sobre surgimento e desenvolvimento de aspectos culturais de um povo. Considera-se que a

temática desta pesquisa é pouco estudada no estado, de modo que promovê-la a torna relevante por si mesma.

Justifica-se, ainda, pelas contribuições que a toponímia assume, particularmente como fonte de informações e repositório de memórias históricas e linguísticas, que entrelaça conhecimentos e saberes que irão servir de fonte para a posteridade. Dada sua relevância, haverá a necessidade de continuidade.

Este estudo também permite o subsídio de informações pertinentes para compor o [Atlas Toponímico do estado do Tocantins ATT<sup>3</sup>](#) e amplia o conhecimento das formações lexicais associadas às motivações sócio-históricas, com o uso dos conceitos significativos para o processo de denominações toponímicas.

Espera-se que este estudo possa servir como instrumento acadêmico para futuras pesquisas nesta área de conhecimento e para a sociedade sobre o processo de constituição toponímica, processo que se configura não como simples nomeação, mas está atrelado a uma expressão de cunho ideológico, histórico, político e cultural de ocupação territorial brasileiro, desde o período inicial da colonização, por conseguinte, tocantinense.

A pesquisa é composta por cinco capítulos e seus subtópicos. No primeiro capítulo assinalamos o percurso do estudo pelos aportes teórico-metodológicos correspondentes à análise do conteúdo, apresentamos os passos trilhados para produção deste estudo. No segundo capítulo apresentamos a sistematização do Estado da Arte. No terceiro capítulo apontamos aspectos do léxico toponímico pela abordagem de diferentes pesquisadores; buscamos relacionar a toponímia pelo viés Onomasiológico, apresentamos também o contexto histórico da toponímia. No quarto capítulo é realizada a contextualização histórica do estado do Tocantins, além de trazer informações sobre religião e religiosidade. No quinto capítulo evidenciamos a análise de dados, por meio de ficha lexicográfica e da descrição dos topônimos levantados no *corpus*. E, por fim, as considerações finais, em que são apresentadas as reflexões dos resultados obtidos por meio das análises desenvolvidas ao longo do trabalho.

---

<sup>3</sup> Inserimos como hiperlink algumas referências que já estão disponíveis em banco de dados e páginas.



## CAPÍTULO II

### 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo explicitamos a metodologia e as abordagens utilizadas para geração e análise dos dados, as quais estão fundamentadas pela Onomástica (do grego *ὀνομαστική*, ato de nomear), ciência que se ocupa do estudo dos nomes próprios, subdividida em duas subáreas: a Toponímia (do grego *τόπος*, lugar e *ὄνομα*, nome) estudo dos nomes próprios de lugares e a Antroponímia (do grego *άνθρωπος*, homem, e *ὄνομα* nome) estudo dos nomes próprios de pessoas.

#### 2.1 Aspectos Metodológicos

Este trabalho é um estudo em busca da representatividade desvelada em topônimos, ligados à historicidade tocantinense, com referência ao sagrado. Segundo Marconi; Lakatos (2010, p. 85), o método é um conjunto de atividades que permitem “alcançar um objetivo com segurança e economia, na medida em que traça um caminho a ser seguido, detecta erros e auxilia as decisões de um cientista”.

Sendo um estudo de natureza qualitativa respaldado na lógica documental, bibliográfica e indutiva o qual foi desenvolvido por meio de uma análise interpretativa dos topônimos (Natividade e Monte do Carmo), situados no estado de Tocantins, tendo como pano de fundo o método indutivo-onomasiológico.

Para Gil (1999, p.30), “a pesquisa bibliográfica foi elaborada com base em material já publicado”, sendo executada por meio de revisões de literatura, livros, artigos, dissertações, teses e documentos disponíveis em versões impressas e on-line. Nesse viés, segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica amplia-se à medida que novos estudos são desenvolvidos sobre o assunto. Em relação à pesquisa qualitativa, segundo Minayo (1995):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995, p.21).

Por conseguinte, enquanto a abordagem quantitativa enumera, mostra dados e indicadores, a qualitativa envolve-se na objetivação e na revisão das teorias para criar e ampliar conceitos, que são analisados especificamente e contextualmente. E isso pode ser evidenciado também pela pesquisa documental. Pela visão de Minayo (1995), a metodologia inclui

concepções teóricas de abordagem e técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e aguçam o potencial criativo do pesquisador. Isso, fundamentalmente, se aplica às pesquisas de modo geral e no campo da utilização de documentos não é diferente.

Portanto, de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindane (2009), a pesquisa documental é “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Nesse sentido, acredita-se na pesquisa documental como um suporte que traz contribuições valiosas e interessantes, já que os documentos são importantes fontes de dados para diferentes estudos qualitativos.

Este estudo procura responder a hipótese inicial em relação à toponímia tocantinense, subsidiada sob a expectativa de que os nomes dos municípios refletem um ideal político, religioso, sociológico e cultural de uma época.

O Estado da Arte também faz desta pesquisa. Como várias pesquisas são realizadas simultaneamente, com diferentes olhares e perspectivas, inferiu-se a necessidade do levantamento, mapeamento e análise de produções acadêmicas voltadas para a toponímia religiosa, principalmente do país e do estado do Tocantins.

Os caminhos para a análise foram trilhados na busca da interpretação de fenômenos linguísticos, representados nos topônimos com a recuperação histórica das motivações toponímicas. Para tanto, a pesquisa também ocorreu por meio de documentos históricos, mapas, considerados como fontes primárias para a toponímia. Além da utilização de obras com registro detalhado do contexto sócio-histórico e geopolítico dos locais percorridos. A exemplo, os diários de viagem de naturalistas europeus que visitaram o Brasil entre os séculos XVIII e XIX. Destaca-se, Raimundo José da Cunha Matos, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (2004 [1836]).

Contudo, o principal referencial para a construção do contexto sócio-histórico tem como base a obra do historiador Luiz Palacin e seus colaboradores, tais como: *História de Goiás: 1722-1972* (2008), *Sociedade Colonial: 1549 a 1599* (1981), *O Século do Ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas* (1994). Obras que apresentam o contexto da sociedade goiana, a administração política, a estrutura econômica, do auge à derrocada do período minerador.

Além disso, são trabalhados aspectos da Lexicologia postulados por Bidermam (2001), Isquierdo (2004) e outros autores da coleção *Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia* (2007).

Por sua vez, os dados também foram coletados em sites, como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; [IBGE-Cidades](http://www.ibge.gov.br). A análise foi feita a partir da nomeação de

aglomerados humanos dos municípios tocantinentes de [Natividade](#) e [Monte do Carmo](#), designativos religiosos situados na região Intermediária de [Palmas](#).

Para o detalhamento do processo formativo toponímico em questão, as informações estão apresentadas por meio do modelo de ficha lexicográfico-toponímica, desenvolvido pela pesquisadora [Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick \(2004\)](#), que serviu de referência metodológica para a realização deste estudo. A ficha adaptada, conforme quadro 1, contempla os seguintes micro-paradigmas: localização/município, topônimo, AH/F, outros nomes, taxionomia, entrada lexical, estrutura morfológica, história oficial, história literária, informações enciclopédicas, etimologia, fontes, pesquisador(a), revisora, data da coleta.

Quadro 1: Ficha lexicográfico-toponímica

<b>Localização / Município</b>	localização geográfica do município.
<b>Topônimo</b>	nome do município.
<b>AH/F.</b>	acidentes Humanos/ Físicos.
<b>Outros nomes</b>	outras denominações recebidas.
<b>Taxionomia</b>	interpretação dos nomes dos lugares partindo de sua natureza física ou antropocultural (DICK, 1990).
<b>Entrada Lexical</b>	elemento linguístico de base / entrada do topônimo.
<b>Estrutura Morfológica</b>	descrição no plano morfológico do topônimo dividido nas categorias: elemento específico simples, elemento específico composto e elemento específico híbrido.
<b>História Oficial</b>	histórico oficial coletado em fontes oficiais.
<b>História Literária</b>	caracteriza-se por informações coletadas na literatura e em pesquisas diversas: artigos, dissertações, teses e livros.
<b>Informações Enciclopédicas</b>	caracteriza-se por acréscimo de informações coletadas em outros materiais de apoio: almanaques, dicionários, Internet e outros.
<b>Etimologia</b>	Informações sobre a origem da palavra.
<b>Fontes</b>	são subsídios para a análise dos dados os autores: Sampaio (1901), Dick (1990), cartas topográficas localizadas na base IBGE e dados pesquisados da Internet.
<b>Pesquisador(a)</b>	Nara Niceia Coelho Bignardi Garcia Silveira.
<b>Revisora</b>	Dr <sup>a</sup> Karylleila dos Santos Andrade Klinger
<b>Data da Coleta</b>	Período de coleta dos dados.

Fonte: Dick (2004)

## CAPÍTULO III

### 3 ESTADO DA ARTE

Neste Capítulo é apresentado o Estado da Arte a partir de parâmetros de busca, tendo em vista o levantamento de pesquisas relacionadas à religiosidade na toponímia, com o intuito de apresentar uma visão abrangente das pesquisas desenvolvidas em torno da temática. Nesse sentido, ao explorarmos o estado atual do conhecimento produzido sobre o assunto estudado, buscamos identificar lacunas, tendências e desafios que nortearam o nosso próprio estudo.

#### 3.1 Estado da Arte

O Estado da Arte é importante fonte para a área da pesquisa de maneira geral. Seu desafio é o mapeamento e discussão de diferentes produções acadêmicas e diversas áreas do conhecimento. Assim definida por Ferreira (2002):

de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 5).

Constitui-se também, como rica fonte de consulta para outros pesquisadores. Nesse sentido, o Estado da Arte funciona com uma espécie de inventário daquilo que já foi produzido sobre determinado assunto. Ele permite examinar perspectivas, multiplicidades e pluralidades de enfoques nas pesquisas sobre um tema em busca de indicadores que podem ajudar esclarecer ou resolver problemáticas históricas.

Para tanto, realizamos o levantamento, mapeamento e análise de produções acadêmicas sobre toponímia religiosa no país, além do trabalho de Carvalinhos (2005), cujo estudo apresenta informações conceituais e de aplicação prática sobre a toponímia religiosa portuguesa, relevantes para nossa pesquisa.

Diante disso, para entender o que está sendo estudado e quais pontos são abordados dentro da temática escolhida, realizamos um estudo a partir de diversas publicações voltadas para a toponímia religiosa. As buscas foram realizadas através de palavras-chaves centralizadas em: hierotoponímia; toponímia religiosa; e o sagrado na toponímia.

A primeira etapa de buscas foi feita no site da [Capes](#)<sup>4</sup>, com a inserção da palavra hierotoponímia. Identificamos apenas o registro da tese de doutoramento da pesquisadora Carvalhinhos (2005), “*Hierotoponímia portuguesa de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas: estudo de caso as nossas senhoras*”.

Na segunda etapa ampliamos um pouco mais, buscamos pelo tema toponímia religiosa e sagrado na toponímia. Identificamos mais de 30 pesquisas publicadas, de diferentes autores em diferentes regiões brasileiras, disponíveis no site de buscas [Google Acadêmico](#).

Como resultado dessa ampliação do tema, encontramos uma pesquisa com o tema hierotoponímia na [Plataforma da Capes](#); 2 pesquisas com a temática do sagrado na toponímia e 3 pesquisas com a discussão voltada à religiosidade na toponímia.

A partir dessa coleta, iniciamos o filtro de temáticas que se alinhassem aos postulados teórico-metodológicos da Onomástica e da Toponímia religiosa para subsidiar o alinhamento espaço-temporal de todo o processo. A princípio, enfocamos nos trabalhos de Carvalhinhos (2005), mas verificamos que também poderíamos buscar informações em outros trabalhos com referências sobre a formação da toponímia brasileira nos primeiros séculos que tratam da religiosidade em topônimos, uma vez que poderiam contribuir e enriquecer a nossa proposta de pesquisa.

Procuramos demonstrar pesquisas desenvolvidas de norte a sul do país que focalizam a religiosidade toponímica. Foram selecionadas 13 pesquisas conforme a temática abordada. Também foram acrescentados, devido sua relevância e dimensão, a Tese e Glossário - estudo sobre Hagiotopônimos mineiros - produzido pela pesquisadora Ana Paula Mendes Alves de Carvalho. Com base nisso, buscamos nos resumos informações sobre a religiosidade na toponímia, qual a metodologia abordada, como eram realizados o tratamento dos dados e se traziam aspectos que agregariam contribuições relevantes para nossa pesquisa. Nessa perspectiva, ressaltamos que as pesquisas apresentam, em sua maioria, cunho bibliográfico e documental. No quadro 2, descrevemos os resultados dos dados levantados.

Quadro 2: Referências de pesquisas

AUTORES	GÊNERO TEXTUAL	TÍTULO DO TRABALHO	ANO	PLATAFORMA DE BUSCA / LINK DE ACESSO
---------	----------------	--------------------	-----	--------------------------------------

<sup>4</sup> A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>), é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC) (<https://www.gov.br/mec/pt-br>), que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Em 2007, a formação de professores da educação básica foi incluída em suas atividades, ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior.

ANDRADE, K., & FLORES, K. M.	Artigo	Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial.	2017	<a href="file:///C:/Users/Computador/Downloads/121997-Texto%20do%20artigo%20sem%20identifica%C3%A7%C3%A3o-284722-1-10-20180223%20(1).pdf">file:///C:/Users/Computador/Downloads/121997-Texto%20do%20artigo%20sem%20identifica%C3%A7%C3%A3o-284722-1-10-20180223%20(1).pdf</a>
DIAS, A. L. C.	Tese	Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses.	2016	<a href="https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5852">https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5852</a>
ANANIAS, A. C. C. dos S., & TAVARES, M. (2020).	Artigo	Os hagiopônimos na Macrotoponímia	2020	<a href="https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9926">https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9926</a>
FEITOSA, A. C. R.	TCC	Marcadores ideológicos na toponímia do Sudeste do Pará: estudos de hagioponímia.	2021	<a href="http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/1554">http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/1554</a> .
NUNES, V. R.	Artigo	Toponímia tocantinense: relatos dos moradores da comunidade remanescente quilombola sobre o topônimo Morro do São João	2022	<a href="https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5809">https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5809</a>
BASTIANI, C.				
NASCIMENTO, R. V. do				
CARVALHINHOS, P. de J.	Tese	Hierotoponímia portuguesa de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas: estudo de caso as nossas senhoras.	2005	<a href="https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/Hierotoponímia">https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/ Hierotoponímia</a>
OLIVEIRA. L. R. de; TRIBESSE, A. P.; DARGEL, P.; ISQUERDO A. N.	Artigo	Toponímia de acidentes humanos de Paranaíba-MS: marcas de religiosidade	2021	<a href="https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/602/651">https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/602/651</a>
CARVALHO, A. P. M. A. de.	Artigo	Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios / Minas Gerais	2018	<a href="http://periodicos.letras.ufmg">http://periodicos.letras.ufmg</a>
CARVALHO, A. P. M. A. de.	Tese	Hagioponímia em Minas Gerais	2014	<a href="https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9PMR2U/1/hagioponimia_em_minas_gerais_tese_final.pdf">https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9PMR2U/1/hagioponimia_em_minas_gerais_tese_final.pdf</a>
SANTOS, C. A. N.	Tese	A Toponímia em Sergipe: descrição e análise	2019	<a href="https://ppglic.ufba.br/pt-br/toponimia-em-sergipe-descricao-e-analise">https://ppglic.ufba.br/pt-br/toponimia-em-sergipe-descricao-e-analise</a>
SAAR, M. R. da C. S.	Dissertação	Toponímia e religião: a contribuição nordestina na nomeação de lugares acrianos	2016	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3609595">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3609595</a>
SOUZA, L. F.	Dissertação	Toponímia: Um estudo interdisciplinar sobre os bairros de Anápolis (GO)	2018	<a href="https://scholar.google.com.br/">https://scholar.google.com.br/</a> <a href="https://www.google.com/search?q=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+(GO)&amp;r">https://www.google.com/search?q=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+(GO)&amp;r</a>

				<a href="http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000219475#:~:text=Os%20quatro%20top%C3%B4nimos%20mais%20recorrentes,Se%20hora%20aparecida%20(574%20o%20corr%C3%A7%C3%A3o).">lz=1C1FCXM_pt-PTBR989BR989&amp;oq=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+(GO)&amp;gs_lcrp=EgZjaHJybWUyBggAEEUYOdIBCD11MzNqMGo3qAIAAsAIA&amp;sourceid=chrome&amp;ie=UTF-8</a>
ANANIAS, A. C. C. dos S.	Tese	Marcas de religiosidade na toponímia paranaense	2018	<a href="http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000219475#:~:text=Os%20quatro%20top%C3%B4nimos%20mais%20recorrentes,Se%20hora%20aparecida%20(574%20o%20corr%C3%A7%C3%A3o).">http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000219475#:~:text=Os%20quatro%20top%C3%B4nimos%20mais%20recorrentes,Se%20hora%20aparecida%20(574%20o%20corr%C3%A7%C3%A3o).</a>
SANTOS, G. R. dos; SIQUEIRA, K. M. de F.; TAVARES, R. de F. O.	Artigo	Toponímia: a dinâmica dos nomes de lugares da microrregião de Catalão/GO	2013	<a href="https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFT-4_6eb9938e60ce407b4d149aa3ead65b43">https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFT-4_6eb9938e60ce407b4d149aa3ead65b43</a>
ANDRADE, K. dos S.	Tese	Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins - Projeto Afíto	2006	<a href="https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-24032008-132238/pt-br.php#:~:text=O%20ATITO%20%C3%A9%20parte%20do,topogr%C3%A1ficas%20que%20comp%C3%B5em%20o%20estado.">https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-24032008-132238/pt-br.php#:~:text=O%20ATITO%20%C3%A9%20parte%20do,topogr%C3%A1ficas%20que%20comp%C3%B5em%20o%20estado.</a>

Fonte: Autora (2023)

Em relação ao Estado da Arte, evidenciamos o inventário de algumas pesquisas sintetizadas, considerando no Quadro 2 (Nome, Tipo de trabalho, Título do trabalho, Ano, Plataforma de busca/link de acesso).

Em análise, destacamos que no estado do Tocantins não há números expressivos de trabalhos que tratam especificamente sobre a toponímia religiosa com incidência em hierotopônimos. Contudo, evidenciamos algumas pesquisas que tratam sobre algumas cidades históricas surgidas no início da colonização do estado do Tocantins com nomes sagrados e de seus aspectos históricos. A seguir, uma breve descrição dos estudos mencionados no Quadro 2:

- Dias (2016) traz relevante contribuição ao apresentar o estudo toponímico dos primeiros municípios tocantinenses, estabelecidos a partir da mineração do ouro, no século XVIII, além da importância da hidronímia e as motivações para a escolha dos nomes desses lugares.
- Nunes, Bastiani; Nascimento (2022) realizaram uma análise toponímica da comunidade remanescente quilombola a partir dos relatos dos moradores que vivem na comunidade, discutem a motivação para nomeação do topônimo articulada a reflexões trazidas pelos estudos da memória oral.

- O estudo de Ananias; Tavares (2020) apresentam os hagitopônimos na macrotoponímia brasileira, a partir de consulta aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Feitosa (2021) aponta a motivação religiosa como influência para formação territorial da mesorregião sudeste do Pará.
- Carvalhinhos (2005) apresenta valiosa pesquisa sobre a toponímia portuguesa referente a nomes de Nossa Senhora, além de ser uma fonte de informações importantes para o nosso trabalho em relação ao estudo toponímico em questão. A autora realizou o estudo de 1195 hierotopônimos portugueses de Nossa Senhora, com base na teoria onomástica, proposta por Dick, e portuguesa, de Leite de Vasconcelos, levando em consideração a aplicabilidade prática conceitual.
- Oliveira e *et al* (2021) discutem resultados parciais da pesquisa de Doutorado sobre o estudo de marcas de religiosidade na toponímia de 77 acidentes geográficos humanos rurais do estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista o estudo extralinguístico dos nomes de lugares, com vistas à recuperação de possíveis causas denominativas dos topônimos.
- Carvalho (2014) também realiza ampla pesquisa sobre a toponímia religiosa mineira e apresenta o glossário e estudo dos 853 nomes religiosos de municípios de Minas Gerais em que introduziu os mariotopônimos.
- Santos (2019) descreve e analisa os nomes de 464 núcleos de povoamento de Sergipe, de modo a identificar elementos etnolinguísticos, linguísticos e sócio-históricos antropocultural.
- Saar (2016) demonstra a influência cultural, religiosa, nordestina na formação toponímica do Acre, a partir do resgate dos motivadores no ato de nomeação das comunidades rurais acreanas.
- Souza (2018) estuda os duzentos e noventa e oito nomes de bairros da cidade de Anápolis (GO) por recorte temático religioso.
- Ananias (2018) analisa os (elementos físicos rurais e elementos humanos rurais) de referência religiosa presente entre os 399 municípios que integram o Estado do Paraná.
- Santos; Siqueira; Tavares (2013) descrevem os designativos toponímicos da Microrregião de Catalão, considerando aspectos linguísticos (etimológico, morfológico, semântico) e aspectos extralinguísticos.



- Andrade (2006) também retrata aspectos importantes para a nossa pesquisa, pois analisa a toponímia indígena tocantinense, através do levantamento toponímico nas 127 cartas topográficas que compõem o estado. Além de realizar um estudo histórico, etnológico e linguístico da literatura dos viajantes naturalistas.

Em resumo, todas as pesquisas citadas trouxeram significativas contribuições, pois formaram uma espécie de inventário do que vem sendo produzido, nos dando um norteamento para prosseguir.

A seguir, apresentamos no Quadro 3 as sínteses de trabalhos elaborados com temáticas que envolvem a religiosidade em topônimos no contexto brasileiro as quais contribuiram para o desenvolvimento desta pesquisa. Foram considerados no Quadro 3: (Título do trabalho, Autor(a), Síntese da obra, Palavras-chave, Link de acesso/ Referência).

Quadro 3: Síntese das pesquisas

TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES	SÍNTESE DA OBRA	PALAVRAS -CHAVE	LINK DE ACESSO / REFERÊNCIA
Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial.	ANDRAD E, K. S. dos.; FLORES, K. M.	Evidenciam que a língua tupi é responsável pela formação da toponímia brasileira nos primeiros séculos, após o “achamento” do Brasil).	Toponímia. Rios Araguaia e Tocantins. Tocantins Colonial.	<a href="https://scholar.google.com.br/">https://scholar.google.com.br/</a> . <a href="https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/121997">https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/121997</a>  ANDRADE, K. S. dos; FLORES, K. M. Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial. Imaginary and representation in the toponymic formation of colonial Tocantins. Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Araguaína e Porto Nacional, TO. Filol. Linguíst. Port., São Paulo, v. 19, n. 2, p. 239-255, jul./dez. 2017.
Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses	DIAS, A. L. C.	Apresenta o estudo toponímico dos primeiros municípios tocantinenses, estabelecidos a partir da mineração do ouro, no século XVIII. Importância da hidronímia e as motivações para a escolha dos nomes desses lugares.	Onomástica. Toponímia. Léxico. História. Municípios tocantinenses	<a href="https://scholar.google.com.br/">https://scholar.google.com.br/</a> . <a href="https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5852">https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5852</a>  DIAS. A. L. C. <i>Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses</i> . Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Faculdade de Letras. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.
Os Hagiotopônimos na Macrotoponímia	ANANIAS, A. C. C. dos S. C.; TAVARES, M.	Apresentam os hagiotopônimos na macrotoponímia brasileira, a partir de consulta aos dados do <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> (IBGE).	Toponímia. Hagiotopônimos. Religiosidade. Municípios brasileiros	<a href="https://scholar.google.com.br/">https://scholar.google.com.br/</a> . <a href="https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9926">https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9926</a>  ANANIAS, A. C. C. dos S. C.; TAVARES, M. Os Hagiotopônimos

				na Macrotoponímia. Porto das Letras, v. 6, p. 146-171, 2020.
Marcadores ideológicos na toponímia do Sudeste do Pará: estudos de hagiotoponímia.	FEITOSA, A. C. R.	Aponta a motivação religiosa como influência para formação territorial da mesorregião sudeste do Pará.	Toponímia. Topônimos – Pará. Sudeste. Municípios – Pará. Sudeste	<a href="https://scholar.google.com.br/http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/1554">https://scholar.google.com.br/http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/1554</a>  FEITOSA, A. C. R. Marcadores ideológicos na toponímia do Sudeste do Pará: estudos de hagiotoponímia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de São Félix do Xingu, Instituto de Estudos do Xingu, Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, São Félix do Xingu, 2021
Hierotoponímia portuguesa de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas: estudo de caso as nossas senhoras	CARVALHINHOS, P. de J.	Apresenta o estudo de 1195 hierotopônimos portugueses de Nossa Senhora, com base na teoria onomástica proposta por Dick e portuguesa de Leite de Vasconcelos	Toponímia. Linguística. Etimologia. Cristianismo	<a href="https://repositorio.usp.br/item/001440677">https://repositorio.usp.br/item/001440677</a>  CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. <i>Hierotoponímia portuguesa de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas: estudo de caso as nossas senhoras</i> . 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
Toponímia tocantinense: relatos dos moradores da comunidade remanescente quilombola sobre o topônimo Morro do São João	NUNES, V. R. N.; BASTIANI, C.; NASCIMENTO, R. V.	Realizam a análise toponímica da comunidade remanescente quilombola a partir dos relatos dos moradores que vivem na comunidade, discutem a motivação para nomeação do topônimo articulada à reflexões trazidas pelos estudos da memória oral.	Toponímia. Morro do São João. Memória Oral	<a href="https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5809">https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5809</a>  NUNES, V. R. N.; BASTIANI, C.; NASCIMENTO, R. V. Toponímia tocantinense: relatos dos moradores da comunidade remanescente quilombola sobre o topônimo Morro do São João. <i>Humanidades &amp; Inovação</i> , v. 8, n. 66, p. 146-171, 2022.
Toponímia de acidentes humanos de Paranaíba-MS: marcas de religiosidade	OLIVEIRA, L. R. de; TRIBESSE, A. P.; DARGEL, P.; ISQUERDO, A. N.	Discutem resultados parciais da pesquisa de Doutorado em desenvolvimento sobre o estudo de marcas de religiosidade na toponímia de acidentes humanos rurais do estado de Mato Grosso do Sul tendo em vista o estudo extralinguístico dos nomes de lugares, com vistas à recuperação de possíveis causas denominativas dos	Hierotoponímia. Paranaíba. Toponímia	<a href="https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/602/651">https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/602/651</a>  OLIVEIRA, L. R. de; TRIBESSE, A. P.; DARGEL, P.; ISQUERDO, A. N. Toponímia de acidentes humanos de Paranaíba-MS: marcas de religiosidade. <i>Revista Philologus</i> , v. 27, n. 80, p. 229, 2021

		topônimos. Para tanto, foram analisados 77 nomes de localidades rurais (fazendas, chácaras, sítios, retiros e estâncias).		
Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios	CARVALHO, A. P. M. A. de	Apresenta um recorte do estudo dos 853 nomes religiosos de municípios de Minas Gerais, introduziu os mariotopônimos.	Léxico. Cultura. Toponímia religiosa. Minas Gerais. municípios	<a href="https://scholar.google.com.br/">https://scholar.google.com.br/</a> <a href="http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12888">http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12888</a> CARVALHO, A. P. M. A. de. Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. Revista de Estudos da Linguagem, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018
Hagiotoponímia em Minas Gerais	CARVALHO, A. P. M. A. de	Investiga o léxico hagiotoponímico de 853 municípios do estado de Minas Gerais e como a contribuição religiosa influenciou essa nomeação, introduziu os mariotopônimos.	Léxico. Cultura. Religião. Minas Gerais.	<a href="https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9PMR2U/1/hagiotoponimia_em_minas_gerais_tese_final.pdf">https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9PMR2U/1/hagiotoponimia_em_minas_gerais_tese_final.pdf</a> CARVALHO, A. P. M. A. Hagiotoponímia em Minas Gerais. 2014. 821f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2014.
A toponímia em Sergipe: descrição e análise'	Santos, C. A. N.	Descreve e analisa os nomes de 464 núcleos de povoamento de Sergipe, de modo a identificar elementos etnolinguísticos, linguísticos e sócio-históricos antropocultural.	Toponímia. Onomástica. Núcleos de povoamento. Nomes geográficos. Sergipe	<a href="https://ppglinc.ufba.br/pt-br/toponimia-em-sergipe-descricao-e-analise">https://ppglinc.ufba.br/pt-br/toponimia-em-sergipe-descricao-e-analise</a> SANTOS, C. A. N. A Toponímia em Sergipe: descrição e análise. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
Toponímia e religião: a contribuição nordestina na nomeação de lugares acrianos	SAAR, M. R. da C. S.	Demonstra a influência cultural, religiosa, nordestina na formação toponímica do Acre, a partir do resgate dos motivadores no ato de nomeação das comunidades rurais acrianas.”	Toponímia. Linguística. Linguagem regional	<a href="http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/?web=o-onoma&amp;lang=1&amp;page=3457&amp;menu=2238&amp;tipo=1#:~:text=Topon%C3%ADmia%20e%20Religi%C3%A3o%3A%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o,nomea%C3%A7%C3%A3o%20dos%20espa%C3%A7os%20geogr%C3%A1ficos%20acrianos">http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/?web=o-onoma&amp;lang=1&amp;page=3457&amp;menu=2238&amp;tipo=1#:~:text=Topon%C3%ADmia%20e%20Religi%C3%A3o%3A%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o,nomea%C3%A7%C3%A3o%20dos%20espa%C3%A7os%20geogr%C3%A1ficos%20acrianos</a> SAAR, M. R. da C. S. Toponímia e religião: a contribuição nordestina na nomeação de lugares acrianos. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2016.

<p>Toponímia: Um estudo interdisciplinar sobre os bairros de Anápolis (GO)</p>	<p>SOUZA, L. F.</p>	<p>Estuda os duzentos e noventa e oito nomes de bairros da cidade de Anápolis (GO) por recorte temático religioso.</p>	<p>Onomástica. Desencantamento do mundo. Desencantamento da toponímia.</p>	<p><a href="https://www.google.com/search?q=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+(GO)&amp;rlz=1C1FCXM_pt-PTBR989BR989&amp;oq=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+(GO)&amp;gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDIIMzNqMGo3qAIAAIA&amp;sourceid=chrome&amp;ie=UTF-8">https://www.google.com/search?q=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+(GO)&amp;rlz=1C1FCXM_pt-PTBR989BR989&amp;oq=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+(GO)&amp;gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDIIMzNqMGo3qAIAAIA&amp;sourceid=chrome&amp;ie=UTF-8</a></p> <p>SOUZA, Larissa Ferreira de. A Presença da religiosidade na toponímia: um estudo interdisciplinar sobre os bairros de Anápolis(GO). 2018. 113 f. Dissertação( Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) - Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis,GO.</p>
<p>Marcas da Religiosidade na Toponímia Paranaense</p>	<p>ANANIAS, A. C. C. dos S.</p>	<p>Analisa os (elementos físicos rurais e elementos humanos rurais) de referência religiosa presente entre os 399 municípios que integram o Estado do Paraná.</p>	<p>Toponímia. Léxico. Religiosidade. e. Paraná</p>	<p><a href="http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000219475#:~:text=Os%20quatro%20top%C3%B4nimos%20mais%20recorrentes,Senhora%20Aparecida%20(574%20ocorr%C3%AAs).">http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000219475#:~:text=Os%20quatro%20top%C3%B4nimos%20mais%20recorrentes,Senhora%20Aparecida%20(574%20ocorr%C3%AAs).</a></p> <p>ANANIAS, A. C. C. dos S. Marcas de Religiosidade na Toponímia Paranaense. 2018. 398f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.</p>
<p>Toponímia: a dinâmica dos nomes de lugares da microrregião de Catalão/GO.</p>	<p>SANTOS, G. R. dos; SIQUEIRA, K. M. de F.; TAVARES, S. R. de F. O.</p>	<p>Descrevem os designativos toponímicos da Microrregião de Catalão, considerando aspectos linguísticos (etimológico, morfológico, semântico) e também aspectos extralinguísticos.</p>	<p>Topônimo. Onomástica. Sistema taxionômico</p>	<p><a href="https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFT-4_6eb9938e60ce407b4d149aa3ead65b43">https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFT-4_6eb9938e60ce407b4d149aa3ead65b43</a></p> <p>SANTOS, G. R. dos; SIQUEIRA, K. M. de F.; TAVARES, R. de F. O. Toponímia: a dinâmica dos nomes de lugares da microrregião de Catalão/GO. <i>EntreLetras</i>, v. 4, n. 2, 2013.</p>
<p>Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins - Projeto Atito</p>	<p>ANDRADE, K. S. dos S.</p>	<p>Analisa a toponímia indígena tocantinense, através do levantamento toponímico nas 127 cartas topográficas que compõem o estado. Realiza, também, um estudo histórico, etnológico e linguístico da literatura dos viajantes naturalistas.</p>	<p>Atlas Toponímico. Etimologia. Indígena Tocantins. Toponímia</p>	<p><a href="https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-24032008-132238/pt-br.php#:~:text=O%20ATITO%20%C3%A9%20parte%20do,topogr%C3%A1ficas%20que%20comp%C3%B5em%20o%20estado.">https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-24032008-132238/pt-br.php#:~:text=O%20ATITO%20%C3%A9%20parte%20do,topogr%C3%A1ficas%20que%20comp%C3%B5em%20o%20estado.</a></p> <p>ANDRADE, K. S. dos. <i>Atlas Toponímico de Origem Indígena do estado do Tocantins – Projeto ATITO</i>. 2006.187f. Tese</p>

				(Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
--	--	--	--	--

Fonte: Autora (2023)

A Geografia, de maneira interdisciplinar, se articula em proximidade com a toponímia. Desse modo, além de demonstrar alguns estudos relacionados à religiosidade na toponímia, também consideramos pertinente apresentar a localização dos municípios: Natividade e Monte do Carmo, os quais, são objetos deste estudo e, respectivamente pertencentes à Região Geográfica Intermediária de Palmas, composta por 42 municípios e à Região Imediata de Porto Nacional, composta por 13 municípios, conforme as tabelas abaixo.

Logo, para melhor visualização, decidimos demonstrar em uma tabela específica, de forma mais didática, a distribuição das designações que remetem ao sagrado na toponímia tocantinense, tendo em vista a região e localização onde se encontram. A antiga divisão classificatória por Microrregiões e Mesorregiões foi a versão utilizada pelo IBGE entre 1989 a 2017. Atualmente, o órgão faz a classificação por regiões Intermediárias e Imediatas. Considera-se a região de maior influência e dependência sob aspectos, principalmente econômicos, sociais e financeiros.

Tabela 1: Quantidade de municípios - Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas

REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
<b>PALMAS</b>	42	Palmas	10
		Porto Nacional	13
		Paraíso do Tocantins	14
		Miracema do Tocantins	5
<b>ARAGUAÍNA</b>	65	Araguaína	21
		Guaraí	14
		Colinas do Tocantins	9
		Tocantinópolis	8
		Araguatins	13
<b>GURUPI</b>	32	Gurupi	18
		Dianópolis	14

Fonte: IBGE (2022)

Tabela 2: Regiões Geográficas Imediatas por Regiões Intermediárias

**PALMAS**

<b>REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
<b>PALMAS</b>	Aparecida do Rio Negro
	Lagoa do Tocantins
	Lajeado
	Lizarda
	Mateiros
	Novo Acordo
	Palmas
	Rio Sono
	Santa Tereza do Tocantins
	São Félix do Tocantins
	<b>PORTO NACIONAL</b>
Chapada da Natividade	
Fátima	
Ipueiras	
Monte do Carmo	
Natividade	
Oliveira de Fátima	
Pindorama do Tocantins	
Ponte Alta do Tocantins	
Porto Nacional	
Santa Rita do Tocantins	
Santa Rosa do Tocantins	
Silvanópolis	
<b>PARAÍSO DO TOCANTINS</b>	
	Araguacema
	Barrolândia
	Caseara
	Chapada de Areia
	Cristalândia
	Divinópolis do Tocantins
	Lagoa da Confusão
	Marianópolis do Tocantins
	Monte Santo do Tocantins
	Nova Rosalândia
	Paraíso do Tocantins
	Pium
	Pugmil
<b>MIRACEMA DO TOCANTINS</b>	Dois Irmãos do Tocantins
	Miracema do Tocantins
	Miranorte
	Rio dos Bois
	Tocantínia

Fonte: IBGE (2022)

**ARAGUAÍNA**

<b>REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA</b>	<b>REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
		Ananás

<b>ARAGUAÍNA</b>	Angico
	Aragominas
	Araguaína
	Araguanã
	Arapoema
	Babaçulândia
	Barra do Ouro
	Campos Lindos
	Carmolândia
	Darcinópolis
	Filadélfia
	Goiatins
	Muricilândia
	Nova Olinda
	Pau-d'Arco
	Piraquê
	Riachinho
	Santa Fé do Araguaia
	Wanderlândia
Xambioá	
<b>GUARAÍ</b>	Bom Jesus do Tocantins
	Centenário
	Colméia
	Couto Magalhães
	Tabocão
	Goianorte
	Guaraí
	Itaporã do Tocantins
	Pedro Afonso
	Pequizeiro
	Presidente Kennedy
	Recursolândia
	Santa Maria do Tocantins
	Tupirama
<b>COLINAS DO TOCANTINS</b>	Bandeirantes do Tocantins
	Bernardo Sayão
	Brasilândia do Tocantins
	Colinas do Tocantins
	Itacajá
	Itapiratins
	Juarina
	Palmeirante
Tupiratins	
<b>TOCANTINÓPOLIS</b>	Aguiarnópolis
	Cachoeirinha
	Luzinópolis
	Maurilândia do Tocantins
	Nazaré
	Palmeiras do Tocantins
Santa Terezinha do Tocantins	

	Tocantinópolis
<b>ARAGUATINS</b>	Araguatins
	Augustinópolis
	Axixá do Tocantins
	Buriti do Tocantins
	Carrasco Bonito
	Esperantina
	Itaguatins
	Praia Norte
	Sampaio
	São Bento do Tocantins
	São Miguel do Tocantins
	São Sebastião do Tocantins
	Sítio Novo do Tocantins

Fonte: IBGE (2022)

## GURUPI

REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA	MUNICÍPIOS
<b>GURUPI</b>	Aliança do Tocantins
	Alvorada
	Araguaçu
	Cariri do Tocantins
	Crixás do Tocantins
	Dueré
	Figueirópolis
	Formoso do Araguaia
	Gurupi
	Jaú do Tocantins
	Palmeirópolis
	Paraná
	Peixe
	Sandolândia
	São Salvador do Tocantins
	São Valério
	Sucupira
	Talismã
<b>DIANÓPOLIS</b>	Almas
	Arraias
	Aurora do Tocantins
	Combinado
	Conceição do Tocantins
	Dianópolis
	Lavandeira
	Novo Alegre
	Novo Jardim
	Ponte Alta do Bom Jesus
	Porto Alegre do Tocantins
	Rio da Conceição

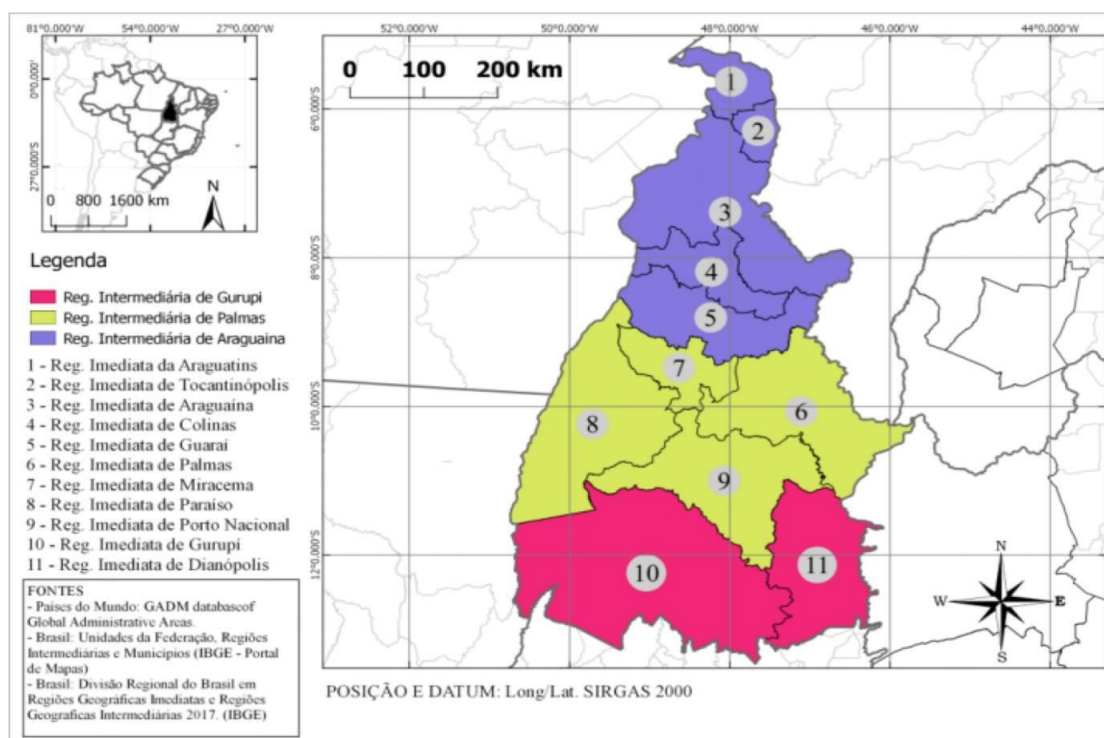


	Taguatinga
	Taipas do Tocantins

Fonte: IBGE (2022)

O IBGE (2017) atualizou a definição de Regiões Geográficas para o estado tocaninense. Essa atualização está distribuída em onze Regiões Imediatas, agrupadas em três Regiões Geográficas Intermediárias. Há uma hierarquização dos maiores e menores. Diante disso, cada Região Geográfica Intermediária corresponde aos 3 maiores e mais importantes centros urbanos do estado, e os nomes das Regiões Geográficas Imediatas correspondem aos municípios que polarizam economicamente nas pequenas regiões, servindo de abastecedores de produtos e serviços. Segundo a divisão vigente desde 2017, conforme apresentados no mapa seguinte.

Figura 1. Mapa- Divisão espacial das Regiões Intermediárias e Imediatas do estado do Tocantins, segundo a nova regionalização do IBGE (2017).



Fonte: IBGE (2017)

A próxima tabela apresenta a classificação antiga do IBGE Cidades (2017), representada por Mesorregiões e Microrregiões.

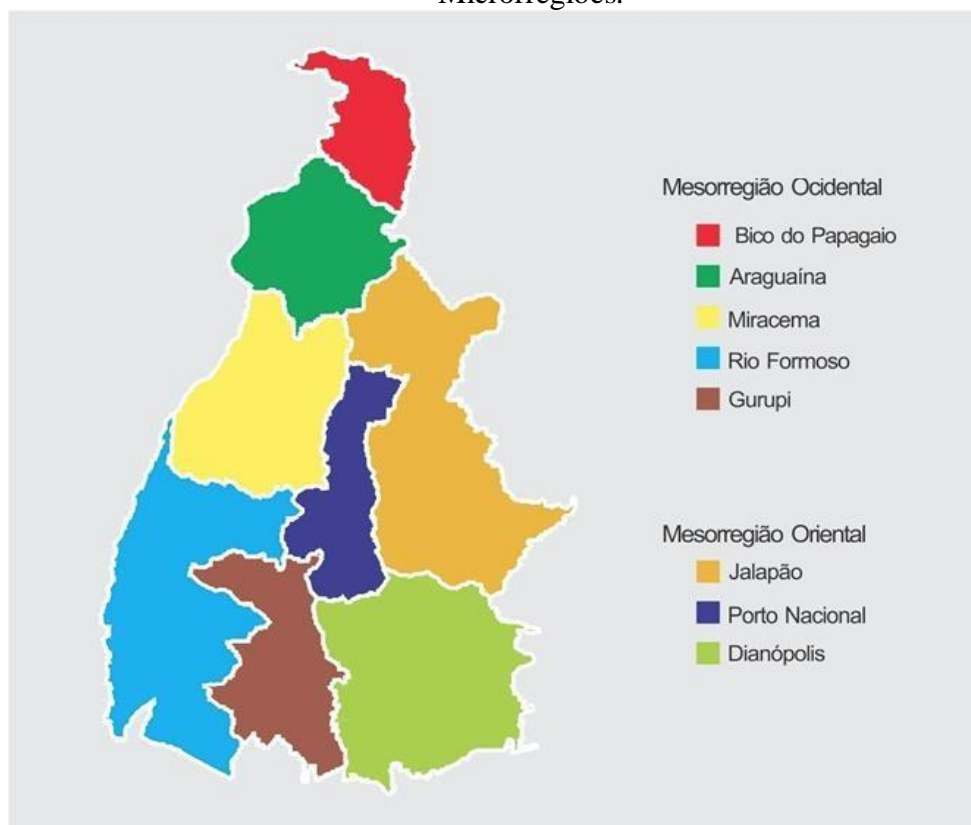
Tabela 3: Topônimos tocantinenses com referenciação sagrada – antiga regionalização IBGE

TOPÔNIMO	REGIÃO	LOCALIZAÇÃO
<b>FÁTIMA</b>	Microrregião Rio Formoso	Mesorregião Ocidental
<b>OLIVEIRA DE FÁTIMA</b>	Microrregião Rio Formoso	Mesorregião Ocidental
<b>BREJINHO DE NAZARÉ</b>	Microrregião de Gurupi	Mesorregião Ocidental
<b>SANTA RITA TOCANTINS</b>	Microrregião de Gurupi	Mesorregião Ocidental
<b>SÃO SALVADOR</b>	Microrregião de Gurupi	Mesorregião Ocidental
<b>CARMOLÂNDIA</b>	Microrregião Araguaína	Mesorregião Ocidental
<b>SANTA FÉ DO TOCANTINS</b>	Microrregião Araguaína	Mesorregião Ocidental
<b>SÃO BENTO</b>	Microrregião Bico do Papagaio	Mesorregião Ocidental
<b>SÃO MIGUEL DO TOCANTINS</b>	Microrregião Bico do Papagaio	Mesorregião Ocidental
<b>SÃO SEBASTIÃO</b>	Microrregião Bico do Papagaio	Mesorregião Ocidental
<b>SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS</b>	Microrregião Bico do Papagaio	Mesorregião Ocidental
<b>NAZARÉ</b>	Microrregião Bico do Papagaio	Mesorregião Ocidental
<b>DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS</b>	Microrregião Miracema do Tocantins	Mesorregião Ocidental
<b>MONTE SANTO DO TOCANTINS</b>	Microrregião Miracema do Tocantins	Mesorregião Ocidental
<b>PARAÍSO DO TOCANTINS</b>	Microrregião Rio Formoso	Mesorregião Ocidental
<b>APARECIDA DO RIO NEGRO</b>	Microrregião Porto Nacional	Mesorregião Oriental
<b>BOM JESUS DO TOCANTINS</b>	Microrregião Porto Nacional	Mesorregião Oriental
<b>MONTE DO CARMO</b>	Microrregião Porto Nacional	Mesorregião Oriental
<b>SANTA MARIA DO TOCANTINS</b>	Microrregião Porto Nacional	Mesorregião Oriental
<b>SANTA TEREZA DO TOCANTINS</b>	Microrregião Jalapão	Mesorregião Oriental
<b>SÃO FÉLIX DO TOCANTINS</b>	Microrregião Jalapão	Mesorregião Oriental
<b>SÃO VALÉRIO</b>	Microrregião Dianópolis	Mesorregião Oriental
<b>ALMAS</b>	Microrregião Dianópolis	Mesorregião Oriental
<b>CHAPADA DE NATIVIDADE</b>	Microrregião Dianópolis	Mesorregião Oriental
<b>CONCEIÇÃO DO TOCANTINS</b>	Microrregião Dianópolis	Mesorregião Oriental
<b>NATIVIDADE</b>	Microrregião Dianópolis	Mesorregião Oriental
<b>PONTE ALTA DO BOM JESUS</b>	Microrregião Dianópolis	Mesorregião Oriental
<b>RIO DA CONCEIÇÃO</b>	Microrregião Dianópolis	Mesorregião Oriental
<b>SANTA ROSA TOCANTINS</b>	Microrregião Dianópolis	Mesorregião Oriental

Fonte: IBGE Cidades (2017).

Para ilustração, a próxima Figura apresenta o Mapa do estado do Tocantins<sup>5</sup>. Demonstra as Mesorregiões com as respectivas Microrregiões antes da atualização realizada pelo IBGE (2017).

Figura 2 - Mapa do estado do Tocantins a partir das duas Mesorregiões com suas respectivas Microrregiões.



Fonte: formulageo.blogspot.com (2022)

A fim de consolidarmos o entendimento sobre as formações toponímicas tocantinenses, tomamos como *corpus* municípios situados na Região Intermediária de Palmas e Imediata de Porto Nacional do estado do Tocantins, que possuem nomeações religiosas. Os mesmos são considerados, pois surgiram no início do seu povoamento, quando ainda era Província Goiana, denominado Norte, ou seja, porções territoriais povoadas no contexto do período colonizador.

Esse vestígio religioso, deixado como legado e como herança, se espalhou e se sustenta até os dias atuais. Além disso, pode revelar um subsídio importante da constituição territorial, social, política e histórica da nação brasileira. Para tanto, entende-se essencial a apresentação do contexto histórico tocantinense dentro da configuração Onomasiológica, com ênfase à

<sup>5</sup> Mapa disponível em: <https://formulageo.blogspot.com/2022/06/atividade-com-mapa-mesorregioes-do-36.html>. Acesso em 20 fev. 2023.

religiosidade representada nos topônimos e pela necessidade de ter mais pesquisas relacionadas à temática. Com base nisso, evidenciamos na tabela abaixo, os vinte nove topônimos que trazem essa representação religiosa no estado do Tocantins, com base na formatação geopolítica do IBGE (2022).

Tabela 4: Topônimos com referência sagrada – nova regionalização IBGE

<b>REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
<b>PALMAS</b>	Aparecida do Rio Negro
	Santa Tereza do Tocantins
	São Félix do Tocantins
<b>PORTO NACIONAL</b>	Brejinho de Nazaré
	Chapada da Natividade
	Fátima
	Monte do Carmo
	Natividade
	Oliveira de Fátima
	Santa Rita do Tocantins
Santa Rosa do Tocantins	
<b>PARAÍSO DO TOCANTINS</b>	
	Divinópolis do Tocantins
	Marianópolis do Tocantins
	Monte Santo do Tocantins
	Paraíso do Tocantins
<b>MIRACEMA DO TOCANTINS</b>	-

Fonte: IBGE (2022)

### **ARAGUAÍNA**

<b>REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
<b>ARAGUAÍNA</b>	
	Carmolândia
	Santa Fé do Araguaia
<b>GUARAÍ</b>	Bom Jesus do Tocantins
	Santa Maria do Tocantins
<b>TOCANTINÓPOLIS</b>	
	Nazaré
	Santa Terezinha do Tocantins
	São Bento do Tocantins
	São Miguel do Tocantins

	São Sebastião do Tocantins
--	----------------------------

Fonte: IBGE (2022)

### GURUPI

REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA	MUNICÍPIOS
<b>GURUPI</b>	São Salvador do Tocantins
	São Valério
	Conceição do Tocantins
	Ponte Alta do Bom Jesus
	Rio da Conceição

Fonte: IBGE (2022)

Evidencia-se a necessidade de realização de pesquisas sob a ótica que propomos, uma vez que dos 139 municípios tocantinenses catalogados pelo IBGE Cidades (2022), 29 (vinte e nove) fazem menção religiosa de devoção cristã-católica apostólica. Incluindo aqueles que fazem referência a santos, santas ou simplesmente por designações de remetem ao sagrado. Alguns, classificados pelo modelo Dickeano como hierotopônimos, haja vista que essa autora considera apenas a entrada lexical para tal distribuição categorial e classificatória. Outros, motivados pela força da expressão religiosa e devocional.

Nesse contexto, será apresentado no próximo capítulo pressupostos conceituais referentes à Onomástica, Toponímia e suas relações sob viés Dickeano. Dessa forma, faz-se uma breve apresentação da historicidade dos estudos onomásticos no país e como o processo ocorreu.

## CAPÍTULO IV

### 4 ONOMÁSTICA E SUAS RELAÇÕES

Neste capítulo são apresentados vários tópicos referentes à revisão de literatura. Iniciamos com a discussão teórica pautada nos estudos do léxico e toponímia: aspectos conceituais. Depois, uma contextualização sobre aspectos da toponímia, enquanto ramificação da grande ciência, a Onomástica. Além disso, apresentamos aspectos concernentes ao processo histórico de sistematização da toponímia.

#### 4.1 Léxico e Toponímia: aspectos conceituais

O aspecto cultural e social de um povo está linguisticamente representado no léxico. Considerado como o conjunto de todas as palavras de uma língua (do grego *lexicon*), pode também, ser descrito como o repertório de palavras (HOUAISS, 2001).

Em uma definição mais geral, de acordo com Antunes (2012, p. 27), “o léxico de uma língua, pode ser visto como o amplo repertório de palavras de uma língua, ou conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação”. Isso recobre a certeza de que o léxico ocupa um espaço muito além da gramaticalização ou dicionarização, compõe, assim, a língua em movimento de contiguidade, pois acompanha a dinamicidade interna e externa das palavras.

O léxico constitui, assim, a totalidade de vocábulos efetivos e virtuais do sistema linguístico, já o vocabulário, é condizente ao uso, está a nível da norma (fala), individual e a nível de grupo, condicionado pelo sistema e atualizado no discurso interiorizado pelo falante. Já a palavra, está no nível comunicativo, devendo ser analisada mórfica, semântica, sintática, fonético-fonológica e discursivamente.

Conforme afirma Antunes (2012), “sem léxico não há língua”, pois a linguagem intermedeia nosso modo de representação e de relação com o mundo, visto que a língua é materializada pelas palavras (ANTUNES, 2012, p.27). Alinhada a isso, Carvalho (2009) acrescenta que o léxico está em consonância não só com a realidade linguística, mas também, com a realidade extralinguística. E, ainda, circunscreve aspectos sincrônicos que estão relacionados a uma determinada época e diacrônicos, pois atendem à observação histórica e de permanente mudança. Vilela corrobora esse pensamento ao afirmar que:

O léxico é parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal quase

tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo (VILELA, 1994, p. 6).

Nesse sentido, o léxico está diretamente relacionado aos processos de nomeação. Desse modo, perpetua-se a confirmação de geração do léxico por “atos sucessivos de cognição da realidade e categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras” (BIDERMAN, 2001, p. 13).

O processo de nomear pelas categorizações e sistematizações classificatórias de diferentes objetos e entidades resultou na discriminação lexical, gerando o léxico das línguas naturais. A discriminação e classificação das coisas através da nominalização, considerada por Biderman (2001) como a etapa básica e primitiva de apreensão da realidade se deve à geração do léxico das línguas naturais, sendo esse ato, a primeira ação do percurso científico de conhecimento e familiaridade com o universo. A partir da evolução e da criação de novas técnicas e da ciência houve a necessidade de ampliação do repertório de signos lexicais para designação da realidade e seu entorno.

Consoante a isso, Isquerdo e Krieger (2004) ressaltam que a história das civilizações se entrelaça aos valores pessoais e sociais traduzidos pela percepção de mundo do homem e por sua necessidade de nomear, seja como forma de organização, para registro, perpetuação cultural ou pertencimento.

Destaca-se, ainda, que quando o homem associa palavras aos conceitos, os símbolos e signos linguísticos podem refletir o referente. Assim, as palavras representam rotulações de uma língua natural com função interacional do homem com o seu meio vivencial através de ordenação e estruturação lexicalizada.

Com isso, as palavras transfiguram uma dimensão complexa, situada nos diferentes discursos e contextos, o que exige seu estudo por abordagens teóricas diversificadas. Vilela (1994, p. 24) destaca que o “léxico ocupa todas as teorias e correntes linguísticas”. Por conseguinte, as áreas que estudam o léxico são diferenciadas conforme o objeto. Têm a mesma finalidade, porém o estudam de modo distinto, tem-se a descrição como diferencial. As disciplinas tradicionais no estudo do léxico são denominadas como: Lexicologia, Lexicografia e a Terminologia.

A Lexicologia está voltada ao estudo do léxico de forma ampla e sob diferentes perspectivas teóricas. Seu objeto, a Semântica (lexical) e Morfologia (lexical) está situado no contexto de uso, na sistematicidade das unidades lexicais no nível da língua, norma e fala, segundo Vilela (1994, p.10 -11). Dessa forma, a Lexicologia analisa a estrutura interna do

léxico, e está fortemente ligada à Semântica, suas relações e interrelações. Tem a função de apresentar informações acerca das unidades léxicas necessárias à produção do discurso e caracterizar sua estrutura interna no conteúdo e forma.

A Lexicografia é considerada a ciência dos dicionários, estuda a problemática da dicionarização e se ocupa das técnicas desse trabalho valoroso. Biderman (2001, p.18) ressalta que o fazer lexicográfico fundamentado em critérios científicos ganhou novos horizontes, passou de uma simples listagem de palavras para se tornar um estudo que se ocupa da análise da significação. O dicionário ganhou status de “tesouro lexical”, pois registra a norma lexical significativa corrente da sociedade. É uma fonte riquíssima que abriga boa parte do léxico de uma língua, portanto é considerado um tesouro cultural.

A Terminologia orienta os fundamentos do estudo aplicado, especializado e teórico dos termos em situações comunicativas acadêmicas, profissionais ou científicas (ISQUERDO; KRIEGER, 2004). Ou seja, a Terminologia é mais denotativa “se ocupa do subconjunto do léxico de uma língua, a saber, cada área específica do conhecimento humano. Esse subconjunto lexical que constitui objeto, insere-se no universo referencial”, de acordo com Biderman (2001, p.18), correlaciona estrutura lexical e estrutura conceitual. Logo, o uso de um termo técnico-científico pressupõe um vocabulário de caráter especializado e do seu conhecimento dentro de um espaço específico.

A atribuição Semântica, segundo Biderman (2001, p. 16), se aplica a essa disciplina, pois a dimensão significativa não pode deixar de ser contemplada no estudo do léxico e da palavra. Considera-se sentido e significado, pois estuda a palavra não com o papel de inventariar todas, mas fornecer pressupostos teóricos para traçar sua coordenação como unidade básica, sua categorização e estruturação lexical.

De acordo com Vilela (1994), quando pensamos em processo de significação, também pensamos em aspectos estilísticos, geográficos e socioculturais. Além de também fazer fronteira com outras áreas, Dialectologia, Etnolinguística, Neurolinguística e Psicolinguística. Ademais, Dias considera que:

O léxico é o acervo virtual e real de todas as palavras possíveis de uma língua. O falante tem esse acervo à sua disposição, porém, as escolhas lexicais não são aleatórias, estão ligadas à história, à cultura e à visão de mundo da sociedade. A partir dessas escolhas, o homem nomeia os lugares reais ou imaginários, os cursos d’água, os acidentes geográficos e os seus semelhantes. Para ele, o ato de nomear é uma forma de apoderar-se do mundo por meio da língua (DIAS, 2016. p. 20).

Diante disso, acrescenta-se o léxico incorporado e categorizado por ações vinculadas à realidade e pelas experiências dos indivíduos com o meio. Sendo estas vivências, de acordo com Biderman (2001, p. 14), concebidas, registradas e armazenadas na memória de forma



estruturada por um processo sistêmico automático, considerado um “patrimônio vocabular” e um “tesouro cultural abstrato”, em que vários vocábulos estão disponíveis e podem ser resgatados quando houver necessidade.

Evidencia-se que o reflexo dessa diversidade linguística e cultural nas nomeações de lugares se materializou pela expressividade das práticas humanas, para representação da sua visão e do modo de vida das comunidades linguísticas, que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. “Essas práticas são expressivamente representadas pelo léxico, de modo que os grupos batizam os ambientes ao seu redor, revelando a cosmovisão e o ‘*modus vivendi*’ de seu grupo” (NUNES, 2015, p.14). Isso corresponde à incorporação da representatividade de questões ambientais físicas e sociais no cotidiano dos indivíduos, enquanto dimensão prática existencial.

Conforme postula Sapir (1969, p.45), o léxico da língua é o mais afetado pelo ambiente físico e social. Funciona como um conjunto de símbolos referentes ao quadro cultural do grupo. Assim, “o léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que achembarcam a atenção da comunidade.” Dessa forma, o processo lexical e linguístico remete ao vínculo histórico, diacrônico e sincrônico, permeado por particularidades no surgimento, desenvolvimento e pela sistematicidade das mudanças provenientes de “relações paradigmáticas e sintagmáticas”, uma vez que o saber linguístico e extralinguístico se complementa (VILELA, 1994, p. 23).

Sob essa ótica, cabe ressaltar que a maneira como um grupo falante faz uso da língua pode não ser a mesma de outro grupo pertencente ao mesmo ambiente. Segundo Sapir (1969), língua e cultura são sobrepostas em estrita relação, mas, não indefinidamente justamente porque não são estáticas, mudam ao longo do tempo conforme o surgimento das necessidades.

Ao considerar os designativos religiosos em formações toponímicas históricas, dos primeiros séculos da colonização no Brasil, reitera-se a grande influência portuguesa, que podem ter registros que permaneceram ou sofreram alterações com o passar do tempo.

Biderman (2002, p. 65) esclarece que a aculturação dos povos nativos, por meio do idioma português, processa-se lentamente, a partir da aquisição desse falar pelos povos indígenas, via os ensinamentos dos Jesuítas, assim como, pelo contato com línguas europeias e africanas. Diante disso, todo o sistema linguístico constitui uma forma de representação da realidade e o léxico é constituído pela somatória de experiências empíricas da sociedade e de seu acervo cultural em que se é estabelecida, conforme Biderman (2001), é uma ligação entre emissor e receptor.

Nesse caso, Sapir (1969) explica que condições vivenciais relacionadas ao ambiente geográfico refletem no léxico e, em determinados grupos sociais certos termos são considerados e em outros não, pois, interesses positivos ou negativos influem na provável escolha de termos genéricos ou específicos.

Isso posto, é pertinente destacar que o estudo do léxico na toponímia é importante e significativa fonte de registro de fatos e acontecimentos, pois situa o homem em seu meio e não deixa que vestígios importantes da cultura e da vida concreta se percam ao longo do caminho.

Biderman (2001) considera que os seres humanos ao nomear sua realidade, eles classificam e organizam sua percepção de mundo, categorizando-os ao nomeá-los. Assim, para Biderman (2001), as taxionomias de base categorial são arbitrarias linguisticamente, pois justifica que essas elaborações são específicas de cada cultura, embora sejam de tipologias semanticamente compreensíveis.

A categorização é o processo em que se baseia a Semântica de uma língua, a qual, possibilita ao homem fazer associações entre palavras e conceitos. Sendo esses conceitos, ou significados, considerados modos de ordenação de dados sensoriais da experiência. Para Dias (2016, p. 33) quando os seres humanos conseguem distinguir características dos “referentes percebidos ou apreendidos pelo seu aparato sensitivo e cognitivo” este processo de categorização acontece.

O léxico toponímico religioso tocantinense foi escolhido com base na referência religiosa (cristã católica), a partir de princípios e sentidos que podem ser dados pelo próprio grupo que ocupa determinado espaço geográfico. Sendo assim, cabe ressaltar que essas escolhas não ocorrem de modo aleatório, possuem caráter motivado. Em face disso, conforme explicita Dick (1992, p. 12), a dupla funcionalidade do signo linguístico está na transformação do que antes era arbitrário em termos de língua se tornar motivado, quando revestido de signo toponímico pelo ato de batismo do lugar. Desse modo, para Andrade (2006), fica claro que a diferenciação está na sua função significativa, o signo linguístico reveste-se de arbitrariedade e o signo toponímico de motivação.

Um percentual notável de designativos religiosos do mais novo estado da Federação brasileira, Tocantins, criado em 1988, merece atenção. Uma vez que de acordo com dados do IBGE cidades (2022), os municípios que referenciam o sagrado de origem cristã católica no estado do Tocantins correspondem a uma significativa parcela.

Essa prática de nomeação dos lugares ocorreu de modo similar em todo o território brasileiro no início da colonização, por onde passavam os desbravadores iam alocando designativos dos lugares com vocábulos tupis e portugueses. Sendo que em alguns locais

permaneceram os nomes indígenas e em outros foram substituídos, de acordo com interesses do denominador. Conforme registrado por Biderman (2002), os bandeirantes fizeram a junção do léxico tupi com o português, pela necessidade de nomear realidades, que até então, era uma incógnita.

De acordo com o que afirma Lyons (1981), o comportamento linguístico geralmente é influenciado por relações e pelos objetivos sociais de um grupo, pois o sistema linguístico relaciona cultura e sociedade conforme às necessidades das quais se vale. Sendo a maioria de nossas atitudes sentimentos e crenças, produto de nossa socialização. O autor defende a ideia do significado pertencente à pragmática, ou melhor dizendo, não se pode dirimir um significado sem relacioná-lo ao seu contexto de uso.

Nesse sentido, o significado social tem relação de proximidade com o uso da língua para estabelecimento e manutenção dos papéis e relações sociais, por isso o nomear faz parte de um contexto social amplo, não se trata apenas de dar um simples nome, mas uma série de questões imbricadas nesse processo estão envolvidas, a exemplo: crença, cultura, ideologia, política, aspectos do ambiente físico ou mesmo aspectos antropoculturais. Nesse contexto, Vilela (1994, p. 51) vai considerar a constituição do léxico como um produto ou processo sistêmico acentuado de “envolvimentos múltiplos”, visto que na formação de um vocábulo diversas regularidades e motivações podem ser observadas.

Coseriu (1989, p.25) esclarece que o indivíduo cria termos e expressões com base em algo pré-determinado da sua própria comunidade de fala, não cria de forma totalmente arbitrária, ou seja, sob viés de um modelo precedente recria concretamente pela necessidade, pela curiosidade e criatividade, reforçando a ideia de signo toponímico determinado por seu caráter motivado.

Desse modo, a norma é vista como sistema de realizações obrigatórias e sistema (código, língua) que engloba diversas formulações possíveis. Nesse sentido, a língua está no nível de sistema enquanto código linguístico, sendo um sistema aberto de possibilidades que também está vinculado a Semântica (COSERIU, 1989, p. 25). O autor sustenta que o falar concreto e abstrações sucessivas manifestados em atos linguísticos individuais subsidiam língua, norma e sistema e, sobremaneira, o caráter social faz parte disso.

## **4.2 Onomástica, Toponímia e suas relações**

Este tópico apresenta uma contextualização sobre aspectos da toponímia enquanto ramificação da grande ciência, a Onomástica. Além disso, apresenta aspectos concernentes ao

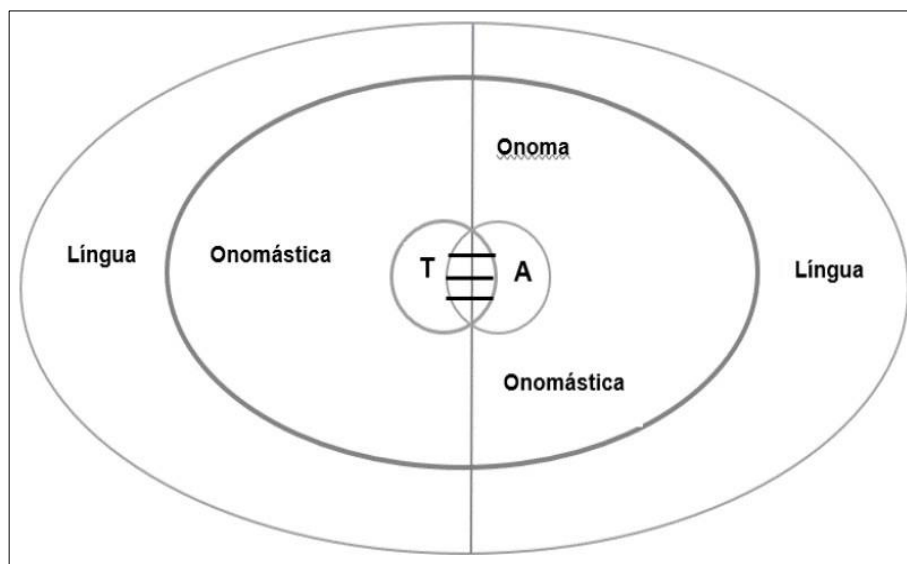
processo histórico de sistematização da toponímia enquanto estudo disciplinar. Nesta convicção, ao nomear seres, objetos e lugares no mundo, o homem está constituindo o registro de sua língua natural e classificando de forma simultânea acerca da sua realidade vivencial.

Esta pesquisa se integra à Onomástica ou Onomatologia, pertencente a Glotologia, descrita por Leite Vasconcelos (1931), como a grande ciência do campo linguístico que se incumbem do estudo dos nomes. Ramificada em duas subdivisões principais. A Toponímia, que trata dos nomes próprios dos lugares e Antroponímia, que trata dos nomes de pessoas. Leite de Vasconcelos, no século XIX, considera uma terceira subdivisão, a Panteonímia, nomes variados que não se encaixam em nenhuma das primeiras duas subdivisões mencionadas.

A toponímia se vale de marcas instituídas, também, por seu valor como catalizador identitário. Além de ser parte inseparável dos estudos linguísticos, estabelece relações da língua com a cultura, a memória e a identidade. Concernente a isso, podemos enfatizar nos trabalhos já elaborados, a intervenção toponomástica como instrumento de poder cultural, ideológico, político e social. A próxima Figura retrata as duas principais subdivisões da Onomástica.

Figura 3 - ONOMÁSTICA

$T \cap A$  T= Toponímia A= Antroponímia  $T \cap A$ = Intersecção

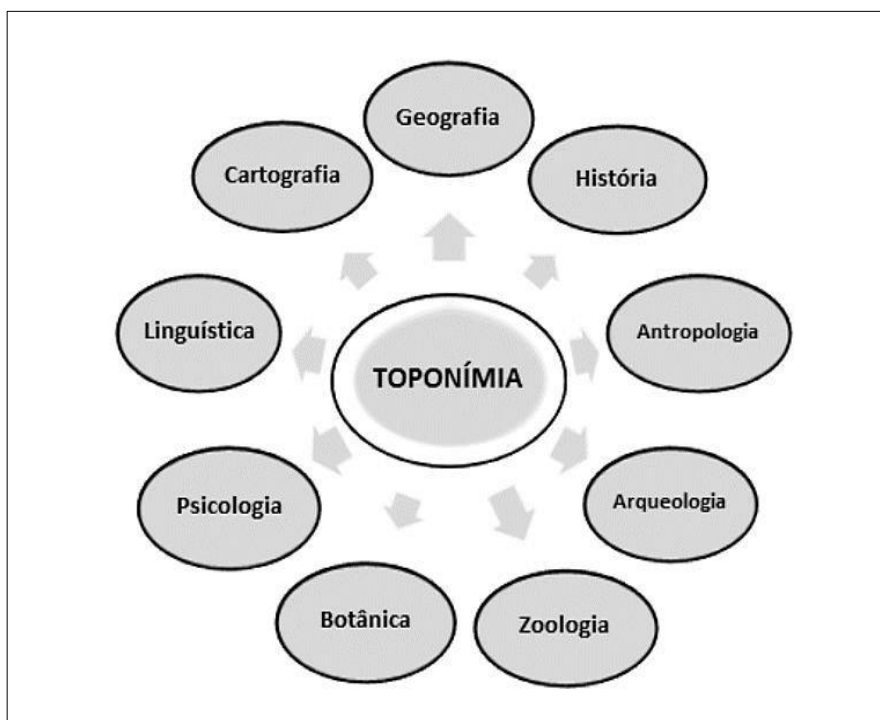


Fonte: Seabra (2006) apud Dick (1999)

Para Seabra (2006, p. 87), “Na construção do processo denominativo, a palavra incorpora o conceito dessa operação mental, cristalizando o nome e, assim, possibilitando a sua transmissão às gerações seguintes.” Valendo-se de sua condição de ser social, o homem nomeia aquilo que está ao seu redor como uma necessidade intrínseca do viver em comunidade.

Desse modo, o estudo onomástico é considerado pluridisciplinar, pois é interpelado por diversas áreas do conhecimento como a Linguística, Antropologia, História, Etimologia, Geografia, entre outras. Isso é ilustrado por Andrade (2012) na Figura 4.

Figura 4 - Toponímia no contexto interdisciplinar



Fonte: Andrade (2012)

O foco desta pesquisa são os designativos toponímicos que remetem ao sagrado bem como os aspectos históricos que os envolve. Sendo a Onomástica dimensionada, conforme Dick (2007, p.144):

Muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população (DICK, 2007, p.144).

Uma comunidade pode compartilhar e ou guardar vestígios históricos no próprio ato de nomear, pois isso faz parte da sociabilidade humana. Conforme destaca Isquierdo (2012, p. 81), “a ação de nomear os lugares sempre foi exercida pelo homem como uma forma de localização e de delimitação do espaço onde habita e exerce suas atividades profissionais”. Assim, o ato de nomear constitui-se como parte da essência, forma de manifestação designativa ou de construtividade identitária, desde os seus primórdios.

Sob esse aspecto, Dick (1990, p. 22) considera como “verdadeiros testemunhos históricos”, pois destaca que também está a cargo da toponímia o importante papel do registro de informações relevantes para não se perderem ao longo do caminho e, com isso, gerações futuras sejam agraciadas por seu conhecimento.

Diante disso, para Carvalhinhos (2005), Portugal estabeleceu-se como o berço da toponímia brasileira, sendo que ao encontrar solo propício para seu domínio, utilizou do seu poderio para exercer influência, sobretudo na e através da toponímia.

Ressalta-se que a cultura do ato designativo pode ser motivada, basicamente, por fenômenos sociais e ambientais específicos. No sentido de que o topônimo pode ser moldado às intencionalidades, circunstanciado por aspectos antropoculturais, pelo próprio desejo do designador ou por elementos físicos específicos de referência geográfica local, ou até mesmo, pela mistura destes. Carvalhinhos (2005) considera que a toponímia de origem religiosa está muito mais alinhada à subjetividade do que à objetividade, já que as escolhas podem ser motivadas pelas experiências espirituais. Dito de outra forma, de acordo com a crença de cada um, pela sua observância o acidente humano é nomeado.

Para reforçar essa ideia, Carvalhinhos (2005) postula como fato atual e como fato social, a religiosidade deixa suas marcas lexicais, expressas através dos nomes de lugar. Ou seja, os portugueses deixaram sua marca evidente em formações toponímicas por todo o território brasileiro. Marca essa, que congrega crenças, valores e saberes culturais fortemente marcados e registrados na história de forma permanente.

Assim, vestígios sincrônicos e diacrônicos funcionam como engrenagens que se conectam a feitos diversos, principalmente históricos, culturais e sociais subsidiados por uma cosmovisão espaço temporal e por trajetórias concretas, que resgatam não só a identidade, mas uma memória histórica imprescindível para o conhecimento da sociedade.

### **4.3 Contextualização histórica da Toponímia**

Ao recorrermos a registros históricos atemporais e temporais, no que concerne aos estudos toponímicos, nos deparamos com importantes achados tanto em pesquisas atuais, ou até mencionados na própria Bíblia Sagrada, em Gênesis, no princípio e nomeação de tudo. De acordo Carvalhinhos (2008), a busca por entender o significado de um nome ou como a palavra se une à coisa por ela representada, é notável já entre os gregos.

Antes mesmo da existência de estudos ligados à toponímia, no século 2 a.C, também temos a sistematização da primeira gramática ocidental por Dionísio de Trácia. Com isso, pode

se afirmar, temporalmente, houve avanços teóricos metodológicos na Linguística e na Semântica. Os estudos toponímicos que tinham um viés filológico e etimológico ganharam novos rumos do ponto de vista linguístico e extralinguístico.

Segundo Carvalhinhos (2008), a sistematização do estudo toponímico surgiu no século XIX, como importante elemento pragmático de organização espacial, a partir de estudos de Auguste Longnon, na França, referência clássica para outros estudiosos. Após 1912, a obra póstuma denominada *Les noms de lieu de la France* foi registrada como um dos grandes feitos para alavancar os estudos toponímicos. Referência para um de seus seguidores, Aubert Dauzat, sob viés mais humanizado, também francês.

Publicou a obra, *Les noms de lieux*, em 1928. Dauzat organizou o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, com discussões metodológicas na área, em 1938, e a França se firmou como referência para os estudos toponímicos no mundo todo. George Stewart nos Estados Unidos, teceu valiosas contribuições para a Onomástica, principalmente relacionado à Toponímia indígena americana nas décadas de 50 e 60 deste mesmo século; Auguste Vicent na Bélgica; José Leite Vasconcellos em Portugal e Adolfo Salazar Quijada em *La toponímia en la Venezuela* (CARVALHINHOS, 2008).

E ainda, de acordo com Nunes (2015, p. 19), em evidência tem-se o dicionário topográfico da França, um projeto de âmbito nacional que inclui nomes de lugares antigos e modernos, que objetiva investigar a história, geografia, topografia a partir dos nomes de lugares franceses, divulgados por meio de publicações de documentos inéditos, destacam-se os pesquisadores: Stéphane Gendron, com a obra *L'Origine des noms de lieux en France: Essai de toponymie* de (2008), e Pierre Henri Billy, com o *Dictionnaire des noms de lieu de la France* de 2011.

Após sua sistematização, os estudos toponímicos concentram-se em três vertentes: a etimológica, funciona como ferramenta de reconstituição de línguas antigas; a geográfica e a cartográfica; a segunda cria normatizações terminológicas e a terceira, mescla as duas últimas em aproximação à teoria linguística, à dialetologia, sociolinguística, lexicologia, terminologia, cartografia (CARVALHINHOS, 2008).

Conforme sustenta Carvalhinhos (2008), no Brasil, no século XX, os estudos toponímicos ficaram vinculados à listagem de vocábulos em Tupi, para apresentar sua etimologia. Como podemos contemplar nas obras dos pesquisadores: Levy Cardoso, *Toponímia brasileira* (1961), cuja obra é um estudo sobre a Toponímia amazônica; Teodoro Sampaio, com a obra *O Tupi na Geografia Nacional* (1901), e, “não o poeta”, mas o professor e pesquisador Carlos Drummond pela rica *Contribuição do Bororô à toponímia brasileira* (1965), importantes

documentos que conservam a originalidade e historicidade dos nomes, estudos estipulados como obras clássicas de referência da toponímia brasileira.

Conforme Nunes (2015), estudos toponímicos sobre a etimologia dos nomes tupinambás antigos, inseridos nas terminologias da geografia brasileira, foram liderados por pesquisadores como o Prof. Dr. Plínio Ayrosa, mais tarde, pelo Prof. Carlos Drummond e, posteriormente, pela Profa. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

Contudo, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, pesquisadora brasileira, que hoje também é referência para produção de pesquisas na área, orientada por Carlos Drummond, percebe a toponímia não mais com apenas um olhar etimológico, mas como um campo de abrangência muito mais extenso e cheio de possibilidades. A publicação de sua Tese de Doutorado <sup>6</sup> *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos* no ano 1980, disponível na biblioteca digital da USP, constituiu estudos visionários que contemplam o sistema semântico, lexical e consequentemente toponímico do nosso país.

Os estudos toponímicos no Brasil, sob viés Dickeano, são recentes e, inicialmente estiveram concentrados na USP - Universidade de São Paulo. Concernente ao estudo do Atlas Toponímico Brasileiro – ATB de Maria Dick, vinculado a este tem-se o [Projeto do Atlas Toponímico do estado de São Paulo – ATESP](#). Estes, vão se descentralizando por todo o país a partir da década de 1990. Com isso, novos projetos de Atlas Toponímicos vão surgindo e redesenhando o quadro de estudos toponímicos em outras Universidades públicas brasileiras com a supervisão científica da prof. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

Com os avanços e a expansão nos estudos toponímicos, hoje são vários os Projetos ramificados por todo Brasil. Inclusive, podem ser destacadas as importantes contribuições de diversos trabalhos realizados sob diferentes temáticas e perspectivas pelo grupo de estudos permanentes do léxico - GT do léxico - voltados para a ciência Onomástica do estado do Tocantins. Diferentes Projetos coordenados pela professora Dra. Karylleila dos Santos Andrade Klinger <sup>7</sup>, vinculados à Universidade Federal do Tocantins – UFT. A exemplo, Toponímia e ensino: propostas pedagógicas (2013); Populações tradicionais do Tocantins: Cultura e saberes

---

<sup>6</sup>Tese disponível no link: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-16122022-105612/pt-br.php>. Acesso em: 20 mar. 2023.

<sup>7</sup>Professora associada da Universidade Federal do Tocantins, atua nos programas de pós-graduação em Letras da UFT e UFNT. Com experiência na área da Linguística, e ênfase nos estudos do léxico, atuante principalmente nas áreas: onomástica/toponímia e temáticas do léxico voltadas ao ensino. Também desenvolve pesquisas na área da Antropologia Linguística com foco nos saberes e cultura dos povos tradicionais do Tocantins.

Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/843343/karylleila-dos-santos-andrade#:~:text=%C3%89%20professora.,do%20%C3%A9xico%20voltadas%20ao%20ensino>.

Acesso em: 08 fev. 2024.



de comunidades quilombolas (2011-2012); Projeto de pesquisa e acompanhamento da universalização da educação integral no TO (2011-2012); [Atlas Toponímico do Tocantins – ATT](#); ATITO (2009-2020); Paraupava e Iabéberi: caminho das águas, povos dos rios: visão etnolinguística dos rios Araguaia e Tocantins (2007-2009); A toponímia tocantinense no contexto da Belém Brasília: estudo dos nomes dos municípios localizados à margem da rodovia (2007-2009); Estudo socioeconômico e sociolinguístico das comunidades quilombolas do Estado do Tocantins (2007-2009); Projeto de extensão - Português Instrumental: mediação em leitura e escrita acadêmica (2019); Projeto Roteiro Geo-turístico Centro Histórico de Porto Nacional (2019); Produção de materiais didático-pedagógicos e midiáticos na comunidade Riozinho, povo Xerente-Akwen (2018); Projeto de Desenvolvimento - Software toponímico como inovação pedagógica: um estudo sob a ótica de professores de geografia do ensino fundamental (2015).

Dessa maneira, entende-se que o tecer de conhecimentos e relações da toponímia com diferentes áreas vão sendo estreitados. Logo, otimizou-se o entendimento da toponímia com foco no signo linguístico investido de função toponímica em que socializam várias vertentes: de origem, estrutura, distribuição geográfica, significação, transformação histórica, social e da cosmovisão do grupo que habita o local (DICK, 1990).

Assim, reitera-se em Dick (1990), conseqüentemente a construção de identidades também ocorre pelo ato de nomear as coisas, pois é algo que se apresenta como intrínseco à civilização humana para manifestação designativa de lugares.

Nessa perspectiva, para Solís (1997) os nomes são produtos de algo provocativo, e esse algo, é o sistema de denominação elaborado pelas culturas para nomear entidades que são percebidas pela atividade cognitiva. Nesse sentido, para Dick (1990) a toponímia configura-se como registro de informações que poderiam ser esquecidas em um lapso de tempo, mas não são, justamente porque funcionam como uma fonte segura de possíveis respostas e, a esse fim, se prestam como: indubitáveis momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação.

Nesse enfoque, a Toponímia identifica-se como a representação da crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990, p.22).

Geralmente, a toponímia singulariza-se por seu caráter documental. À medida que se registram dados de determinada sincronia, os conservam para a posteridade. Razão pela qual se configuram como fonte inesgotável para futuros estudos; em especial os voltados para o registro histórico, multiplicando, dessa forma, seu valor e importância para futuras gerações.

Com isso, o estudo toponímico além de possibilitar a identificação dos lugares, evidencia os acontecimentos e abarca o domínio cultural e os valores de um grupo, com reflexo direto na memória e identidade. A partir do entendimento que “o sistema onomástico utiliza-se dos mesmos constituintes disponíveis no léxico virtual de uma língua” (DICK, 2001, p. 81), isso coloca a Onomástica como integrante da Lexicologia. Por conseguinte, está marcada pela impossibilidade de se desvincular dos estudos linguísticos. Desse tensionamento entre língua e sociedade surge o léxico.

## CAPÍTULO V

### 5 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA TOCANTINENSE

Este Capítulo apresenta o recorte historiográfico tocantinense desde o período colonizador. Sob esse aspecto, são evidenciados acontecimentos importantes sobre surgimento do estado do Tocantins, tendo em vista o processo de colonização ocorrida no Brasil e exploração aurífera na Província de Goiás ao atual estado do Tocantins.

#### 5.1 Considerações sobre o contexto histórico do estado do Tocantins

Desde o período de colonização dos povos europeus às terras brasileiras, consideradas “Novo Mundo”, no século XVI<sup>8</sup>, mudanças drásticas ocorreram nas vidas dos habitantes deste território, os povos originários. Mormente, os portugueses promoveram a implantação do sistema colonialista baseado na exploração extrativista do pau-brasil e no cultivo da cana de açúcar.

Segundo Bueno (1999), por questões fronteiriças, inicialmente, ficaram limitados à costa litorânea, sendo criadas as <sup>9</sup>Capitanias Hereditárias – faixas de terras doadas, em 1534, por Dom João III, localizadas até a linha do Tratado de Tordesilhas<sup>10</sup>. Esse acordo feito entre Espanha e Portugal, conforme Bueno (1999) definia áreas de exploração por ambos na América do Sul. Entretanto, com o fim da União Ibérica, Portugal acabou perdendo a maior parte de suas colônias na África e Ásia; além disso o cultivo de cana de açúcar, sua principal fonte rentável no Brasil, também estava em declínio. Diante disso, conforme explicita Palacín (1994) acabou adentrando o sertão goiano, até então pouco conhecido, para explorar as possíveis riquezas somente por volta de 1590, sendo que a colonização no norte goiano só ocorreu no século XVIII, após a descoberta do ouro.

---

<sup>8</sup>Segundo Bueno (1999, p. 10) foi somente com a partilha das terras brasileiras, feita entre 1534 e 1536 que foi iniciado o modelo português de colonização ultramarina. Mais de 30 anos de abandono, desde a declaração oficial de posse da Coroa lusa por Pedro Álvares Cabral. BUENO, Eduardo. Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/resumos/anhanguera.htm>. Acesso em 12 jan. 2024.

<sup>9</sup>Conforme Bueno (1999, p. 149), Pernambuco, Capitania comandada por Duarte Coelho, se tornou o primeiro grande centro de cana-de-açúcar e única bem sucedida das Capitanias estabelecidas na colônia por D. João III. Contudo, em cartas trocadas com o monarca, Duarte Coelho reporta as dificuldades enfrentadas (BUENO, 1999, p. 207).

Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/resumos/anhanguera.htm>. Acesso em 12 jan. 2024.

<sup>10</sup> Conforme Bueno (1999), após extensas negociações, foi assinado um novo tratado entre a Coroa de Portugal e os Reinos de Castela e Aragão, no dia 7 de junho de 1494. Validado em Portugal a 5 de setembro do mesmo ano, o Tratado de Tordesilhas estabelecia as áreas de influência destinadas a Portugal e aos reinos espanhóis através da definição de um meridiano a 370 léguas a oeste da Ilha de Santo Antão, em Cabo Verde. Deste modo, para oeste ficaria a área de influência e exclusivo da navegação e comércio dos reinos espanhóis, sendo que a leste da mesma ficaria a área de influência de Portugal. Disponível em: Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/resumos/anhanguera.htm>. Acesso em 12 jan. 2024. Acesso em: 21 dez. 2023.

Segundo Palacin; Moraes (2008) o período de colonização, no século XVIII, ocorreu de diferentes formas. Na Província de Goiás, na região hoje do estado do Tocantins, a principal forma foi pelas bandeiras - grandes expedições patrocinadas por particulares, autorizados pela Coroa, também chamados sertanistas. Organizadas militarmente, funcionavam como uma espécie de acordo comercial a serviço do rei, que geralmente saíam do estado de São Paulo e seguiam até o extremo norte de Goiás, atual estado do Tocantins.

Para Palacin; Moraes (2008), Goiás, desde os primeiros dias de colonização, sempre compôs caminho para passagem dos bandeirantes e Jesuítas. As bandeiras eram expedições que também partiam principalmente de São Paulo, centro da colonização na época, tinham caráter oficial para exploração das riquezas do interior ou eram organizadas por empresas comerciais para a captura de indígenas. Várias expedições andaram pelo então, norte goiano. A principal delas, foi liderada por Bartolomeu da Silva Bueno – Anhanguera<sup>11</sup> – filho, responsável pela descoberta de ouro na Região Norte, orientado por seu pai (com mesmo nome) que considerou a existência de ouro nas terras que hoje é o estado de Tocantins. A Figura 5 retrata o mapa<sup>12</sup> com os principais pontos da economia mineradora no Brasil - Século XVIII.

---

<sup>11</sup> Bartolomeu Bueno da Silva, apelidado por indígenas como “Anhanguera”, foi um bandeirante (sertanista) do século XVIII. Popularmente conhecido como “diabo velho”. De acordo com uma lenda indígena, o bandeirante jogou pinga num rio e provocou fogo, ameaçando colocar fogo nos outros rios. Assustados, os indígenas o apelidaram de “Anhanguera” que significa “diabo velho”. Ficou conhecido por ter descoberto ouro na região dos sertões (interior) do estado de Goiás. Nasceu em 1672, na cidade de Santana do Parnaíba (estado de São Paulo). Em 1684, com apenas 12 anos de idade, passou a entrar pelo sertão de Goiás, junto com o pai (que tinha o nome igual ao seu), em explorações territoriais para capturar índios e obter ouro. Seu apelido, “Anhanguera” foi dado pelos índios. Atuou como um dos líderes da Guerra dos Emboabas (1707 a 1709). Em 1726, foi nomeado, pelo rei português Dom João V, capitão-mor das minas. Sua derrocada teve início em 1733, quando foi acusado da prática de sonegação de impostos. No ano seguinte, passou por um processo de auditoria em função de suspeitas de que estava praticando contrabando. Essas acusações fizeram com que ele perdesse a confiança da coroa portuguesa. Texto descrito por: Jefferson Evandro Machado Ramos (2019). Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/resumos/anhanguera.htm>. Acesso em: 12 jan. 2024.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://app.planejativo.com/estudar/117/resumo/historia-economia-mineradora>. Acesso em: 20 fev. 2024.



poente, de míticas riquezas de ouro e prata” (PALACÍN, 1994, p. 15) desencadeou, assim, o encorajamento pela expedição e exploração às terras goianas.

Conforme Palacín (1994), em 1721, a Coroa firmou contrato com os paulistas da vila de Santana de Parnaíba, Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado para expedição em busca das minas de ouro à Goiás. No caso da expedição em busca de minas de ouro, liderada por Bartolomeu Bueno da Silva – Anhanguera (filho), após muitas dificuldades e abandono por parte de alguns membros, saiu vitoriosa com descoberta abundante, após três anos de buscas na região do Rio vermelho onde foi fundado o Arraial de Sant’ana, denominado Vila Boa e mais tarde cidade de Goiás, por duzentos anos, considerada capital do território.

Palacín (1994, p.13) relata o processo de epifania áurea como um breve lapso de eloquência temporal, estabelecido pelo consequente êxtase febril dos descobertos, o qual arrebanhava multidões impulsionadas pela insaciabilidade do ouro ao declive súbito marcado pelo declínio certo. Todos esses movimentos, já no século XVIII, por sua vez, ajudou a promover o povoamento destas terras. “Assim, vão riscando de caminhos irregulares as dilatadas solidões de Goiás” (PALACÍN, 1994, p. 27). Desse modo, quando minas de ouro eram encontradas, havia um fluxo intenso de pessoas nestes locais, vindas de todas as partes, provocando o surgimento de vilas, arraiais e povoados, que permaneciam ou não, conforme a demanda.

Segundo Palacín (1994, p. 27), ao final da década de trinta, século XVIII, são abundantes as novas descobertas auríferas, “sobretudo nas desoladas montanhas da região norte, entre o Tocantins e o deserto sertão da Bahia: S. Luís - mais tarde - Natividade (1734), S. Félix (1736)<sup>13</sup>, Pontal<sup>14</sup> e Porto Real (1738), Arraias e Cavalcante (1740), Pilar (1741)<sup>15</sup>”.

---

<sup>13</sup> Conforme o IBGE (2022), o garimpeiro Carlos Marinho, em 1736, fundou o Arraial de São Félix (hoje sob as águas da represa da Usina de Canabrava em Goiás).

<sup>14</sup> Pontal, fundado três léguas e meia a Oeste do local onde posteriormente seria fundado Porto Real, junto ao córrego Lavapés, na margem esquerda do Tocantins, foi fundado em 1738, por Antônio Sanches. Tinha quarenta e nove casas, todas de construção muito humilde, duas igrejas, a de Santana e a de Santo Antônio. Esta última tinha uma bela imagem de Jesus Crucificado em tamanho natural. Embora riquíssimo em ouro, os mineiros se afastaram deste arraial coagidos pelos constantes ataques dos índios. As lavras da Matança, localizadas nas proximidades, ficaram desertas, e o caminho antigo que seguia pela - 39 - planície, foi também abandonado pelo mesmo motivo. O Brigadeiro Cunha Matos, quando esteve na região em 1824, determinou a abertura do caminho para o arraial, por onde ele passou para chegar lá (PEDREIRA, 2005, p.38).

<sup>15</sup> Há divergência em relação à data do surgimento de Pilar, pois alguns autores citam 1741, a exemplo, Palacín (1994); já o IBGE (2022) menciona o ano de 1736, assim, desfaz o equívoco em relação a essas datas, pois esclarece que: Pilar de Goiás nasceu em 1736, através da iniciativa de um reduto de escravos foragidos que encontraram neste lugar um abrigo, e também uma grande fonte de ouro.

Antes do contínuo declínio - pois este episódio não ocorreu de forma abrupta, resultou de um processo - entre 1745 e 1750, ainda ocorreram três importantes achados em Carmo (1746), Santa Luzia (1746) e Cocal (1749). As primeiras vilas surgidas no estado e que permanecem até os dias atuais são Arraias, Natividade, Conceição do Tocantins, Monte do Carmo, entre outras. Sendo Natividade a primeira vila criada, em 1734, com nome inicial de São Luís.

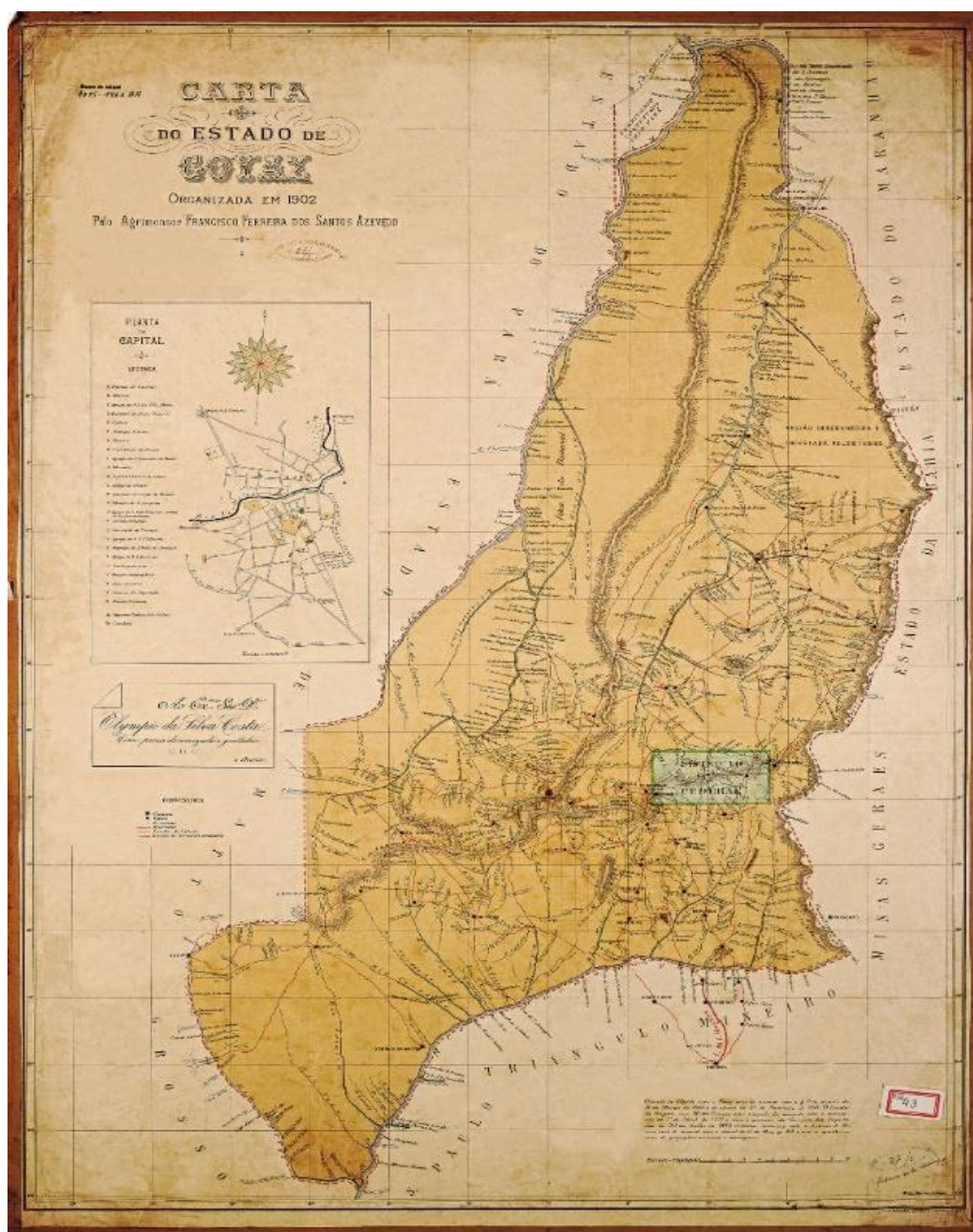
Evidencia-se que o processo de ocupação territorial do estado do Tocantins, mesmo ocorrido tardiamente, no início do século XVIII, pela falta de interesse inicial dos portugueses pelo interior, acabou seguindo a linearidade dos moldes de colonização do restante do território nacional brasileiro, pois esse processo de ocupação também carrega os resultados culturais de tradições aportuguesadas que remetem ao período de conquista e apropriação local. A seguir, a

<sup>16</sup>Carta do Estado de Goyaz, Figura 6.

---

<sup>16</sup>Disponível em: [https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/02\\_AN-1.png](https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/02_AN-1.png). Acesso em: 20 fev. 2024.

Figura 6 - Carta do estado de Goiás



Fonte: Arquivo público (2018)

Apesar de ter sido criado em 1988, o estado do Tocantins, inicialmente, pertenceu ao estado de Goiás, conhecido como Norte de Goiás, teve reconhecimento e autonomia firmados a partir de 1989. Segundo Parente (2007, p. 57) o denominativo inicialmente atribuído foi “Minas de Goyáses” que, a princípio, dizia respeito a localização geográfica de uma sequência de descobrimentos auríferos, na terceira década do século XVIII. Não obstante, considera-se que:

O período das entradas e bandeiras, sobretudo pelos colonos paulistas e pelas expedições de jesuítas pelos rios Araguaia e Tocantins, foi um marco na formação da



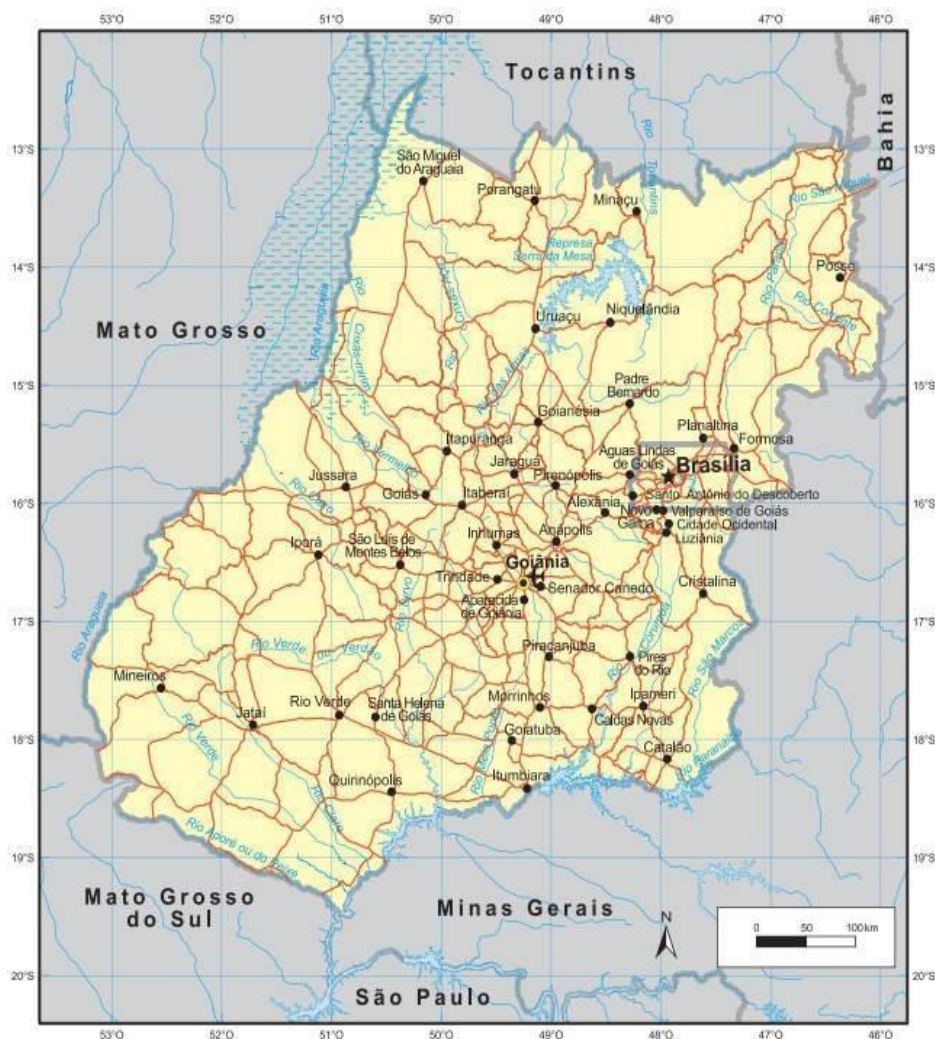
toponímia de Goiás. Por onde andavam, os sertanistas promoviam a nomeação de elementos físicos (rios, córregos, ribeiros, serras, morros etc.) e elementos humanos e culturais (arraiais, povoados, julgados etc.), marcando a paisagem local, a fim de subsidiar a produção de uma cartografia que lhes favorecesse alcançar seus objetivos: o apresamento de índios e, mais tarde, a busca por minérios preciosos. Para além dessa finalidade utilitária e finalística, sentiam que estavam se apossando verdadeiramente das terras e de tudo quanto havia nela. Nesse processo de nomeação, valiam-se os colonos tanto da língua geral e de seus signos quanto da representação católica ibérica (ANDRADE; FLORES, 2017, p. 253).

Conforme destacado, os europeus tinham o costume de nomear os lugares por onde passavam ou se instalavam. Fato comprovado em registros datados desde a sua chegada ao Brasil, no século XVI, evidenciado pela Carta de Pero Vaz de Caminha – 1500, ao transmitir a mensagem ao rei de Portugal sobre o vislumbre do “achamento” da terra nova, denominada Terra de Vera Cruz e do avistamento do monte, ao qual atribui o nome de Monte Pascoal.

Comumente, dominavam, povoavam e demarcavam esses lugares com nomes simbólicos, motivados muitas vezes pela lógica da legitimação de suas ideologias, ignorando os nomes preexistentes. Estes denominativos, desde o primeiro momento, apresentam uma relação bastante intensa com elementos referenciados na crença cristã-católica.

Isso corrobora o pensamento de Hall (2006) em relação à exposição de culturas nacionais às influências externas, sendo difícil a preservação das suas identidades culturais intactas ou além do enfraquecer-se com o bombardeio cultural e infiltração de outros povos. A fim de ilustração, na Figura 7, o Mapa atual do estado de Goiás.

Figura 7 - Mapa atual do estado de Goiás.



Fonte: IBGE (2022)

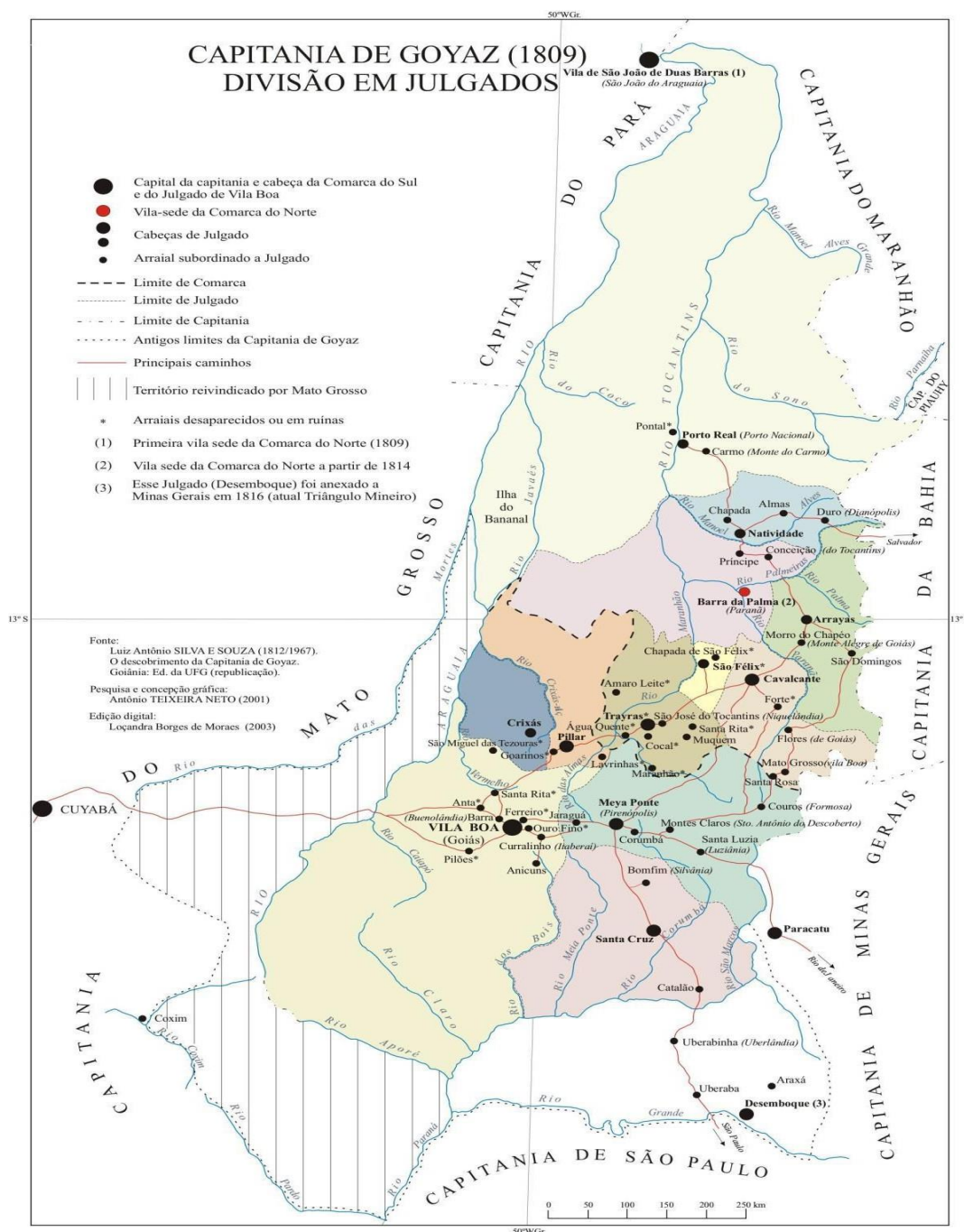
Destaca-se, antes mesmo das bandeiras saírem em busca de ouro e de indígenas, os Jesuítas já realizavam as chamadas Descidas<sup>17</sup>. Sempre passavam pela região, pois haviam criado na Amazônia um sistema de aldeamentos. Por expedições fluviais, chegavam a Goiás e levavam os indígenas goianos para o Sul e para o Norte, traçavam roteiros, porém não se instalavam em povoações. A seguir, Mapa Capitania de Goyáz (1809) - Divisão em Julgados<sup>18</sup>, ilustrado na Figura 8.

<sup>17</sup> Descidas – Nome dado ao movimento que os Jesuítas faziam quando desciam com os índios cativos para leva-los aos aldeamentos. Seguiam a rota Pará, Tocantins e Araguaia em busca de indígenas, para suprir as baixas frequentes. Nesse sentido, não fixavam aldeamentos, nem missões em lugares desconhecidos, pois só permaneciam em regiões já colonizadas.

“A penetração, durante o século XVII, partindo do Pará e subindo o Tocantins e o Araguaia, deveu-se principalmente aos missionários. Como os bandeirantes, os jesuítas também iam a busca de índios. Como eles, tampouco se fixavam em território goiano. Procuravam tão só “descer” as tribos para suas aldeias do Pará, sempre necessitadas de sangue novo, para compensar as contínuas baixas. Seguiam nisto uma política antiga, dos primeiros dias de colônia, formulada já explicitamente no fim do século XVI; não estabelecer aldeias nem missões, senão em regiões já colonizadas pelos portugueses” (PALACÍN, 1994, p.17)

<sup>18</sup> Disponível em: <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Figura 8- Mapa Capitania de Goyaz (1809) - Divisão em Julgados

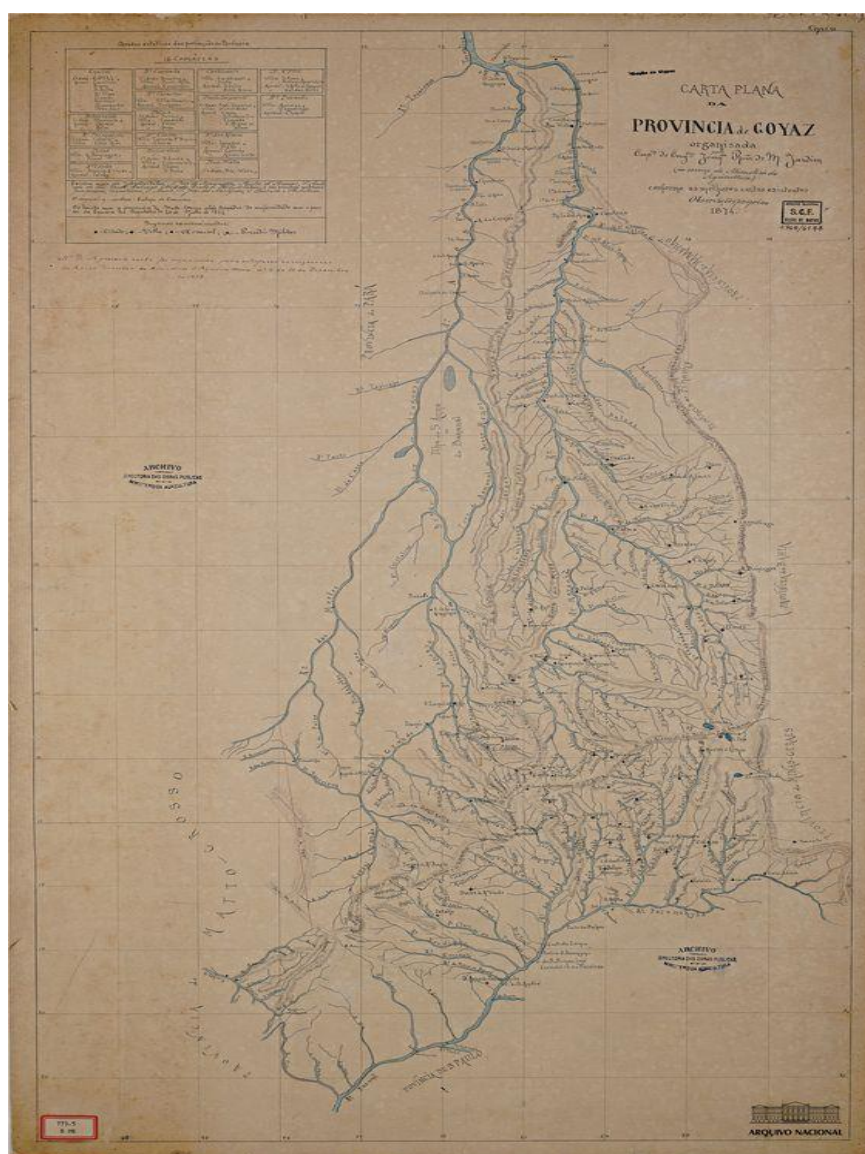


Fonte: Observatório - UFG (2022)

Neste contexto, o povoamento do Norte goiano, atual estado do Tocantins, só ocorreu após a descoberta de ouro, no século XVIII, mesmo assim, ocorreu de forma “irregular e instável”, como geralmente acontecia. Quando se descobria uma mina havia intensa atividade, ocorria o deslocamento de pessoas vindas de todo o país para aquele local em busca de riquezas (PALACIN; MORAES, 2008, p.17).

Contudo, o Norte da capitania apresentava condições peculiares que por vezes, dificultava seu povoamento. Abrangia extensa área entre o rio Tocantins e os chapadões limítrofes do estado da Bahia. Palacín; Moraes (2008) destacam que a região era bastante árida, com formações dispersas de povoações, a exemplo, Arraias, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Nacional (Porto Real). Além disso, tampouco a relação entre colonos e indígenas era hospitaleira e amigável, durante a época mineradora foi conflituosa, com diversos embates e de mútuo extermínio. A fim de ilustração, segue na Figura 9, a <sup>19</sup>Carta Plana da Província de Goyaz.

Figura 9 – A Carta Plana da Província de Goyaz



Fonte: Arquivo público - DF (2023)

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/1carta-da-provincia-de-goias/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Palacín; Moraes (2008) relatam que a riqueza explorada, em ouro, perdurou um curto período no estado, em torno de 50 anos, do ápice até o alcance de seu total declínio, pois a exploração do ouro de aluvião – aquele que podia ser visto às margens dos rios, córregos e lagos, era feita de forma rudimentar com os poucos recursos tecnológicos da época. Entretanto, Palacín; Moraes (2008) destacam essa atividade como propulsora para alavancar a expansão territorial, habitada, como no estado do Tocantins (região do extremo norte de Goiás) que aumentou consideravelmente sua população, entre 1700 e 1800.

Palacín; Moraes (2008) consideram que apesar do “descobrimento de ouro numa terra nova, os primeiros anos são de um dinamismo populacional extraordinário: atraídos pela miragem do ouro, ocorrem grandes multidões que percorrem, vasculham e povoam os desertos” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 50). Assim, deslocavam-se principalmente pelas margens de rios e riachos auríferos, formando novos Arraiais que progrediam ou eram abandonados, dependendo da quantidade de riqueza a ser explorada do lugar (PARENTE, 2007).

Por conseguinte, assim como ocorria em regiões de mineração o povoamento se dava com gente de todo tipo e condições heterogêneas. Conforme Palacín; Moraes, (2008), os escravos africanos e indígenas nativos constituíam a maioria da população, dominados por uma minoria branca que concentrava todo o poder e quase toda a riqueza. Apesar de não haver registros de números oficiais definitivos, Palacín (1994) cita que Cunha Matos sugere, pela magnitude da atividade exploratória do ouro e por conta própria, que cerca de 40 mil pessoas habitaram Natividade, mas acredita em números mais modestos, devido às condições locais e com base em alguns registros de capitação da época.

É indubitável que o contexto de exploração a Goiás contribuiu para seu crescimento, não sendo mais possível ser administrada de longe, pelo governo de São Paulo, como era até então. Recebeu estatuto de Capitania independente para depois se tornar província, até ser dividida em Julgado do Norte e Sul (PALACÍN; MORAES, 2008). Contudo, o somatório do despreparo político das autoridades e os aspectos socioeconômicos da região resultaram em uma crise acentuada que exigia urgência na descentralização administrativa.

Conforme Palacín (1994, p. 27), as descobertas auríferas são um dos elementos mais essenciais que alimentam o metabolismo da prosperidade mineradora. Quando decaíam, inevitavelmente vários setores, precipuamente a economia era afetada pela baixa produtividade, além disso, a alta cobrança de impostos pela Coroa era considerada massacrante. Conseqüentemente, isso resultou no empobrecimento, isolamento cultural e ruralização pela dissolução dos aglomerados urbanos, o que acarretou o incentivo a outros mecanismos de sobrevivência como a agropecuária, praticada até os dias atuais. Outra saída para a crise,

segundo Parente (2007), foram as ligações comerciais com o litoral através das Capitânicas do Norte, pela navegação fluvial dos rios Tocantins e Araguaia até os portos marítimos do Pará.

Paralelamente, observa-se que a Igreja católica tomou parte das expedições não só para implantar a fé católica, mas também contribuía com relatórios de expedições de reconhecimento do território e demarcação geográfica fronteiriça. Por sua vez, Corrêa (2001, p. 76) registra essa ocorrência da seguinte forma:

São também dessa natureza os depoimentos dos missionários portugueses dos séculos XVII, envolvidos no ofício apostólico de pacificar e doutrinar os elementos autóctones brasileiros, e que sutilmente, aliaram à missão evangelizadora a incumbência de observar a terra, anotando os caminhos, os rios navegáveis, a flora, a fauna, as riquezas minerais e os habitantes. Dentre tantos que estiveram no Brasil nesse período, destacam-se os padres José de Anchieta, Antônio Vieira e Fernão Cardin, cujos registros escritos – ou iconográficos, como foi o caso do frei Cristóvam de Lisboa – contribuíram para propagar a obra colonizadora portuguesa, na medida em que exaltavam a administração metropolitana a grandeza e as potencialidades do Novo Mundo (CORRÊA, 2001, p. 76).

Dito isso, a historiografia deixa vestígios de que, no primeiro momento, os fatos se predispõem como um processo de aculturação massiva e forçada, o que ajudou a provocar o extermínio dos povos originários, pois se tornavam presas fáceis. Os padres Jesuítas e Franciscanos, ordens religiosas que foram as primeiras a chegarem ao Brasil, tinham a missão de espalhar a fé católica por todo o território. Para ser, sobretudo, uma espécie de guia neutralizante das ações futuras do colonizador, Portugal. Conforme Silveira (2021), posicionando-se muito mais a serviço da monarquia lusitana do que favorecendo os indígenas, que acabaram sendo mortos ou escravizados.

Em seus registros, o militar Raimundo Cunha Matos, no itinerário feito do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais a Goiás, ocorridas no ano de 1776 a 1839, período pós exploração áurea, apresenta o detalhamento do *'modus' vivendi* da época fazendo o mapeamento da dimensão geral do contexto, de forma que faz a descrição corográfica deste roteiro. Apresenta sua percepção sobre os aspectos geográficos, históricos, políticos, econômicos e sociais dos lugares por onde passou. Relata a penúria e miserabilidade encontrada quase um século depois da famigerada atividade de corrida pelo ouro. Como resultado, retrata o inconsequente legado de insustentabilidade e insalubridade deixado às gerações seguintes. Apesar disso, Palacín (1994) considera a importância dos desbravadores ao sustentar que:

isto não invalida a impressão de estatura épica deixadas pelos descobridores. Em quinze anos, abrem caminhos e estradas, vasculham rios e montanhas, desviam correntes, desmatam e limpam regiões inteiras, rechaçam os índios, exploram, habitam e povoam uma área imensa em grande parte hostil pela aridez e pela

insalubridade, que se estende a mais da metade do atual estado de Goiás (PALACÍN, 1994, p. 29).

Em seu diário, Cunha Matos (2004) também apresenta informações e impressões sobre a presença dominante da Igreja, nos mais promissores lugares e até mesmo nos mais ermos no Norte de Goiás, atual estado do Tocantins. Indica, além dos Jesuítas, a influência de outras ordens religiosas, por exemplo, a dos Carmelitas, presentes durante os séculos XVII e XVIII. Com isso, relata detalhadamente a propagação da fé católica em Goiás materializada em paróquias, capelas, casas de oração e igrejas ornadas de vários <sup>20</sup>relicários e efígies, encontradas mesmo nos menores Arraiais.

De forma latente, Cunha Matos (2004, p. 188) em seu itinerário dia 25 de junho, sexta-feira, denota que “no Arraial do Carmo, registra-se a presença marcante da igreja”. Configurada da seguinte forma:

O arraial do Carmo, está assentado em terreno quase plano na margem esquerda do rio da Água Suja [...] tem 107 casas entre grandes e pequenas que possam ser reputadas fogos, a igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo, pequena mas bem ornada, e com excelente lâmpada e banqueta de prata, e a pobre ermida de Nossa Senhora do Rosário (CUNHA MATOS, 2004, p. 188).

Todos estes adendos comprovam à interferência religiosa, sobretudo, na toponímia; expressões culturais dos povos europeus, indígenas, africanos. Para mais informações sobre a representatividade da religião na toponímia brasileira, por conseguinte, tocantinense, seguem-se alguns aspectos históricos das cidades escolhidas para essa pesquisa. Destaca-se, a influência da religião e religiosidade desde o surgimento de Natividade e Monte do Carmo, primeiras cidades históricas, objeto desta pesquisa.

---

<sup>20</sup>(e.ſſ.gi:e) sf.

1. Representação, ger. em relevo, da imagem de um personagem real ou imaginário ou de uma divindade: *uma moeda com a efígie da República*.

2. Figura, representação de uma pessoa.

[F.: Do lat. *effigiesi*. Hom./Par.: *efígie* (sf.), *efígie* (fl. de *efígiar*); *efígies* (pl.), *efígies* (fl. de *efígiar*.)] Disponível em: [https://www.aulete.com.br/efigie#google\\_vignette](https://www.aulete.com.br/efigie#google_vignette). Acesso em: 15 jan. 2024.

(re.li.cá.ri:o) sm.

1. Rel. Caixa ou baú onde se guardam objetos pertencentes a um santo ou que foram por ele tocados.

2. Caixa ou baú onde se guardam objetos de grande valor afetivo.

3. Bolsinha com relíquias que alguns fiéis trazem no pescoço em demonstração de devoção.

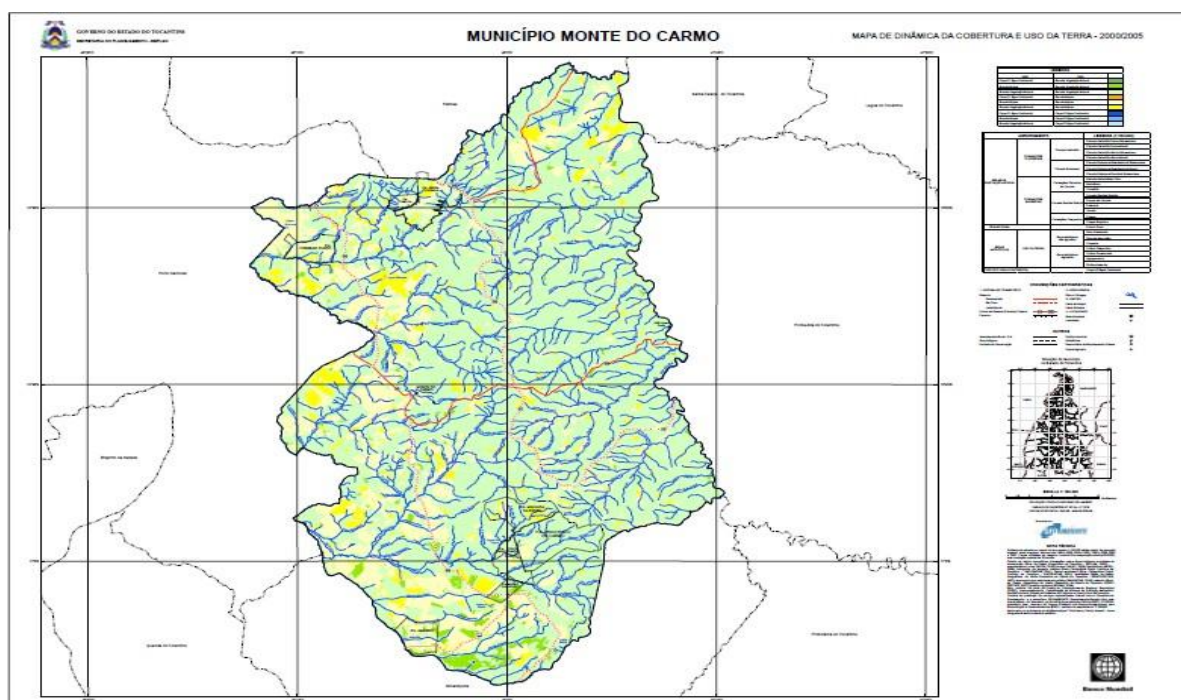
[F.: Do lat. *reliquiae, arum*, 'restos'; 'reliquias'.]

Disponível em: [https://www.aulete.com.br/efigie#google\\_vignette](https://www.aulete.com.br/efigie#google_vignette). Acesso em: 15 jan. 2024.

### 5.1.1 Cocontexto sócio-histórico toponímico

Esse município está localizado cerca de 89 Km da Capital Palmas, conforme o último censo IBGE (2022) possui uma população de 5694 habitantes, densidade demográfica de 1,58 hab/Km<sup>2</sup>. Em 2020, o salário médio mensal dos trabalhadores formais chegou a 1,4 salários-mínimos e a taxa de escolarização é de 94,3% das pessoas entre os 06 e os 14 anos (IBGE, 2022). Situada na região Intermediária de Palmas, Imediata de Porto Nacional, tendo Porto Nacional como sua região de influência, distante 96 km da capital Palmas e 40 km da histórica cidade de Porto Nacional, conforme IBGE (2022). Em informações apresentadas por Silva e Flores (2019), o município possui uma população em sua maioria católica. A seguir, o <sup>21</sup>mapa o município de Monte do Carmo, ilustrado na Figura 10.

Figura 10 - Mapa do Município de Monte do Carmo.



Fonte: Sefaz – TO (2007)

Economicamente, sua base está alçada na lavoura e pecuária de pequeno porte, além do serviço público estadual e municipal. Conforme o IBGE (2022), 87,8% das receitas do município são provenientes de empreendimentos externos que resultem na oferta de empregos

<sup>21</sup> Disponível em: [http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Mapas/TO\\_Mapas\\_Dinamica\\_Cob\\_Uso\\_pdf/Municipios/Monte\\_Carmo/](http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Mapas/TO_Mapas_Dinamica_Cob_Uso_pdf/Municipios/Monte_Carmo/). Acesso em: 05 mar. 2024



locais. De acordo com Silva; Flores (2019, p.24) essas condições fazem com que jovens busquem oportunidades em cidades de maior porte, a exemplo: Porto Nacional e Palmas.

Na descrição de Cunha Matos (2004), Monte do Carmo situava-se entre a serra Leste, a confluência dos ribeirões Água Suja a Oeste, ao Sul, o córrego Sucuri e ao Norte um brejo, totalizando 107 casas. Ainda, relata a existência de duas igrejas, sendo uma pequena, mas bem ornada, a Matriz de Nossa Senhora do Carmo em contraste com a outra maior, porém, pobre, Ermida de Nossa Senhora do Rosário.

De acordo com Silva; Flores (2019, p. 24), a história de Monte de Carmo se entrelaça ao período da mineração em Goiás, no século XVIII, época em que foram surgindo povoações impulsionadas pelo frenesi aurífero. Para as autoras, o surgimento do arraial apresenta informações “controvérsias” no que concerne a datas, Cunha Matos menciona em seu diário de viagem, a data de 1741, enquanto o viajante, Emanuel Pohl registra o ano de 1746. O fato é que a povoação teve sua origem impulsionada pelo fluxo das grandes atividades mineradoras, no século XVIII, esta zona era considerada um 'El Dourado'<sup>22</sup>, de fortuna exuberante para os exploradores, na maioria portugueses auxiliados pelo braço escravo. A povoação foi fundada em 1741, por Manoel de Sousa Ferreira.

Em 1911, na divisão administrativa do Brasil, figurou como distrito de Porto Nacional, com a denominação de Carmo; em 1920, passou a denominar-se Monte do Carmo (IBGE,2022).

Conforme Silva; Flores (2019, p.27), Monte do Carmo teve várias denominações (apresentadas em linha do tempo). Ocupou lugar de cabeça de julgado como Arraial do Carmo, depois, transferida para Porto Real. Em 31/10/1938, por força do Decreto Lei Estadual nº 1.233, voltou a denominar-se Monte do Carmo. Em 31/12/1943, por Decreto Lei Estadual nº 8.305, foi mudada a denominação para Trairucu<sup>23</sup> - nome de origem indígena. Destaca-se que os nomes indígenas também tiveram grande influência na geografia nacional. Sapiro (1969)

---

<sup>22</sup>El Dorado ("O Homem Dourado" ou "O Dourado") faz referência aos lendários reis do povo Muisca (Chibcha) que povoaram o norte dos Andes da atual Colômbia de 600 a 1600. Esse nome deriva do ritual de coroação quando um novo rei era coberto de pó de ouro antes de pular no Lago Guatavita. Ao longo do tempo, El Dorado teve o significado ampliado para se referir a uma cidade mítica perdida e até mesmo a uma região inteira. Quando os conquistadores espanhóis ouviram as incríveis histórias da possível existência de uma cidade de ouro, tentaram por todos os meios possíveis encontrá-la. Por fim, os espanhóis, os exploradores e os caçadores de tesouros que os seguiram, nunca encontraram os fabulosos tesouros da citada El Dorado. Disponível em: [https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-12551/el-dorado/#google\\_vignette](https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-12551/el-dorado/#google_vignette). Acesso em: 07 nov. 2023.

<sup>23</sup>Tairucu - Palavra indígena que define uma vila no município de Porto Nacional (vide) no estado do Tocantins. Exemplo do uso:

*Tairucu em tupi-guarani significa literalmente: "dente grande" (tai+ucu).*

Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/tairu%C3%A7u/18414/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

considera essa influência da cultura humana atrelada à influência do ambiente em que se situam os seus participantes. Dessa maneira, Nunes ressalta que:

É visível a importância da(s) língua(s) indígena(s) para formação da cultura, identidade e memória nacionais. Essa forte influência implicou no grande índice de nomes de origem indígena presentes na geografia nacional. Os nomes de lugares geralmente são atribuídos a alguma característica física ou humana, relativos ao lúdico ou ao simbólico do povo que habitou determinado lugar, no qual remetem as características destes lugares, sejam elas culturais, históricas, físicas, econômicas (NUNES, 2022, p. 115).

Não bem aceito, por constantes apelos dos habitantes locais, voltou a receber a denominação de Monte do Carmo, pela Lei Municipal nº 186, de 23 de julho de 1953, pela Lei Estadual nº 4.708, de 23/10/1963, foi emancipado município com a denominação Monte do Carmo, conforme IBGE (2022).

Dentre seus ilustres moradores que batalharam pela prosperidade do Arraial destaca-se o Padre José Faustino da Gama, vigário da Freguesia, Padre José Lopes de Almeida, vigário da Freguesia, Severiano Aires da Silva, Juiz, João Aires da Silva, José Pinto de Cerqueira, general do exército brasileiro, Carolino Pereira da Silva, Dona Alberonilha Aires Pereira (IBGE, 2022).

A santa padroeira é Nossa Senhora do Carmo, desde o início da formação do Arraial, sendo sua capela construída em 1802, tendo gastado na construção, segundo informações do (IBGE, 2022), o valor correspondente a 1.450 oitavas de ouro doado pelos habitantes da localidade, sendo vigário naquela época o Padre Ignácio Ortiz de Camargo. Salienta-se que as principais celebrações e eventos religiosos giram em torno da Festa do Divino, Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora do Rosário, envoltas em vários ritos celebrativos.

Conforme Messias (2014, p. 11) a justificativa para o mito de origem do ritual de caçada à Rainha, rito que acontece todo ano, remonta ao período da escravidão. Não há precisão de data, mas de acordo com as narrativas, certo dia um homem negro, possivelmente escravo, encontrou na Serra de Monte do Carmo uma Imagem da Nossa Senhora Rosário e a levou para a cidade. No entanto, no dia seguinte a mesma desapareceu. Não conformado com o inexplicável desaparecimento, retornou à serra e a reencontrou, trouxe novamente para a cidade. Misteriosamente, a Imagem desapareceu pela segunda vez. O fato levou um grupo de homens e mulheres a se organizarem e travarem uma verdadeira caçada. Para esse cortejo levaram a

folia com os tambores, cantaram e dançaram intensamente e assim reencontraram a santa e em ritual levaram-na de volta a cidade e após o episódio, nunca mais desapareceu.

A Figura 11 e Figura 12 ilustra a Paróquia e símbolos católicos na Praça Alexandrino Pinto Cerqueira, em projeto aprovado pelo Poder Legislativo Municipal, segundo Silva; Flores (2019, p. 26). Praça e monumentos construídos em frente à Igreja, em outubro de 1978.

Figura 11 – Paróquia Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Acervo próprio (2023)

Conforme Silva; Flores (2019, p.26) a construção definitiva da Igreja, acima referida, ficou a cargo da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, fundada especialmente para gerir a capela, tendo como 1º Presidente o Sr. João Aires da Silva, administrador do Arraial. As festas religiosas católicas, entre as quais se destaca a festa de Nossa Senhora do Rosário são realizadas duas vezes ao ano, nos meses de julho e de outubro. Figura 12, ilustra a Paróquia Nossa Senhora do Carmo e Símbolos de representação católica.

Figura 12 – Símbolos de representação católica



Fonte: Acervo próprio (2023)

### 5.1.2 Contexto sócio-histórico de Natividade

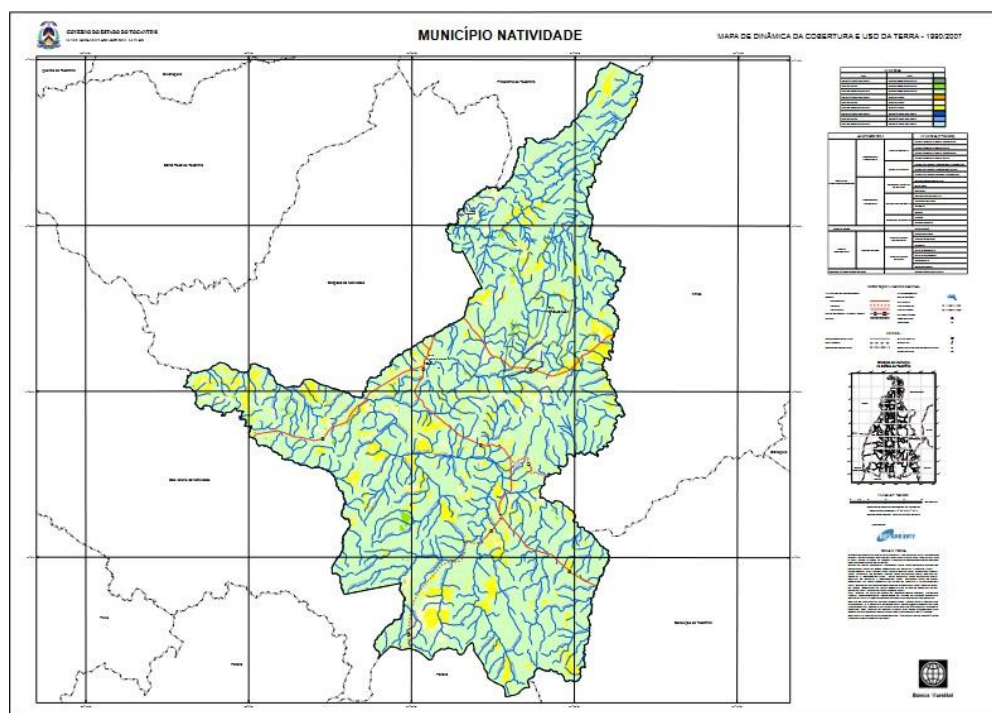
Este município tem uma importante representatividade histórica e cultural no estado do Tocantins. Natividade foi um dos primeiros Arraiais surgidos pela propulsão do frenesi aurífero. Este município foi tombado<sup>24</sup> como Patrimônio Histórico, desde 16 de outubro de 1987. É um dos pontos turísticos bastante visitados no estado em razão do ecoturismo e pela religiosidade. São realizadas festas religiosas que atraem multidões de visitantes e de fiéis católicos.

Está localizado a 232 km da Capital Palmas, conforme o último censo IBGE (2022) possui uma população de 8754 habitantes, densidade demográfica de 2,70 hab/Km<sup>2</sup>. Em 2020, o salário médio mensal dos trabalhadores formais chegou a 1,9 salários-mínimos e a taxa de escolarização é de 97,8% das pessoas entre os 06 e os 14 anos. Conforme atualização do IBGE (2017), está situado na região Intermediária de Palmas e Imediata de Porto Nacional, sua região de influência é Palmas. A seguir, o <sup>25</sup>Mapa do município de Natividade, Figura 13.

<sup>24</sup>O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade foi tombado pelo Iphan, em 1987, pela vinculação do sítio e da paisagem ao modo de urbanização do século XVIII. A cidade é dividida em três zonas de usos específicos: Zona de Proteção Histórica, Zona de Proteção Ambiental e Zona de Expansão, e o conjunto arquitetônico é formado por ruas estreitas de casarões e igrejas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/106/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

<sup>25</sup>Disponível em: [http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Mapas/TO\\_Mapas\\_Dinamica\\_Cob\\_Uso\\_pdf/Municipios/Natividade/Natividade\\_Dinamica\\_1990\\_2007.pdf](http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Mapas/TO_Mapas_Dinamica_Cob_Uso_pdf/Municipios/Natividade/Natividade_Dinamica_1990_2007.pdf). Acesso em: 05 mar. 2024.

Figura 13- Mapa Município de Natividade



Fonte: Sefaz (2007)

Natividade conserva a beleza colonialista materializada nos casarões do seu Centro Histórico. De acordo com Picanço (2009) e o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2014), as fachadas simples e as mais ornadas correspondem a dois ciclos econômicos. O período da mineração, no século XVIII, ficou marcado por edificações simples de fachadas despojadas, enquanto a economia baseada na pecuária, a partir do século XIX, deu origem às construções mais elaboradas e fachadas ornamentadas. Algumas, ainda bastante conservadas, refletindo a riqueza trazida pela nova atividade econômica.

Em relação às ações de preservação, o Programa Monumenta em Natividade/TO, conforme Picanço (2009, p. 107), contribuiu bastante, já que “[...] conseguiu preservar a arquitetura dos bens, resgatando o estilo colonial, observando os valores históricos e estéticos [...]”.

Dessa forma, ao visitar o Centro Histórico é possível identificar e vislumbrar essa beleza retratada no casario com cerca de 250 casarões, além de igrejas preservadas, entre ruas estreitas e muros de pedra construídos por mãos escravas, que guardam a memória do período colonial no estado do Tocantins. Segundo Picanço (2009, p. 73) essa especificidade na arquitetura destaca-se pela simplicidade “com ausência de monumentalidade nas construções públicas e privadas”. Essa preciosidade pode ser observada na Figura 14, a qual, retrata os casarões, ainda preservados.

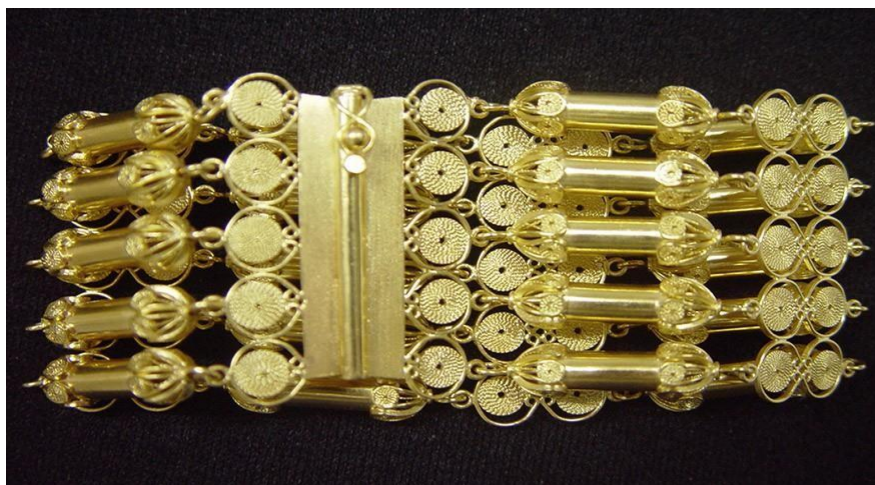
Figura 14- Casarões de Natividade - TO



Fonte: Acervo próprio (2023)

Conforme o IPHAN (2014), Natividade se destaca na produção de joias artesanais, pois preserva a arte secular da ourivesaria, tradicional desde a época do garimpo de ouro. A produção artesanal faz uso da técnica rara da filigrana de origem portuguesa (fios de ouro), foi aperfeiçoada e sobreviveu pelas mãos de ourives de Natividade. Se tornou um produto cultural - “nosso” -, genuinamente nativitano. A imagem da Figura 15 ilustra uma <sup>26</sup>pulseira ricamente ornada com a filigrana portuguesa nativitana.

Figura 15- Pulseira ornada com técnica da filigrana portuguesa



Fonte: IPHAN (2014)

Segundo informações do historiador Palacín (1994), IPHAN (2014) e do IBGE Cidades (2022), Natividade teve sua origem no século XVIII, no ano de 1734, com a chegada de exploradores portugueses nessa região à procura de ouro. Para Picanço (2009, p.71), a opulência

<sup>26</sup>Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/82>. Acesso em: 22 nov. 2023.

pela exploração sistemática, permitiu o estabelecimento mais eficiente do comércio, a formação social e a construção do ambiente urbano.

Dessa forma, o surgimento de Natividade está ligado diretamente à exploração áurea e aos portugueses, e um deles é Manoel Ferraz de Araújo, que se estabeleceu no local com sua mineração. Mesmo assim, Picanço (2009) apresenta uma discussão passível de reflexão acerca do surgimento inicial de Natividade, em razão de:

dúvidas que podem ser traduzidas em algumas hipóteses: a cidade teria suas origens no arraial de São Luiz, localizado no alto da Serra; a ruína de nossa senhora de Natividade teria acomodado apenas os garimpeiros e escravos, enquanto o núcleo original teria surgido nas encostas da elevação e Natividade e São Luiz seriam arraiais distintos nas encostas da elevação (PICANÇO, 2009, p. 70).

Logo, a autora destaca que provavelmente são duas possibilidades e não apenas uma, a sua origem. São Luiz ficava na serra e onde é hoje Natividade um outro povoado. Não obstante, Picanço (2009) ressalta que independentemente

de seus primórdios a cidade adquiriu o nome atual no ano de 1833, em homenagem a Nossa Senhora, padroeira da cidade. Foi um dos maiores arraiais da Capitania de Goiás, ocupando o segundo lugar em importância na captação de ouro (PICANÇO, 2009, p. 71).

A Figura 16 ilustra o <sup>27</sup>Arraial de Natividade com os traços do período colonial, em 1828. No centro a Igreja Matriz, ao fundo, a Serra de Natividade, conforme Picanço (2009, p. 71) retratado no desenho de Burschell, in “O Brasil do 1º Reinado visto por W. Burschell – 1.825/1.829”.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.094/1892>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Figura 16- Arraial de Natividade



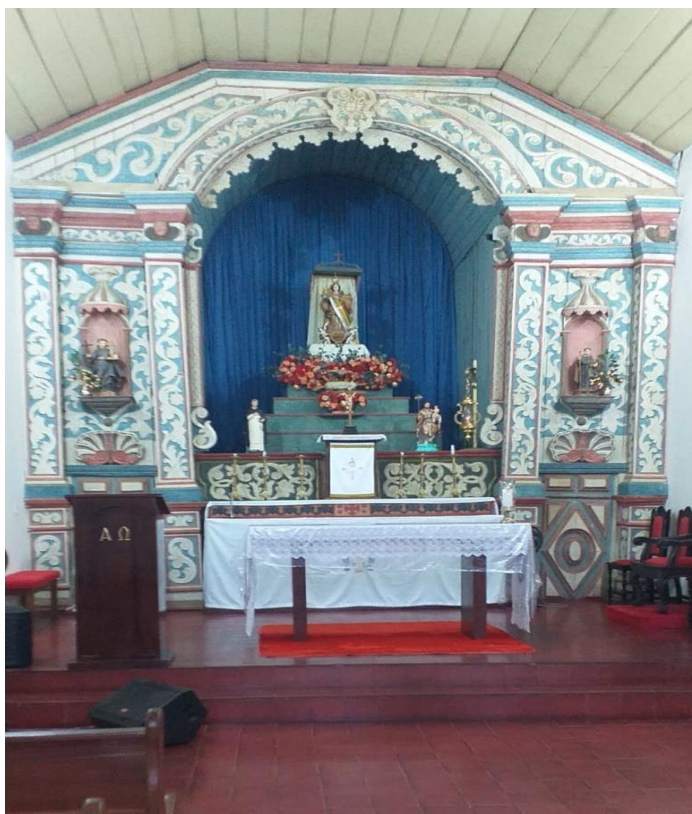
Fonte: Revista Minha cidade (2024)

Segundo Palacín (1994), a tradição religiosa católica cristã foi repassada por gerações, entre portugueses e escravos africanos. Em 1735, chegou ao Arraial uma imagem de Nossa Senhora da Natividade, trazida de barco pelo Rio Tocantins e depois levada por escravos até o Arraial. Essa imagem é a mesma venerada no altar, que conserva os mesmos traços originais do período colonial mesmo após a igreja passar por reformas. Haja vista que esse é um patrimônio cultural inestimável, não só para os cidadãos católicos tocantinenses, mas para toda a sociedade. Destaca-se que a igreja Matriz de Natividade é uma das mais antigas do estado, datada de 1759. Cabe ressaltar que esta igreja está tombada como Patrimônio Histórico Nacional.

A Figura 17 apresenta o altar da igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade e a Imagem de Nossa Senhora da Natividade.



Figura 17 - Imagem e altar de Nossa Senhora da Natividade



Fonte: Acervo próprio (2023)

Ademais, Palacín (1994) ressalta que para garantirem sua permanência no local, os moradores tiveram que enfrentar a resistência de indígenas, que não aceitavam submeter-se à exploração escravagista. No início da colonização, toda uma tribo da etnia Xavante foi aniquilada por resistirem à escravidão determinada pelos portugueses.

De acordo com Palacín (1994) havia em torno de quarenta mil pessoas nas minas, sendo a maioria escravos. Conta-se também que caravanas de mais de cem burros com suas bruacas carregadas com 'arrobos de ouro' seguiam de Natividade para Salvador, na Bahia, e dali para Portugal. Com o declínio minerador, desenvolveram a agricultura e o comércio.

Conforme Dias (2016), esses portugueses e missionários que chegaram para se dedicar à extração do ouro e à catequese deixaram fortes sinais. Longe de suas famílias e do alto clero, muitos deles tiveram filhos com as escravas que traziam, oferecendo-lhes carta de alforria para que estes nascessem livres.

Os escravos, por sua vez, começaram a erguer o que seria a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, também conhecida como “Igreja de Pedra”, construída em pedra canga. A representatividade negra ficou cravada na construção desta igreja, representada na Figura 18.

Suas ruínas, preservadas, se tornaram, desse modo, uma das referências do período colonial no estado do Tocantins.

Figura 18- Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Fonte: Acervo próprio (2023)

De acordo com registros do IBGE (2022), a obra foi paralisada por volta de 1817, por falta de recursos, pois os escravos não aceitavam ofertas, em dinheiro, dos brancos para concluí-la. Suas ruínas se tornaram cartão postal do estado e impulsionam o turismo, pois são bastante visitadas e apreciadas. Sua origem confunde-se com a presença de imigrantes europeus e africanos, impulsionados pelo frenesi aurífero, no século XVIII. De acordo com o IBGE (2022), entre as igrejas deste município, destacam-se a de São Benedito e a Matriz de Nossa Senhora da Natividade, de 1759. A Figura 19 ilustra a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade.

Figura 19- Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade



Fonte: Acervo próprio (2023)

Conforme Palacín (1994) e os dados do histórico registrado pelo IBGE (2022), entre os anos de 1809 e 1815, o Arraial de São Luiz, em homenagem ao então governador geral Dom Luís de Mascarenhas, hoje Natividade, foi sede provisória da Comarca de São João das Duas Barras, época em que o território de Goiás foi dividido em duas comarcas, conforme Alvará. Nesse documento, datado de 18 de março de 1809, no Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João VI criou a Comarca de São João das Duas Barras. Em 1815, a sede foi transferida para São João da Palma, hoje Paranã. Em 1821, Natividade volta a ser sede administrativa do Norte Goiano, de maneira provisória.

Dessa maneira, a formação administrativa, segundo dados do IBGE (2022), no ano de 1832, o Arraial passou a ser Vila de Natividade. Em 22 de julho de 1901, a Comarca de Natividade foi criada e instalada em 23 de dezembro de 1905, desligando-se da Comarca de Porto Nacional. Contudo, em 1930, a Comarca de Natividade ficou, novamente, sob a jurisdição da Comarca de Porto Nacional. Em 26 de agosto de 1933, tornou-se Município de Natividade (IBGE,2022).

Conforme Megale (1980), a comunidade cristã-católica comemora o nascimento da Virgem Maria, ao contrário dos outros santos, que é festejado o dia da morte. Portanto, Natividade remete ao nascimento de Nossa Senhora. Megale (1980) ressalta que apesar de não se ter conhecimento da data, a igreja instituiu o dia 8 de setembro, para celebrar a festa da

Natividade de Nossa Senhora. A imagem da Padroeira <sup>28</sup> do estado do Tocantins está representada na Figura 20.

Figura 20 – Imagem de Nossa senhora de Natividade, padroeira do estado do Tocantins



Fonte: Site Gazeta do Cerrado.com.br

Em relação à Santa é celebrado o seu nascimento, ao contrário dos outros santos que é celebrado o dia da morte. Tocantins é o único estado do Brasil, que tem Nossa Senhora da Natividade como sua padroeira. A Santa foi nomeada como protetora dos tocantinenses pelo papa João Paulo II, em 1992, após a criação do estado.

De acordo com Megale (1980), o designativo Maria recebeu o nome de Miriam, traduzido para o Latim. Em Hebraico, Maria significa Senhora e Luz. Foi bastante venerada no ocidente e oriente, representada em pinturas e esculturas. Segundo Guérios (2004), Maria, de uma língua semítica “senhora”. São muitos os étimos propostos. Correspondentes: hebr. Myrián; ár, e etíope Maryan. Do mesmo radical do siríaco Marta. Seg. o Pe. E. Vogt. Maria é adaptação grega de Maryám, antiga f. hebr., que significa “excelsa, sublime”, do ugarítico. Para F. Zorell, do Egípcio “predileta de Javé”. Dim., hip. Mariinha, Mariazinha, etc.

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.maesqueorampelosfilhos.com/nossa-senhora-da-natividade-padroeira-do-tocantins-honra-ao-nascimento-da-mae-de-deus/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Conforme Cunha (2010), Natividade, sobr. Port. de origem cristã, refere-se particularmente ao nascimento da Virgem Maria. Outrossim, no Brasil, Megale (1980) acrescenta que a Natividade da Santa foi pouco cultuada, pois poucas igrejas foram dedicadas à Natividade de Maria e são raras as pinturas que retratam esse fato. Mesmo apesar da pouca produtividade, está representada em topônimos pelo país e no estado do Tocantins.

## 5.2 Religião e Religiosidade

Com base nos conceitos de Religião e Religiosidade, segundo o lexicógrafo Houaiss (2001, p. 643), religião - crença na existência de uma força ou forças sobrenaturais, considerada(s) como criadora(s) do Universo, e que como tal deve(m) ser adoradas e obedecida(s) - gion, XIII, giom XIV, - giõ XIV, jon XIV etc. Do lat. Religio – ônis cor-religionÁRIO 1881, ir-religião 1813. Do lat. Tard. irreligiõ-ônis ir-religiOS-IDADE1813. Do lat. religiõsitãs-âtis religioso XIII. Do lat. religiõsus-a - um. Religião - religiOS-IDADE rre-XVFRADII. 15.14. Reflete ligação a uma força superior ou conjunto de dogmas<sup>29</sup> e práticas que envolvem devoção e crença em algo sobrenatural. Para Schwikart (2001, p. 90) “Segundo alguns, vem de “religare” = reatar. Segundo outros, vem de “relegere” = reler, observar conscienciosamente; lembra o respeito devido às prescrições da \*religião romana”. Dessa forma, segundo Schwikart (2001), em um conceito exato, a origem do termo tem diversas explicações, são questões que englobam o transcendente, o divino, o sagrado.

Sales e Zitzke (2021, p. 108) reportam a religião como algo significativamente importante para as diversas sociedades humanas, que exerce influência intensa sobre o comportamento, as atividades, a construção dos lugares e até mesmo sobre a sua organização espacial. Nesse sentido,

A religião cristã, na forma do catolicismo, foi introduzida no Brasil pelos portugueses e, a partir dos séculos XVII e XVIII, ganhou uma característica marcadamente social e popular promovida pelas irmandades nas Igrejas e pela realização das práticas e atos devocionais de fé dos fiéis, como as romarias, o pagamento de promessas, as festas dedicadas aos santos e padroeiros e as procissões, assumindo características próprias e bem diferentes do catolicismo europeu, em função da forma como o espaço brasileiro foi ocupado (SALES; ZITZKE, 2021, p. 110 *apud* ROSENDAHL, 1996).

O catolicismo popular tem por base, um conjunto de práticas de devoção popular, simbolicamente centrados nos santos, conforme Sales; Zitzke (2021). Desse modo, tem-se a

<sup>29</sup>Dogma - entre os cristãos, um artigo imutável de fé. Exemplo: Jesus é Filho de Deus. Plural: Dogmas. - Do grego = opinião, sentença, tese. Disponível em: <https://ccdej.org.br/wp-content/uploads/2013/09/00190-dicionarioilustradasreligies-090322124128-phpapp01-1.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.

religião como uma estrutura, enquanto a religiosidade é a vivência e a experiência religiosa. Visto que a religiosidade, segundo Houaiss (2001, p. 643), se refere aos valores éticos de certo teor religioso ou a incorporação de ensinamentos religiosos à maneira de pensar.

A partir de tais fundamentações, podemos tomar a existência de topônimos religiosos tocaninenses como uma prova contundente da devoção cristã, herdada dos lusitanos. E, como forma de firmamento da fé, prescrevendo além da representatividade simbólica do catolicismo popular, a influência da igreja católica sobre Portugal e sobre territórios por ele colonizados, como é o caso do Brasil.

Figura 21- Foliões e visitantes na Festa do Capitão do Mastro



Fonte: Secom (2023)

É mister afirmar que o sagrado e o profano se misturam, pois a fé e as festas não se separam, visto se que a relação do povo brasileiro com o sagrado permeia a origem cristã-católica e remonta às suas raízes. Isso é retratado na Figura 21, acima, que mostra foliões e visitantes na Festa do Capitão do Mastro <sup>30</sup>.

Os registros históricos, desde a chegada do colonizador, revelam a imposição de uma religião e, conseqüentemente de uma religiosidade ao povo do território supostamente “descoberto”. Nesse sentido, ávidos pelo ouro, iam se formando aglomerados humanos impregnados “com todas as suas cargas humana, religiosa, cultural, etc.” (SILVA; FLORES, 2019, p. 109). As celebrações religiosas, desde então, fizeram parte das estratégias da igreja

---

<sup>30</sup>Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/festejo-do-divino-espirito-santo-move-fe-religiosidade-solidariedade-e-cultura/5s7fzut2q8b7>. Acesso em: 22 nov. 2023.

para atrair fiéis, e as festas acabaram se tornando um desses atrativos. A Figura 22 ilustra a Festa do Carmo <sup>31</sup>.

Figura 22 – Festa do Carmo.



Fonte: Jornal do Tocantins (2023)

Conforme informações no site da SECOM (2023), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1801, pelo Sr. João Ayres da Silva, pelo valor de 1.200 oitavas de ouro. Abriga a imagem de Nossa Senhora do Carmo e está localizada na Praça da Matriz no município de Monte do Carmo, foi tombada como Patrimônio Cultural do Estado do Tocantins, publicado em Diário Oficial, ato inscrito em 25 de setembro de 2012, no Livro do Tombo Histórico e Etnológico e Livro do Tombo Arquitetônico; agregando valor histórico, arquitetônico e cultural à obra.

### 5.3 Catolicismo Popular

De acordo com Houaiss (2001), catolicismo é o conjunto de dogmas e preceitos da Igreja católica; a totalidade dos católicos; catolicidade. Houaiss (2001) também conceitua popular - do povo, pertencente ao povo (representação popular); aprovado ou querido por uma ou mais pessoas. Dessa forma, considera-se que o catolicismo popular é propriamente do povo e manifesta-se como expressão única e pessoal da fé católica que se distingue do catolicismo

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/magazine/festa-f%C3%A9-e-tradi%C3%A7%C3%A3o-em-monte-do-carmo-1.609106>. Acesso em: 22 nov. 2023.

oficial eclesiástico, sua ênfase está na experiência pessoal e na tradição oral conforme destaca Smith (2001).

No Brasil, o catolicismo popular integra, indubitavelmente, uma parte importante da cultura e da identidade nacional, pois tem consigo a representatividade da historicidade de um povo. Manifesta-se de várias maneiras, está representada em devoções diversas, destacam-se as festividades e Romarias que levam multidões aos santuários religiosos.

De acordo com Silva; Flores, (2019, p. 31), a chegada da festa barroca portuguesa no século XVIII, se confunde com o surgimento das regiões mineradoras. A festa ocorria, principalmente onde o fluxo de pessoas era maior. “Aliados à igreja, os colonizadores utilizaram a festa para marcar a presença da coroa e promover dominação nos novos territórios”. Desse modo, tinha a finalidade de manter-se como uma espécie de modelo a ser seguido pela colônia.

Assim, o catolicismo popular engloba práticas que incluem sacramentos, rezas, adorações e devoções a santos - celebrações que se perpetuam em favor de santidades específicas. É possível vislumbrar que essas práticas foram ganhando novas configurações e foram sendo adaptadas e incorporadas às tradições locais como forma de autoafirmação da fé.

#### **5.4 Festas Populares**

Por todo o estado do Tocantins são atraídos milhares de devotos para festas religiosas e seculares que povoam a mente dos fiéis e ditam o ritmo de vida de algumas cidades. Cada festa possui especificidades próprias, reveladas pelas práticas culturais de religiosidade popular. Para Bressamin e Almeida (2021):

Essa maneira do povo expressar-se em suas festas em homenagens aos santos padroeiros, em seus altares e folguedos, expressam a tradição de uma cultura religiosa que revela crenças e vivências presentes numa identidade coletiva, materializa a fé, preserva a tradição, a memória e expressa o sincretismo (BRESSAMIN; ALMEIDA, 2021, p. 132).

A Festa do Divino, Festa de santos padroeiros e Romarias são as mais representativas no estado, especialmente nas duas cidades deste estudo. Reúnem milhares de fiéis devotos ou simplesmente expectadores e admiradores da ação cultural popular religiosa. Festa de Nossa Senhora do Carmo, do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário em Monte do



Carmo; Festividades da Romaria do Bonfim em Natividade<sup>32</sup>; Romaria de Sucupira que também integra as duas Festas, a do Divino e de Nossa senhora do Rosário, em Dianópolis; podem ser exemplos claros de representação dos preceitos do Cristianismo. A Tabela abaixo apresenta as principais festividades católicas populares representativas do estado do Tocantins, a localidade de ocorrência e a data, conforme objetos deste estudo.

Tabela 5: Festas populares, localidade e data

<b>FESTAS POPULARES</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>DATA</b>
<b>Nossa Senhora do Carmo</b>	Monte do Carmo	julho
<b>Nossa Senhora do Rosário</b>	Dianópolis; Monte do Carmo; Taquaruçu; Almas	outubro
<b>Nossa Senhora da Natividade</b>	Natividade	setembro
<b>Senhor do Bonfim</b>	Natividade- Povoado Bonfim; Silvanópolis; Tabocão; Araguacema; Taguatinga; Aurora do TO	Agosto /setembro
<b>Divino Espírito Santo</b>	Almas; Silvanópolis; Santa Rosa; Paranã; Peixe; Chapada de Natividade, Miracema; Babaçulândia; Conceição do Tocantins; Porto Nacional; Araguaatins; Araguacema; Araguaçu; Monte do Carmo; Natividade; Talismã, Ponte Alta do TO.	Entre janeiro a julho.

Fonte: Calendário Cultural do Estado do Tocantins – SECULT (2023)

Os dados constantes na tabela 5, sobre as festas populares, estão regulamentados em conformidade com a Lei nº 1.525, de 17 de dezembro de 2004, com o Decreto Nº 4.357, de 25 de julho de 2011 e com a Instrução Normativa nº 001/2012, que disciplina os procedimentos para inclusão de Eventos Tradicionais e Agenda Cultural no Calendário Cultural do Estado do Tocantins.

A Festa do Divino é uma das mais expressivas no estado e está presente em diversos municípios. De acordo com o site da SECOM (2023), a história da Festa do Divino, segundo

<sup>32</sup> O ponto alto da Romaria e do Festejo do Senhor do Bonfim acontece no dia 15 de agosto, data celebrada nos municípios tocaninenses de Natividade, Tabocão, Araguacema e Taguatinga. Essa é a maior festa religiosa realizada no Tocantins e reúne milhares de fiéis, que buscam renovar a fé e manifestam agradecimentos por graças alcançadas durante os festejos do Senhor do Bonfim. A mais conhecida das celebrações acontece em Natividade, com mais de 200 anos de tradição. Todo ano, o Santuário do Senhor do Bonfim concentra mais de 500 mil pessoas durante os dez dias de celebrações.

informações de Simone Camelo, residente e pesquisadora do município de Natividade – TO, tem origem europeia, no começo do século XIV, na Vila de Alenquer, próximo à cidade de Lisboa, em Portugal. Sousa (2017, p. 24) ressalta que a preservação da Festa do Divino Espírito Santo pela comunidade local é um legado de patrimônio cultural, e um momento de renovação da fé e da confirmação do temor a Deus, regada por muitos cânticos de catira, comidas típicas e licores.

De acordo com Sousa (2017, p. 13), a devoção surgiu da Rainha Isabel, em 1321, em Portugal. Transportada da Metrópole para o Brasil, a festa do Pentecostes ou do Espírito Santo foi fomentada pelos agentes locais, de que se destacam os franciscanos, e apoiada pelas elites e pelo poder régio. Porém, rapidamente envolveu todos os crentes, tornando-se uma grande manifestação de religiosidade popular. A Festa do Divino Espírito Santo<sup>33</sup>, em Natividade, está ilustrada na Figura 23.

Figura 23 - Festa do Divino Espírito Santo em Natividade



Fonte: Ferraz e Monteiro (2023)

De acordo com Sousa (2017, p.13), há registro da realização dos Festejos do Divino na cidade de Natividade desde 1904. Trata-se de uma cerimônia religiosa que “integra, como todas, muitos elementos profanos, dando voz à cultura local e às multifacetadas formas dela se exprimir.” Conforme a SECOM (2023) até agora, tem-se o registro de mais de 100 imperadores, que ficam responsáveis - com o apoio da Igreja e da comunidade - pela propagação da fé no Divino Espírito Santo, através dessa manifestação que reúne os elementos profanos e divinos.

É realizada a Esmola Geral, procissão na qual as Bandeiras do Divino são levadas de casa em casa, anunciando os Festejos e arrecadando “esmolos”. O momento dedicado ao Capitão do Mastro começa com missa solene. Depois dela, uma multidão se desloca até a casa do festeiro, onde inicia-se

<sup>33</sup>Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/festejo-do-divino-espírito-santo-move-fe-religiosidade-solidariedade-e-cultura/5s7fzut2q8b7>. Acesso em: 22 nov. 2023.

uma procissão diferente dos padrões: o Capitão e a esposa, Rainha do Mastro, desafiam a lei da gravidade durante o passeio pelas ruas do centro histórico. Em cima de um mastro de aproximadamente cinco metros, em forma de pirâmide, cabe ao Capitão e família se manterem firmes contra as intempéries, pois o mastro é sacudido para provocar instabilidade, segundo informações do site da SECOM (2023).

O festejo também é envolvido pelos encantos da Súcía<sup>34</sup>. Segundo Rodrigues; Bispo (2015, p. 146) é uma espécie de brincadeira composta por homens e mulheres que em dupla, acompanhados de instrumentos, a exemplo, o pandeiro, se divertem e divertem a população com gestos de alegria e muita animação.

Nessa linha de pensamento, Messias (2014, p.25) assevera que “os espaços festivos onde a <sup>35</sup>sússia acontece são espaços corpóreos, estéticos e identitários e que contribuem para refletir um pouco mais sobre a complexidade e os conflitos das identidades negras”. Nesse viés, essa dança também se ancora na perspectiva da teoria cultural contemporânea, pois desencadeia o contato entre diferentes identidades, especialmente indígenas, africanas e portuguesas. Um grupo de Súcía<sup>36</sup> antecede a procissão. Carregam velas à base de cera de abelha em hastes de bambu de aproximadamente 70 centímetros. O percurso é definido por luminárias de buriti. As chamas partem de pequenas bases feitas em cascas de laranjas e são mantidas com a utilização de azeite de mamona. Ao término, há comida farta e variada (SECOM, 2023).

De acordo com a SECOM (2023) a Festa do Imperador tem caráter mais formal. É coroado o Festeiro eleito no ano anterior. Após efetivar a coroação, Imperador e família real são conduzidos num cortejo, guiado por jovens carregando os sete dons do Espírito Santo, crianças vestidas de anjos, personagens e fiéis. A procissão segue até a Igreja do Espírito Santo, onde é celebrada missa solene do Imperador. Após a celebração há o sorteio para definir os festeiros da Festa do próximo ano. Após a missa, todos se dirigem à casa do imperador, onde é servido um farto almoço, acompanhado de bolos,

---

<sup>34</sup> Variante linguística, pelo fato de a língua estar fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma distinção das características das suas diversas modalidades regionais, sociais e estilísticas.

<sup>35</sup> Variantes linguísticas também conhecidas como súcia, suçã, sussa ou sússia.

<sup>36</sup> Segundo Rodrigues; Bispo (2015, p. 146) “súcía é uma dança que se manifesta durante o giro da folia do Divino Espírito Santo. É uma espécie de brincadeira composta por homens e mulheres. Também é conhecida como súcia, suçã, sussa ou sússia; dançada no folclore de cidades como Paranã, Santa Rosa do Tocantins, Monte do Carmo, Natividade, Conceição do Tocantins, Peixe, Tocantinópolis. A dança é caracterizada por músicas agitadas. A sússia (variante linguística) na Folia do Divino em Monte do Carmo é dançada ao som do pandeiro e da caixa. Também é dançada ao som do tambor em outras manifestações populares, como em Natividade. Uma herança de descendentes africanos. Disponível em: <https://www.mundodadanca.art.br/2014/11/tocantins-volta-ao-brasil-em-27-dancas.html>

<https://www.to.gov.br/secom/noticias/suca-manifestacao-cultural-folclorica-do-tocantins/3gfpuzdy2043>. Acesso em: 30 nov. 2023.

doces e licores – preparados com os donativos arrecadados na comunidade e durante os Giros feitos pelos Foliões do Divino.

Conforme Silva; Flores (2021, p. 98), “as festas ligadas ao catolicismo popular estão presentes em várias localidades do interior do Brasil”. Algumas cidades realizam suas comemorações em determinadas datas, através de celebrações como: festejos, procissões, Romarias e folias para homenagear a entidade religiosa que a representa, podendo ser seu padroeiro ou padroeira, conforme o calendário. Esses ritos devocionais funcionariam como uma espécie de materialização e testemunho da própria fé.

Para Resende (2021), a religião se impõe como uma referência, visto que o conhecimento religioso de uma comunidade pode ocorrer por meio de informações devocionais e de suas festas. Nesse sentido, a Festa de Nossa Senhora do Rosário atrai muitos fiéis, é referência histórica, religiosa e faz parte do processo de povoação. A Figura 24 apresenta os fiéis em celebração de Missa durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário <sup>37</sup>.

Figura 24 – Missa durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Portal de notícias - Unitins (2022)

<sup>37</sup>Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/portal/noticias/detalhes/4375-2022-10-13-estudantes-da-unitins-e-servidores-visitam-festa-de-nossa-senhora-do-rosario-em-monte-do-carro>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Dito isto, as festividades assinalam o estilo de vida de um determinado grupo e a conservação dessas tradições que marcam a transcendência da fé, de modo significativo. “Os gestos e ritos expõem, em ações simbólicas forjadas ao longo da história de vida, valores hereditários impregnados de tradição, culturalmente aceitos e com significação própria” (RESENDE, 2021, p. 21). Com tudo isso, inevitavelmente, a fé cristã católica acaba se tornando uma referência para a construção de identidades.

À medida em que laços são estabelecidos e fortalecidos pela inserção social em torno destes eventos exógenos, mas afixados como locais, conseqüentemente se perpetuam pela contiguidade da externalização de conhecimentos repassados de geração em geração. “A fé operante dos devotos lembra a incidência e os influxos do crer capazes de modificar - lhes à vida [...]” (RESENDE, 2021, p.26).

A Festa do Senhor do Bonfim, juntamente com sua Romaria<sup>38</sup> são manifestações culturais praticadas em diversas localidades do estado do Tocantins, tanto na zona rural como no espaço urbano. Segundo Sales; Zitzke (2021, p.109), há uma percepção que se amplia quanto ao tempo e ao espaço reservados ao sagrado, que se diferencia do tempo comum, tornando-se um momento significativamente importante para os participantes. Desse modo, os autores consideram que por ser uma dinâmica temporal “qualitativamente diferente”, o homem comum consegue se aproximar do campo de força divino.

Sales; Zitzke (2021, p.109) ressaltam que

A Romaria do Bonfim indica experiências humanas repletas de significados, com nítida dimensão espacial que, além de contribuir para a organização do espaço e modificar a paisagem, se constitui num centro de convergências de romeiros, com dimensão local e regional no estado do Tocantins, com um fluxo periódico de devotos que buscam lugares sagrados para manifestarem sua fé, o que faz com que a Natividade tenha uma significativa função religiosa (SALES; ZITSKE, 2021, p. 109).

Conforme os autores, essa é uma prática religiosa promovida pelas irmandades nas Igrejas que modifica totalmente a dinâmica local em favor da realização dos atos devocionais de fé. A Figura 25 ilustra a Festa do Senhor do Bonfim<sup>39</sup>. Essa Festa é realizada em diversas localidades no estado do Tocantins.

---

<sup>38</sup>(ro.ma.ri:a) sf.

1. Peregrinação de caráter religioso a um santuário

2. Festa religiosa realizada próximo ao santuário aonde os devotos vão em peregrinação

3. Visita a local merecedor de adoração, de recordação afetiva: iam em romaria ao túmulo de seu ídolo. Disponível em: <https://aulete.com.br/romaria>. Acesso em: 03 mar 2024.

Figura 25 – Festa e Romaria do Senhor do Bonfim



Fonte: Rede Jovem News (2023)

A Festa e a Romaria do Senhor do Bonfim são realizadas em diferentes lugares no mês de agosto, no estado do Tocantins, mas em Natividade é notável sua expressividade, pois de acordo com o site Rede Jovem News (2023) acontece tradicionalmente a 200 anos e arrebanha uma multidão de fiéis-devotos e visitantes.

Reza a lenda, que após um vaqueiro encontrar a imagem sobre um toco de árvore no meio do cerrado, ao levá-la para a cidade de Natividade, misteriosamente, a peça retornava ao lugar onde foi encontrada. Os fiéis entenderam que o lugar do Senhor do Bonfim era onde ele teria aparecido pela primeira vez. Em informações disponíveis no site Rede Jovem News (2023), nesse local, foi erguida a primeira igreja, no povoado do Bonfim, em Natividade, no ano de 1750. A Romaria, que ganhou o mesmo nome do santo, teria iniciado nessa época também. A Figura 26 ilustra o Santuário do Senhor do Bonfim.

---

<sup>39</sup>Disponível em: <https://redejovemnews.com.br/2023/08/14/romaria-do-senhor-do-bonfim-conheca-a-historia-da-maior-festa-religiosa-do-tocantins/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Figura 26- Santuário do Senhor do Bonfim



Fonte: Site Rede Jovem News (2023)

Manifestações religiosas, conforme Messias (2020, p.61), giram em torno de várias “providências, custos e labores”, envolvem a movimentação da comunidade em ações de distintas sociabilidades, e otimizam a composição de um conjunto de rituais próprios e específicos para cada ocasião. Os rituais na festa do Divino em Monte do Carmo são compostos de: “saída das folias, o giro das folias, pouso e encontro das folias, cortejo do imperador e imperatriz, o levantamento do mastro, missas, procissões, entre outros” (MESSIAS, 2020, p.61). Quando realizada a festa, geralmente o cenário do cotidiano é transformado e muda em razão do cultivo anual de diversas celebrações, festas e folgedos que simbolizam a vivência do trabalho, da religiosidade, entretenimento e da vida cotidiana que guardam fortes traços de base africana e portuguesa e que são realizáveis, a partir do apoio e empenho da comunidade.

## CAPÍTULO VI

### 6 Análise de dados

Neste capítulo apresenta-se as análises dos dados, referenciadas nas fichas lexicográficas. Faz-se uma discussão com base em dois municípios do estado do Tocantins com nomes religiosos e que surgiram no século XVIII – Monte do Carmo e Natividade, respectivamente.

#### 6.1 Topônimo Monte do Carmo

Quadro 4 - Classificação do topônimo: Monte do Carmo

MONTE DO CARMO – TO	
<b>Localização:</b> Região geográfica intermediária de Palmas e imediata de Porto Nacional.	
Localização no mapa	Paróquia Nossa Senhora do Carmo
 <p>Fonte: <a href="https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/monte-do-carmo/panorama">https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/monte-do-carmo/panorama</a></p>	 <p>Fonte: Acervo próprio (2023)</p>
<b>Topônimo</b> – Monte do Carmo	
<b>AH/F.</b> – Acidente geográfico humano.	
<b>Outros nomes</b> – Arraial de Nossa Senhora do Carmo; Trairucu; Carmo.	
<b>Taxionomia:</b> Taxionomia de natureza física – Geomorfotopônimo - topônimo resultante de acidente topográfico, “monte” / Hierotopônimo – relativo ao sagrado “do Carmo” Dick (1990).	



## Entrada Lexical – Monte

**Estrutura morfológica:** elemento composto híbrido (subst. ‘monte’ + prep. ‘de’ + art. ‘o’ + subst. ‘carmo’).

### Histórico Oficial

Monte do Carmo é um município do estado do Tocantins, localizado a 89 quilômetros da capital Palmas. Segundo o IBGE (2022) a população da cidade de Monte do Carmo (TO) chegou a 5.694 pessoas no Censo de 2022, o que representa uma queda de -15,22% em comparação com o Censo de 2010, localizado na região central do estado, a uma altitude média de 295 m. Tem uma área total de 3.359,7 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 1,58 h/km<sup>2</sup>. O município é um dos caminhos para o Jalapão e dispõe de rodovia asfaltada.

A Paróquia Nossa Senhora do Carmo, localizada na Praça da Matriz no município de Monte do Carmo, foi tombada como Patrimônio Cultural do Estado do Tocantins, conforme publicação em Diário Oficial em ato inscrito em 25 de setembro de 2012, no Livro do Tombo Histórico e Etnológico e Livro do Tombo Arquitetônico, proporcionando valor histórico, arquitetônico e cultural. A ação foi iniciativa da SECULT - Secretaria de Estado da Cultura para proteger, preservar e conservar este bem patrimonial do Tocantins.

O tombamento teve início com abertura de processo no dia 2 de fevereiro deste ano, seguido de reuniões com a comunidade local e da continuidade do processo que se constituiu em um conjunto de documentos com fundamentação teórica que justificou o tombamento, seguindo metodologia básica de pesquisa, análise do bem cultural a ser protegido contendo as informações necessárias à identificação, conhecimento, localização e valorização do bem no seu contexto. Conforme SECULT (2023), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída em 1801, conserva as características da arquitetura colonial e lembra muitos aspectos de algumas igrejas do interior de Minas Gerais, construídas antes do advento do modernismo, com influências coloniais. A SECULT (2023) destaca que tem mais de 200 (duzentos) anos de existência. E, é referência para a realização de manifestações culturais e religiosas., sendo ponto de partida e encontro das folias do Divino Espírito Santo, uma das maiores festas religiosas do município e do estado do Tocantins.

### Histórico Literário

De acordo com Megale (1980), o termo Carmo corresponde ao Monte do Carmo ou Monte Carmelo, o qual significa jardim, na Palestina (Terra Santa). Assim, a antiga invocação de Nossa Senhora do Carmo existente em quase todo o Brasil, e de maneira especial em Minas Gerais, provém da Palestina.

Megale (1980) acrescenta que Nossa Senhora do Carmo é um título dado à Virgem Maria constituído desde século XIII, quando, no Monte Carmelo, um grupo de eremitas começou a se reunir, imitando o profeta Elias, ao redor de uma fonte chamada “fonte de Elias”. Nesse momento, iniciaram um estilo de vida que, com o tempo, espalhou-se para todo o mundo, inicialmente, por toda a Europa e trazida para a América Latina desde os primórdios da evangelização, ou melhor, da colonização desse continente. Dias (2016) considera que a escolha do denominador, associa-se ao acidente geográfico, a serra, e estende-se ao núcleo humano ao relacionar o monte do Carmo ao Carmelo da Palestina, uma vez que os primeiros a habitarem o local vinham de uma tradição cristã-católica e, certamente, eram devotos de Nossa Senhora do Carmo.

De acordo com Megale (1980) no Antigo testamento está descrito que após um desafio entre o profeta Elias e os sacerdotes de Baal, o Deus dos judeus Jeová manifestou seu poder enviando o fogo do céu que queimou os altares da falsa divindade erigidos sobre o Monte Carmelo, na Samaria. Também ressalta que nos 123 primeiros tempos do cristianismo, alguns eremitas ali construíram um convento sob a invocação de Nossa Senhora (MEGALE, 1980, p. 101).

Em Monte do Carmo, a dedicação e devoção mariana é demonstrada nos festejos em honra à padroeira, todos os anos, com ocorrência no mês de julho. Essa devoção também é dedicada à Nossa Senhora do Rosário. Ao estudar as festas populares no Brasil, (MESSIAS, 2014, p. 10 apud MOURA, 2003) salienta que a origem da festa de Nossa Senhora do Rosário remonta ao século XVIII, quando São Domingos criou a devoção do Rosário; as contas eram inicialmente em formato de rosas (o que deu origem ao nome de Rosário). A referida devoção sofreu uma interrupção durante o século XIV,

<p>em face da peste negra que assolou a Europa. No século XV a devoção do Rosário foi renovada em Portugal, justamente quando este país iniciava seus contatos com a África. Em 1573 o papa Gregório III instituiu a festa do Rosário, devendo ser comemorada no primeiro domingo do mês de outubro ou no dia 7 do mesmo mês. No início a devoção a Nossa Senhora do Rosário era dos brancos. Pouco a pouco os escravos negros, por intermédio dos frades dominicanos, iam assumindo lugar nas Irmandades do Rosário, enquanto os brancos adotavam outras confrarias.</p>
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b>          Conforme Andrade (2006, p.132) a relação motivacional entre denominador e objeto denominado é um fato onomasiológico que pode resultar em topônimos com influências externas ou subjetivas. Segundo Dias (2016), um está ligado ao outro no espaço geográfico e pelo olhar do denominador. Carmo referindo-se à Nossa Senhora tem-se um hierotopônimo por se tratar de nome relacionado ao sagrado. Desse modo, o aspecto religioso permanece marcado na formação do topônimo Monte do Carmo, pois a função dos nomes dos lugares ultrapassa a referência, englobam identidades, valores, crenças e ideologia do denominador. Visto que o acidente geográfico (Serra do Carmo) e o município estabelecem contiguidade relacional, portanto, cultural e patrimonial.</p>
<p><b>Etimologia:</b> Carmo: (do) sobr. Port. de origem religiosa. F. regressiva de Carmel ou Carmelo. Comum na expressão Maria do Carmo. V. Carmela e Carmelo (GUERIOS, 2004).</p>
<p><b>Fontes</b> – Andrade (2006), Dias (2016), Dick (1990), Guérios (2004), Cartas topográficas (IBGE, 2022), SECULT (2023), Google Maps, Megale (1980), (Messias, 2014 apud Moura, 2003).</p>
<p><b>Pesquisador(a)</b> – Nara Niceia Coelho Bignardi Garcia Silveira.</p>
<p><b>Revisora</b> – Dr<sup>a</sup> Karylleila dos Santos Andrade Klinger</p>
<p><b>Data da Coleta</b> – Período de coleta dos dados entre maio e setembro - 2023</p>

Fonte: Adaptado de Dick (2004).

O topônimo Monte do Carmo configura-se como um acidente geográfico humano. Decorre do nome da serra em seus arredores, a saber, Serra do Carmo. Essa serra tem presença marcante por enriquecer o cenário com sua beleza, e por estar presente não só nesse município, mas também em outros, como Palmas e Aparecida do Rio Negro. A seguir, a ilustração da Figura 27 retrata a Serra do Carmo, no município de Monte do Carmo.

Figura 27 - Serra do Carmo



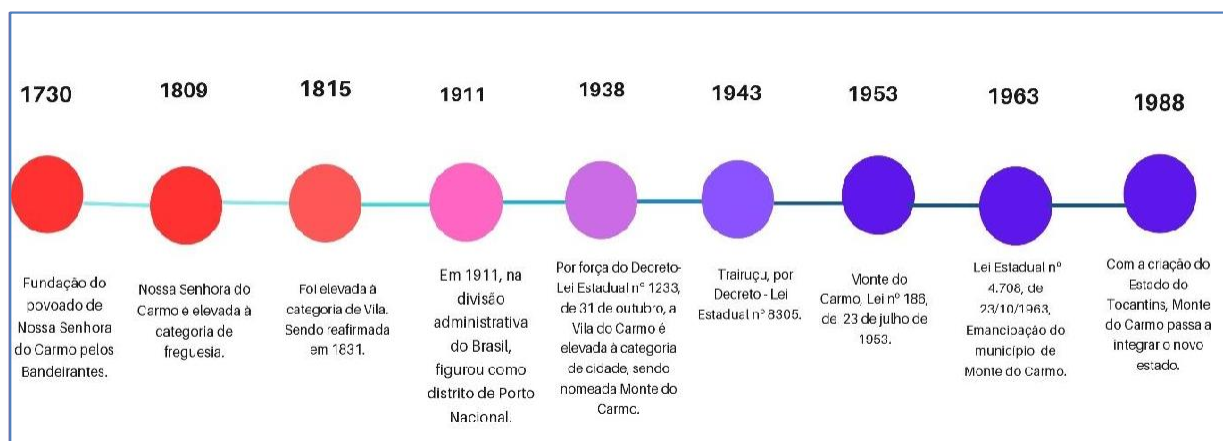
Fonte: Acervo próprio (2023)

O topônimo Monte do Carmo tem a estrutura morfológica formada por elemento composto híbrido contendo os substantivos monte e Carmo, ligados pela preposição de + artigo o indicando posse, em que o primeiro termo é de origem latina e o segundo, do hebraico. Com base classificatória em Dick (1990), inclui-se na taxonomia de natureza física, classificado como geomorfotopônimo por ser um topônimo resultante do acidente topográfico, “monte”.

Todavia, ao referenciar Carmo, tem-se um hierotopônimo por se tratar de nome relacionado ao sagrado. Conforme Dias (2016), o aspecto religioso permanece marcado na formação do topônimo Monte do Carmo, pois a função dos nomes dos lugares ultrapassa seu marco referencial, englobam identidades, valores, crenças e ideologia do denominador.

Dias (2016) destaca que o acidente geográfico (Serra do Carmo) e o município estabelecem contiguidade relacional, em que um está ligado ao outro no espaço geográfico. Sob essa ótica, há a congruência de que Carmo indica o monte que indica a cidade. Ou seja, sob a ótica motivacional, um está relacionado ao outro, pois o espaço geográfico está entranhado à carga religiosa conferida pelos costumes da população local, repassados de geração em geração. A Figura 28 apresenta a Linha do tempo com as mudanças toponímicas recebidas pelo município Monte do Carmo no decorrer do tempo, elaborada com base em informações histórico-toponímicas demonstradas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2022).

Figura 28 - Linha do tempo - município Monte do Carmo



Fonte: Autoria própria, com base no IBGE (2022)

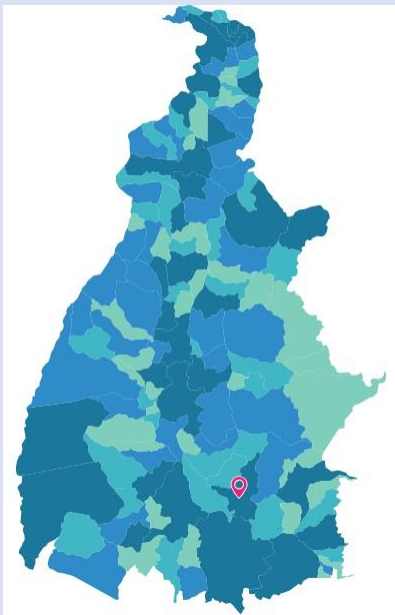
Nesse viés, é possível vislumbrar a Toponímia como agregadora de diversos aspectos com expressividade de significados que dialogam com a motivação denominativa. Isso deixa claro que às vezes não é somente um elemento que predomina, evidências físicas, religiosas, sociais, históricas, culturais, entre outras, também podem motivar a escolha. Consoante a isso, Castiglioni (2014) evidencia que:

A motivação é que permite ao pesquisador a busca da explicação da escolha do nome, a causa denominativa, e no caso do estudo dos topônimos, muitas vezes apenas a etimologia da palavra não é suficiente para explicar sua motivação. O topônimo configura-se como um elemento do léxico que é escolhido para melhor definir a ideia que um indivíduo tem de um espaço. Por essa razão é que os estudos toponímicos buscam em outras ciências subsídios que colaborem na descoberta da história de um nome (CASTIGLIONI, 2014, p. 17).

Logo, a escolha de um denominativo pode envolver vários aspectos e possuir viés interdisciplinar, uma vez que o dinamismo toponímico exige seu entendimento a partir de diferentes “possibilidades sêmicas” (NUNES, 2022, p. 118). Isso posto, percebemos que vários elementos podem ser complementares e decisivos, como é o caso do denominativo Monte do Carmo.

## 6.2 Topônimo Natividade

Quadro 5- Classificação do topônimo: Natividade

<b>TOPÔNIMO NATIVIDADE - TO</b>	
<b>Localização:</b> Região geográfica Intermediária de Palmas e Imediata de Porto Nacional.	
<b>Localização no mapa</b>	<b>Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Rosário dos Pretos</b>
 <p style="text-align: center;">Fonte: <a href="https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama">https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama</a></p>	 <p style="text-align: center;">Fonte: Acervo próprio (2023)</p>
<b>Topônimo - Natividade</b>	
<b>AH/F.</b> – Acidente geográfico humano.	
<b>Outros nomes</b> – Arraial de São Luiz.	
<b>Taxionomia:</b> Hierotopônimo - relativo a nomes sagrados, Dick (1990).	
<b>Entrada Lexical</b> – Natividade	
<b>Estrutura morfológica:</b> elemento específico simples (Nativ-idade /sufixo).	
<p><b>Histórico Oficial</b></p> <p>Conforme o IBGE (2022), Palacín (1994), Natividade teve sua origem no século XVIII, no ano de 1734, com a chegada de imigrantes portugueses nessa região à procura de ouro. Dentre esses portugueses, Manoel Ferraz de Araújo foi pioneiro junto com a mineração. O Arraial de São Luiz, primeira povoação, foi edificada no topo da serra pelos escravos. Em 1735, chegou ao arraial a imagem de Nossa Senhora da Natividade, que veio de barco pelo Rio Tocantins e depois foi levada pelos escravos até o Arraial. Essa imagem ainda permanece na igreja Matriz de Natividade, uma das mais antigas do Estado, datada de 1759.</p> <p>O IBGE (2022) também menciona que havia um número bastante elevado de pessoas nas minas, entre portugueses e escravos, cerca de quarenta mil. Mais tarde, o recuo da mineração impulsionou a agricultura e pecuária.</p>	

<p>Conforme o IBGE (2022), no ano de 18 de março de 1809, no Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João VI criou a Comarca de São João das Duas Barras, ainda em Natividade. Em 1815, a sede foi transferida para São João da Palma, hoje Paranã.</p> <p>Em 1821, Natividade volta a ser sede administrativa do Norte Goiano, agora na condição de Governo Provisório. No ano de 1832, passa a ser Vila de Natividade. Em 26 de agosto de 1933, tornou-se município de Natividade (IBGE, 2022).</p>
<p><b>Histórico Literário</b></p> <p>Segundo Megale (1980, p. 331), Natividade remete ao nascimento de Nossa Senhora, por volta do século XX aC e faz referência ao nascimento de Maria. Desse modo, o nascimento da Virgem Maria é celebrado porque a mesma já teria nascido santa e imaculada.</p> <p>Megale (1980) destaca que talvez seja essa a razão da festa litúrgica de Nossa Senhora da Luz ser a mesma da Natividade. A autora ressalta que a Natividade de Maria era muito venerada no Oriente e no Ocidente, visto estar representada várias vezes em pinturas e esculturas, principalmente na Itália, período do Pré-Renascimento, fim da Idade Média.</p> <p>No Brasil, há uma efígie em argila no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto – MG, porém há pouquíssimas igrejas construídas e pinturas em homenagem à Santa. De acordo com Megale (1980), a bíblia menciona pouco sobre a infância de Maria, entretanto sabe-se que a menina, conforme o antigo costume judaico, foi apresentada ao templo oito dias após nascer, depois, aos três ou quatro anos foi entregue por seus progenitores para servir a Deus e permaneceu ali cerca de doze a quinze anos, saiu quando foi desposar-se com José (MEGALE, 1980, p.332).</p>
<p><b>Informações Enciclopédicas:</b></p> <p>Na Igreja, construída em meados do século XVIII, está abrigada a imagem barroca da padroeira do estado do Tocantins, Nossa Senhora da Natividade. Os maiores festejos religiosos de Natividade são realizados na Praça da Matriz, como é o caso da Festa do Divino Espírito Santo. Sua edificação recebeu elementos decorativos em sua fachada, como a inserção do arco marcando as duas portas de acesso principal do templo, que anteriormente se dava por uma única porta central, de verga reta.</p> <p>A planta da igreja se desenvolve com o corpo da nave e coro num volume maior, precedido pela capela-mor, circundada por dois volumes menores que correspondem à sacristia e ao depósito. Do lado da torre original segue um amplo corredor que se liga à sacristia. A igreja passou por obras de conservação e restauro, tendo a principal sido realizada em 2004 pelo IPHAN, quando foram restaurados os bens integrados, revelando as cores originais do belo altar. Ainda neste século, foi alvo de intervenções do Programa Monumenta, que contemplou também obras na Praça da Matriz (IPHAN, 2014).</p>
<p><b>Etimologia:</b> sobr. port. de origem cristã, faz referência particularmente ao nascimento da Virgem Maria (GUÉRIOS, 2004). Natividade remete ao nascimento de Nossa Senhora, por volta do século XX aC (MEGALE, 1980). A origem da palavra <i>natividade</i> vem do latim <i>nativitas, ãtis</i>, que dizer nascimento, natividade, natividad, nativiidade. (HOUAISS, 2001). Natividade, s. Do lat. <i>nativitâte-</i>, nascimento; geração. Da festa da natividade do bemaventurado sam Joham, A var. Navidade no séc. XIII: Ond’aveo ena noite de Navidad’, em que faz/ Santa Igreja gran festa... St. Maria, N° 361, VOL.III, p.275 (MACHADO, 1987). Nativ-idade, ismo, -ista, o, nato – nascer (CUNHA, 2010).</p>
<p><b>Fontes</b> – Cunha (2010), Dick (1990), Guérios (2004), Houaiss (2001), Machado (1987), Megale (1980), Dick (1990), Palacín (1994), IBGE (2022), Houaiss (2001), IPHAN (2014);</p>
<p><b>Pesquisador(a)</b> – Nara Niceia Coelho Bignardi Garcia Silveira.</p>
<p><b>Revisora</b> – Dr<sup>a</sup> Karylleila dos Santos Andrade Klinger</p>
<p><b>Data da Coleta</b> – Período de coleta dos dados entre maio e setembro - 2023</p>

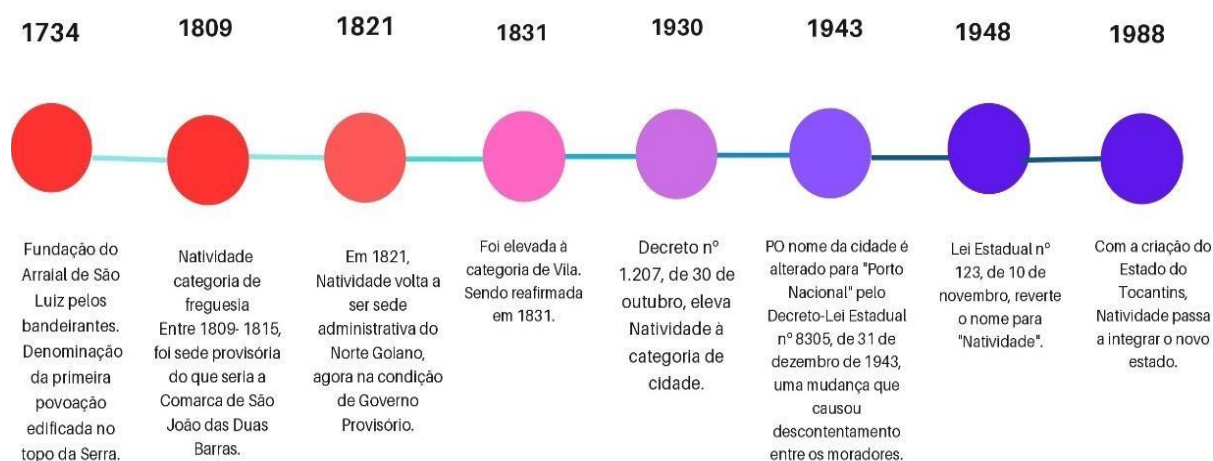
Fonte: Adaptado de Dick (2004).

O topônimo Natividade denomina o município localizado na Região Intermediária de Palmas e Imediata de Porto Nacional, tendo como região de influência a capital Palmas. Esse topônimo configura-se como um acidente geográfico humano, apresenta estrutura morfológica formada por elemento específico simples da língua portuguesa, (subst. *natividade*). A origem da palavra *natividade* vem do latim *nativitas, ātis*, significa nascimento, natividade, natividad, natiividade (HOUAISS, 2001). Megale (1980) pontua que o nascimento da Virgem Maria é celebrado porque ela já teria nascido santa e imaculada, ao contrário dos outros santos que se comemora o dia da morte. Remete não ao nascimento de Jesus, mas à natividade de Maria - nascimento de Nossa Senhora. Conforme Dick (1990), a taxonomia é de natureza antropocultural, um hierotopônimo, por ser um nome relacionado ao sagrado.

Juntamente com afirmação apresentada por Dias (2016), infere-se que a motivação toponímica provém do apego dos primeiros habitantes à Nossa Senhora da Natividade, já que a Santa é vista como uma intercessora direta da graça divina. Desse modo, o contexto histórico aponta aspectos sociais, políticos e religiosos, como elementos decisivos que impactam diretamente a escolha do denominador. Uma vez que, além de ter sido uma maneira funcional de marcação identitária da localidade, durante o período de conquistas, o costume de nomear o local de posse ou de rota de passagem era comum.

A Figura 29 apresenta a Linha do tempo com as mudanças toponímicas recebidas pelo município de Natividade - TO no decorrer do tempo, elaborada com base em informações histórico-toponímicas demonstradas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2022).

Figura 29- Linha do tempo - município Natividade -TO



Fonte: Autoria própria, com base no IBGE (2022)

Dias (2016, p.129) também demonstra que o topônimo enquanto signo linguístico, possui características de “signo indexical”, pois o nome do santo padroeiro está associado ao lugar ou vice-versa, indicando que um é adjacente ao outro.

Neste contexto, nomeava-se o povoado com nome do santo ou santa da preferência, ou do calendário do dia, com o intuito de estarem sob a proteção da entidade divina. Isso, acabou ajudando a religião cristã católica a ser difundida e tomar propulsão histórica diante do novo território conquistado. Segundo Palacín (1994), esse cenário considerado propício para tal propagação, em alinhamento às intencionalidades do colonizador.

Conforme Megale (1980), a igreja instituiu o dia 8 de setembro para se celebrar a festa da Natividade de Nossa Senhora. No Brasil, foram poucas as igrejas dedicadas à Natividade de Maria e raras são as pinturas que retratam esse fato. No entanto, no município de Natividade, de acordo com Palacín (1994) encontra-se uma imagem que chegou ao local ainda no século XVIII e permanece até a atualidade na sua igreja matriz. A devoção a Nossa Senhora da Natividade é tão representativa que essa santa, com a criação do estado do Tocantins, torna-se a sua padroeira. Assim, observa-se a religiosidade, fator motivador para a escolha desse topônimo.

Entretanto, Dias (2016, p. 128) ressalta que “o motivo religioso é apenas aparente”, quanto a escolha do primeiro topônimo *São Luís*, teve motivação de natureza política, sendo uma imposição de poder, já que o topônimo foi escolhido para homenagear o governador Dom Luís de Mascarenhas. Desse modo, destaca-se o topônimo não como um signo comum da língua, mas fruto de uma escolha intencional condicionado à cultura e ao contexto histórico, político, religioso de um grupo (DIAS, 2016, p. 128). Por isso, a toponímia também preserva a memória coletiva para as gerações futuras.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, nestas considerações, as conclusões obtidas com esta pesquisa por meio do percurso metodológico adotado, das abordagens selecionadas dos dados coletados, descritos e analisados. Iniciamos este estudo com o intuito de aprofundar o conhecimento e buscar respostas a partir de um recorte sócio-histórico toponímico com base na religiosidade como fator motivador. Assim, este estudo poderá contribuir, de algum modo, para a construção do Atlas toponímico tocantinense, conforme a perspectiva religiosa em questão.

Para responder a problemática suscitada, partimos do pressuposto que os estudos toponímicos são de caráter interdisciplinar. Tendo em vista que os nomes de lugares são entendidos a partir de aspectos linguísticos, históricos, geográficos, antropoculturais, sociais, dentre vários outros, conforme evidenciamos ao longo desta dissertação, além do que são compostos de significados e designações que se complementam, tendo em vista os elementos motivadores por parte do denominador.

Esses elementos demonstram que os grupos nomeiam um determinado lugar considerando uma gama de significados e possibilidades, os quais são essenciais para o processo de nomeação determinado. Nessa perspectiva, os resultados deste trabalho demonstram que os nomes dos municípios estudados receberam influências tanto do meio ambiente ao seu redor, considerando os aspectos físicos e antropoculturais, como também denotam aspectos implicados à cultura, identidade, política, crença de um povo.

Conforme os objetivos específicos previstos, em que nos propomos a apontar elementos que demonstrassem que os estudos toponímicos pudessem desvelar a hipótese levantada, consideramos nessas reflexões finais que conseguimos atingi-los, de modo que apresentamos o delineamento do processo de constituição histórica com enfoque de contribuir para ampliação do conhecimento da toponímia religiosa no estado do Tocantins.

Além disso, descrevemos o processo sócio-histórico dos municípios Monte do Carmo e Natividade, formações hierotoponímicas tocantinenses constituídas no período colonial. Apresentamos mapas, tabelas e figuras que possibilitam visualizar aspectos da religião cristã católica e da religiosidade tocantinense, e com isso acreditamos que contribuirá para que outros estudos sobre nomes de lugares do Tocantins sejam difundidos. Somado a isso, delineamos uma proposta com preceitos interdisciplinares e sob a ótica da toponímia religiosa, considerando o ambiente sócio-histórico em que se encontram inseridos, observando as contribuições desse estudo.

Partiu-se da hipótese de que os nomes das cidades refletem a conotação motivacional tanto do ambiente físico natural, como também envolve aspectos culturais, ideológicos, políticos, sociológicos e religiosos. Assim, durante o trabalho, confirmou-se hipótese apresentada de que as formações hierotoponímicas do estado do Tocantins têm forte influência de crenças e valores lusitanos, refletidos em nomeações que ficaram registradas em localidades que iam sendo exploradas e por onde passavam.

Nessa perspectiva, a pesquisa foi direcionada sob questionamentos norteadores, com informações sobre as classificações toponímicas com base, principalmente, nos estudos desenvolvidos por Dick (1990; 1992); sobre motivações que afloraram no ato de designar um lugar com nomes de origem sagrada e pela constatação de nomeações que permanecem aceitas até a atualidade. Dessa forma, as perguntas foram respondidas a partir deste estudo documental e bibliográfico.

Nesse sentido, ressaltamos também que este estudo não se configura totalmente acabado, mas esperamos que as propostas aqui apresentadas possam contribuir efetivamente para futuras pesquisas. Além do mais, esta pesquisa está aberta a outros olhares e novas leituras. O estudo dos nomes de lugares possibilita ao sujeito ampliar seu leque de informações pertinentes ao aspecto social, cultural, identitário e histórico de um lugar, evidenciando seu caráter interdisciplinar. Tamanha a beleza deste trabalho, pudemos perceber que o conhecimento desses municípios numa perspectiva sócio-histórica, sua relevância social e cultural permite traduzir as marcas de seu povo e identidade por meio da religiosidade, envolta nas diversas manifestações religiosas, bem como em diversos saberes e labores.

Também ressaltamos a necessidade de um estudo mais abrangente. Por isso, a intencionalidade é a sua ampliação. Desse modo, a ideia é dar continuidade trabalhar a pesquisa de campo com abordagem da memória oral referente ao contexto sociocultural, histórico, tendo em vista o aprofundamento do estudo sobre a religiosidade nas formações toponímicas tocantinenses, tendo em vista outros municípios que se encaixam no contexto histórico de colonização.

Ao explorar esses denominativos, mergulhamos não somente na historicidade, mas também nas tradições representadas pelas festividades, crenças e devoções populares, interligadas em convicções que moldam a relação com o mundo ao nosso redor. Isso tudo demonstra a clara necessidade de estudos sobre a toponímia religiosa, pois são marcas que ficam para a posteridade, e sem pesquisas relacionadas ao assunto, ficarão esquecidas e deixarão de ser projetados como testemunhos históricos, assim mencionados por Dick (1990). Por fim, cabe destacar que a Onomástica intercruza língua, cultura e sociedade. Desse modo, a

toponímia age como elemento articulador para conhecimento de percursos históricos e materialização dos acontecimentos diacrônicos.

Dessa forma, essa pesquisa é fundamental para o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para os estudos toponímicos do estado e para a comunidade externa por diversos motivos. Primeiramente, ela contribui para os avanços dos conhecimentos onomásticos e em relação à Toponímia religiosa, proporcionando a preservação da identidade cultural e histórica. Impulsiona a produção de novos saberes sobre os municípios tocantinenses. Integra o tratamento de informações importantes para compor o Atlas toponímico do estado do Tocantins. Além disso, essa pesquisa possibilita a abertura para futuras investigações de questões relevantes para a sociedade, como a preservação da língua, memória e da cultura. Por fim, essa pesquisa também promove a abertura do diálogo entre a academia e a comunidade, assim, enriquece o debate e fortalece os laços entre a universidade e a sociedade em geral.

Em conclusão, a religiosidade na toponímia é um campo rico e ao mesmo tempo complexo, pois exige a sensibilidade da percepção do pesquisador para que se possa compreender melhor a relação de transcendência entre o divino e o humano. Logo, evidencia-se que os topônimos são importantes projetores da realidade, na medida em que características físicas e antropoculturais vão sendo alocadas nos designativos de lugares a partir de determinado contexto. E é nesse sentido que o estudo da religiosidade na toponímia tocantinense se faz essencial.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, M. A. Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos. Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) Faculdade de Teologia Universidade Católica Portuguesa Palma de Cima. Lisboa, 2005. Disponível em: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7280/1/EHR\\_2\\_Os%20Franciscanos.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7280/1/EHR_2_Os%20Franciscanos.pdf). Acesso em: 11 jul. 2024.

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos. Marcas de religiosidade na toponímia Paranaense. 2018. 372f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ANANIAS, A. C. C. dos S. C.; TAVARES, M. Os Hagiotopônimos na Macrotoponímia. Porto das Letras, v. 6, p. 146-171, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9926>. Acesso em 20 nov. 2023.

ANDRADE, K. S. dos. Atlas Toponímico de Origem Indígena do estado do Tocantins – Projeto ATITO. 2006.187f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ANDRADE, K. S. dos. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade. Revista Eletrônica de Linguística Domínios de Lingu@agem, vol. 6, n. 1, p. 205-225, mar./jun. 2012.

ANDRADE, K. S. dos; FLORES, K. M. Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial. Imaginary and representation in the toponymic formation of colonial Tocantins. Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Araguaína e Porto Nacional, TO. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 239-255, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v19i2p239-255> e-ISSN 2176-9419>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ANTUNES, I. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2012.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em: [<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185836>]. Acesso em: 07 jul. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Carta do estado de Goyas*. Disponível em: [https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/02\\_AN-1.png](https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/02_AN-1.png). Acesso em: 20 fev. 2024.

AULETE, Caldas. iDicionário Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital Ltda, 2014. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Vários acessos.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J. H., PETTER, M. (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2002.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2001, p. 13-21

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. Disponível em: <https://www.historiadosbrasil.net/resumos/anhanguera.htm>. Acesso em 12 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Natividade: Berço histórico do Tocantins. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7607-natividade-ber%C3%A7o-hist%C3%B3rico-do-tocantins.html>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRESSANIN, C. E. F.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de. As Festas de padroeiros em Porto Nacional: história, tradição fé e cultura. In: BRESSANIN, C. E. F.; ZITZKE, V. A. (Orgs.). *Religiosidades no Tocantins*. Curitiba: CVC, 2021. p.127-142.

BRESSANIN, Cesar Evangelista Fernandes; ZITZKE, Valdir Aquino (Orgs). *Religiosidades no Tocantins: Coleção Religiosidades no Tocantins*. Vol.I Curitiba: CRV, 2020. 264 p.

BRESSANIN, Cesar Evangelista Fernandes; ZITZKE, Valdir Aquino (Orgs). *Religiosidades no Tocantins: Coleção Religiosidades no Tocantins*. Vol. II. Curitiba: CRV, 2021. 164 p.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro/RJ: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Hierotoponímia portuguesa de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas: estudo de caso as nossas senhoras. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001440677>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. *Estudos de onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial*. Anais. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014, 822f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9PMR2U/1/hagiotoponimia\\_em\\_minas\\_gerais\\_tese\\_final.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9PMR2U/1/hagiotoponimia_em_minas_gerais_tese_final.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

CARVALHO, A. P. M. A. de. Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. Revista de Estudos da Linguagem, v. 26, n. 3, p. [1123-1150, 2018](#). Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12888>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTIGLIONI, A. C. *Dicionário enciclopédico de topônimos do estado de Mato Grosso do Sul: uma proposta de modelo*. 234 p. Tese (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas) Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto. 2014. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110528/000790958.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850). *Goiás: Identidade, paisagem e tradição*. In: CHAUL.N. F., RIBEIRO, P. R. (Orgs). Editora da UCG. Goiânia, 2021.

COSERIU, E. *Teoria del lenguaje y lingüística general*. 3ed. Madrid: Editorial Gredos, 1989.

CUNHA, A. G. da., 1924-1999. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4 ed. Revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA MATOS, R. J. da. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Inst. Cultural Amílcar Martins, 2004.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux, origine et évolution villes et villages, pays, cours d'eau, montagnes, lieuxdits*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DIAS, A. L. C. *Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Faculdade de Letras. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

DICIONÁRIO INFORMAL. Significado de “tairuçu”. [Disponível em: https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/tairu%C3%A7u/18414/](https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/tairu%C3%A7u/18414/). Acesso em: 16 jan. 2023.

DICK, M. V. de P. do A. ATLAS TOPONÍMICO DO BRASIL: TEORIA E PRÁTICA III/ *Revista Trama - Volume 3 - Número 5 - 1º Semestre de 2007 – 141-155* Universidade Estadual do Oeste do Paraná Colegiado do Curso de Letras — Campus de Mal. Cândido Rondon. Disponível em: [www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber). Acesso em: 21 jul. 2023.

DICK, M.V.de P. A. *Motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições arquivo do Estado: São Paulo, 1990.

DICK, M.V.de P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 3ª ed. São Paulo, 1992.

DICK, M.V.de P. A. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e Frequência. In: OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 79-90.

DICK, M.V.de P. A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na nomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Vol. II. Campo Grande: ed. UFMS, 2004.

DICK, M. V. de P. A. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2. ed. Campo Grande: ed. UFMS, 2001.

DRUMOND, C. Contribuição do Bororo à toponímia brasílica. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965, 134p.

ESCAVADOR. Karylleila dos Santos Andrade. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/843343/karylleila-dos-santos-andrade#:~:text=%C3%89%20professora.,do%20%C3%A9xico%20voltadas%20ao%20ensino>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FEITOSA, A. C. R. Marcadores ideológicos na toponímia do Sudeste do Pará: estudos de hagiotoponímia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de São Félix do Xingu, Instituto de Estudos do Xingu, Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, São Félix do Xingu, 2021. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/1554>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FERRAZ, M. E.; MONTEIRO, A. C. Governo do Tocantins. Festejo do Divino Espírito Santo. 2023. Disponível em: Festejo do Divino Espírito Santo move fé, religiosidade, solidariedade e cultura ([www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)) Acesso em: 03 abr. 2024.

FERREIRA, N. S. DE A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, v.23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FÓRMULA GEO. Atividade com mapa: mesorregiões do Tocantins. 36, 2022. Disponível em: [https://formulageo.blogspot.com/2022/06/atividade-com-mapa-mesorregioes-do\\_36.html](https://formulageo.blogspot.com/2022/06/atividade-com-mapa-mesorregioes-do_36.html). Acesso em: 20 fev. 2023.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. PESQUISA QUALITATIVA TIPOS FUNDAMENTAIS. *Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV*, São Paulo, Brasil. 21, 1995.

GUÉRIOS, M. R. F. *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. 5.ed. São Paulo: Ed. Artpress, 2004.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISTÓRIA DE MONTE DO CARMO. Disponível em: <https://www.montedocarmo.to.gov.br/pagina/Historia>. Acesso em: 27 nov. 2023.

HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. Cidades do Tocantins, 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=17>>. Acesso em: 20 out. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. Cidades do Tocantins, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Vol. II. Campo Grande: ed. UFMS, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Galeria. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/82>. Acesso em: 22 nov. 2023. Acesso em: 22 nov. 2023.

JORNAL DO TOCANTINS. Festa de Fé e Tradição em Monte do Carmo. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/magazine/festa-f%C3%A9-e-tradi%C3%A7%C3%A3o-em-monte-do-carmo-1.609106>. Acesso em: 22 nov. 2023.

LEITE DE VASCONCELLOS, J. Opúsculos: onomatologia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. 3 v.

LYONS, J. *Lingua(gem) e Linguística*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 3 vol. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

MÃES QUE ORAM PELOS FILHOS. Nossa Senhora da Natividade, Padroeira do Tocantins: honra ao nascimento da Mãe de Deus. Disponível em: <https://www.maesqueorampełosfilhos.com/nossa-senhora-da-natividade-padroeira-do-tocantins-honra-ao-nascimento-da-mae-de-deus/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGALE, N. B. *Cento e Sete Invocações da Virgem Maria no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

MESSIAS, N. C. Folias do Divino Espírito Santo: fé e devoção em Monte do Carmo- TO. In: BRESSANIM, C. E. F.; ZITZKE. V. A (Orgs.). *Religiosidades no Tocantins*. Curitiba: CVC, 2020. p. 61-75.

MESSIAS, N. C. *Negros e brancos em Monte do Carmo (TO): manifestações culturais e religiosidade*, 2008. Disponível em: <<http://pos.historia.ufg.br/up/113/o/36>>. Acesso em: 02 out. 2014.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1995.



NUNES, V. R. Estudo hidronímico dos rios Araguaia e Tocantins: software toponímico e suas contribuições para o ensino de língua portuguesa. Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura PPGL). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.

NUNES, V.R. Toponímia e ensino: estudo dos nomes de lugares de origem indígena no livro didático de Geografia. 2015. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2015.

NUNES, V. R. N.; BASTIANI, C.; NASCIMENTO, R. V. Toponímia tocantinense: relatos dos moradores da comunidade remanescente quilombola sobre o topônimo Morro do São João. *Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 66, p. 146-171, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5809>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OBSERVATÓRIO GEODÉSICO DE GOIÁS. Observatório Geográfico de Goiás. Disponível em: <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, L. R. de; TRIBESSE, A. P.; DARGEL, P.; ISQUERDO, A. N. Toponímia de acidentes humanos de Paranaíba-MS: marcas de religiosidade. *Revista Philologus*, v. 27, n. 80, p. 229, 2021. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/602/651>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PALACÍN, L. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 4. ed. Goiânia: Editora da UG, 1994.

PALACÍN, Luis. *Sociedade colonial (1549 A 1599)*. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1981. 234p.

PALACÍN, L., MORAES, M. A. S. *História de Goiás (1722-1972)*. 7. ed. Goiânia: Ed. UCG, Ed. Vieira, 2008.

PARENTE, T. G. *Fundamentos históricos do estado do Tocantins*. 3. ed. Goiânia: editora UFG, 2007.

PEDREIRA, A. C. O Sítio Arqueológico e Histórico de Pontal: educação patrimonial e perspectivas de valorização do patrimônio cultural de Porto Nacional-TO. 2005.128f. Dissertação de Mestrado (Mestrado profissionalizante em gestão do patrimônio cultural área de concentração: arqueologia), Instituto goiano de pré-história e antropologia. Universidade Católica de Goiás Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Goiânia, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/2291/1/Antonia%20Custodia%20Pedreira.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PICANÇO, Valéria Maria Pereira Alves. Preservação patrimonial X qualidade de vida: avaliação pós-ocupação no programa monumental: Centro histórico de Natividade - Tocantins. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Interinstitucional entre a UnB e a UFT, Palmas, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4116>. Acesso em 21 jan. 2024.

PLANEJATIVO. História da economia mineradora. Disponível em: <https://app.planejativo.com/estudar/117/resumo/historia-economia-mineradora>. Acesso em: 20 fev. 2024.

REDE JOVEM NEWS. Romaria do Senhor do Bonfim: conheça a história da maior festa religiosa do Tocantins. 14 ago. 2023. Disponível em: <https://redejovemnews.com.br/2023/08/14/romaria-do-senhor-do-bonfim-conheca-a-historia-da-maior-festa-religiosa-do-tocantins/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

RESENDE, J.F.B. Arraias, à luz das candeias, o altar que a fé continua iluminando. In: BRESSANIM, C. E. F.; ZITZKE. V. A (Orgs.). *Religiosidades no Tocantins*. Curitiba: CVC, 2021. p.15-28.

RIBEIRO, D.L.G. de S.; CASTRO, R.C.A.de M. Estado da arte, o que é isso afinal? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2016, Natal. Disponível em: [https://iepapp.unimep.br/biblioteca\\_digital/pdfs/docs/19072019\\_112404\\_samueldjajala\\_ok.pdf](https://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/docs/19072019_112404_samueldjajala_ok.pdf). Acesso em: 15 nov. 2023.

RODRIGUES, C. T. O; BISPO, M. O. Súcia: uma dança de manifestação cultural e religiosidade em Monte do Carmo – TO. *REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA – NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS – NURBA* – N. 1, jun., 2015. p. 144-161.

SAAR, M. R. da C. S. Toponímia e religião: a contribuição nordestina na nomeação de lugares acrianos. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2016. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/padrao\\_cms/?web=o-onoma&lang=1&page=3457&menu=2238&tipo=1#:~:text=Topon%C3%ADmia%20e%20Religi%C3%A3o%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o,nomea%C3%A7%C3%A3o%20dos%20espa%C3%A7os%20geogr%C3%A1ficos%20acrianos](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/?web=o-onoma&lang=1&page=3457&menu=2238&tipo=1#:~:text=Topon%C3%ADmia%20e%20Religi%C3%A3o%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o,nomea%C3%A7%C3%A3o%20dos%20espa%C3%A7os%20geogr%C3%A1ficos%20acrianos). Acesso em: 20 nov. 2023.

SALES, D. A.; ZITZKE, V. A. Romaria de Nosso Senhor do Bonfim Santuário e centro de convergência da Igreja Católica no Tocantins. In: BRESSANIM, C. E. F.; ZITZKE. V. A (Orgs.). *Religiosidades no Tocantins*. Curitiba: CVC, 2021. p.107-123.

SAMPAIO, T. *O Tupi na Geographia Nacional*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901. Disponível em: <[http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio\\_1901\\_tupi](http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi)>. Acesso em: 08 out. 2022.

SANTOS, C. A. N. A Toponímia em Sergipe: descrição e análise. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://ppglic.ufba.br/pt-br/toponimia-em-sergipe-descricao-e-analise>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, G. R. dos; SIQUEIRA, K. M. de F.; TAVARES, R. de F. O. Toponímia: a dinâmica dos nomes de lugares da microrregião de Catalão/GO. *EntreLetras*, v. 4, n. 2, 2013. Disponível em: [https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFT-4\\_6eb9938e60ce407b4d149aa3ead65b43](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFT-4_6eb9938e60ce407b4d149aa3ead65b43). Acesso em: 20 nov. 2023.

SAPIR, E. *Linguística como ciência: Ensaio*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Ano I - Número I – jul. 2009 [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com) ISSN: 2175-3423. Disponível em: [file:///C:/Users/Computador/Downloads/pesquisa\\_documental%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Computador/Downloads/pesquisa_documental%20(1).pdf). Acesso em: 05 nov. 2023.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004.

SEABRA, M.C.T.C. Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL). Uberlândia: ILEEL, 2006. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?user=NtSEvegAAAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em 16 nov. 2023.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS (SECOM). Festejos do Divino atraem mais turistas a histórica Natividade, município da região sudeste do estado. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/festejos-do-divino-atraem-mais-turistas-a-historica-natividade-municipio-da-regiao-sudeste-do-estado/79uz1f3c87vb>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS (SECULT). Calendário Cultural. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secult/calendario-cultural/72l2u2ks8efl>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS (SEFAZ-TO). Mapa dinâmico de cobertura do uso do solo do município de Monte do Carmo. Disponível em: [http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Mapas/TO\\_Mapas\\_Dinamica\\_Cob\\_Usos\\_pdf/Municipios/Monte\\_Carmo/](http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Mapas/TO_Mapas_Dinamica_Cob_Usos_pdf/Municipios/Monte_Carmo/). Acesso em: 20 fev. 2024.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS (SEFAZ-TO). Mapa dinâmico de cobertura do uso do solo do município de Natividade, Tocantins (1990-2007). Disponível em: [http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Mapas/TO\\_Mapas\\_Dinamica\\_Cob\\_Usos\\_pdf/Municipios/Natividade/Natividade\\_Dinamica\\_1990\\_2007.pdf](http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Mapas/TO_Mapas_Dinamica_Cob_Usos_pdf/Municipios/Natividade/Natividade_Dinamica_1990_2007.pdf). Acesso em: 05 mar. 2024.

SILVA, M. do R. B; FLORES, K. M. (Org.). *O Reino do Rosário em Monte do Carmo – TO*. Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2019.

SILVA, M.do R. B.; FLORES, K. M. Religiosidade e Cultura: a preparação das festas em Monte do Carmo. In: BRESSANIM, C. E. F.; ZITZKE. V. A (Orgs.). *Religiosidades no Tocantins*. Curitiba: CVC, 2021. p. 97-106.

SILVEIRA, Nara Niceia Coelho Bignardi Garcia. Hierotoponímia no estado do Tocantins: denominações marianas / Nara Niceia Coelho Bignardi Garcia Silveira – Palmas/TO, 2021.63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras/Habilitação em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Câmpus Palmas, 2021.

SMITH, J. *O Catolicismo Popular: Uma Expressão da Fé*. São Paulo: Editora Fé, 2001.

SOLÍS, G. F. *La gente passa, los nombres quedan. Introducción em la toponimia*. Lima: G. Herrera Editores, 1997.

SOUSA, Poliana Macedo de. *A festa do divino Espírito Santo: Memória e religiosidade em Natividade -Tocantins*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1348/1/A%20festa%20do%20divino%20Esp%C3%ADrito%20Santo%20-%20mem%C3%B3ria%20e%20religiosidade%20em%20Natividade-Tocantins.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SOUZA, Larissa Ferreira de. A Presença da religiosidade na toponímia: um estudo interdisciplinar sobre os bairros de Anápolis (GO). 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) - Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, GO. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+\(GO\)&rlz=1C1FCXM\\_pt-PTBR989BR989&oq=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+\(GO\)&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDIIMzNqMGo3qAIAAsAIA&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+(GO)&rlz=1C1FCXM_pt-PTBR989BR989&oq=Topon%C3%ADmia%3A+Um+estudo+interdisciplinar+sobre+os+bairros+de+An%C3%A1polis+(GO)&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDIIMzNqMGo3qAIAAsAIA&sourceid=chrome&ie=UTF-8)

SCHWIKART, Georg. Dicionário ilustrado das religiões (tradução Clóvis Bovo). - Aparecida, SP: Editora Santuário, 2001. Disponível em: <https://ccdej.org.br/wp-content/uploads/2013/09/00190-dicionrioilustradodasreligies-090322124128-phpapp01-1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

TOCANTINS. Romaria do Senhor do Bonfim; conheça a história da maior festa religiosa do Tocantins. 2023. Disponível em: Romaria do Senhor do Bonfim; conheça a história da maior festa religiosa do Tocantins - Rede Jovem News. Acesso em: 03 abr. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS (UNITINS). Estudantes da Unitins e servidores visitam Festa de Nossa Senhora do Rosário em Monte do Carmo. 13 out. 2022. Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/portal/noticias/detalhes/4375-2022-10-13-estudantes-da-unitins-e-servidores-visitam-festa-de-nossa-senhora-do-rosario-em-monte-do-carmo>. Acesso em: 22 nov. 2023.

VASCONCELOS, J. L. *Opúsculos V. III*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

VILELA, M. A. Q. *Léxico e gramática*. Coimbra: Almedina, 1994.